

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

**ENTRE A DOCTRINA DA IGREJA E O ANTICOMUNISMO:  
Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961**

NOVA IGUAÇU  
2013

**Resumo:** Pretendo, neste texto, analisar os decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros durante sua breve gestão presidencial em 1961. Depois de uma revisão bibliográfica, percebe-se a imensa lacuna acerca desses atos, considerados, em grande parte, como ações frutas da falta de equilíbrio psicológico de Jânio. Dessa maneira, seriam medidas descabidas, porque a conjuntura era marcada por grande radicalização política bipolar, não fazendo sentido as intervenções presidenciais nos comportamentos por serem consideradas anacrônicas. Tentando evitar essa perspectiva, sugiro que tais atitudes foram bastante pertinentes para uma parcela considerável da população, principalmente, para setores da Igreja Católica. Isso porque, entre outros motivos, estavam relacionados à doutrina moral cristã e ao combate ao comunismo, portanto, coincidiam com a visão de mundo de diversos religiosos. Dessa forma, eles vão admirar essas medidas, gerando prestígio político a Jânio, porque ajudava na construção da imagem de um líder moralista e religioso. Para dar suporte a essa hipótese, foram pesquisadas fontes da imprensa católica e telegramas destinados a Jânio. Ambos indicam o quanto os mencionados decretos estavam atrelados às propostas políticas desses fiéis. Assim, não foram medidas isoladas de Jânio, pois houve ramificações aos níveis mais baixo da sociedade. Portanto, esses crentes tiveram um papel ativo na implementação desses decretos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Decretos morais – Jânio Quadros – Igreja- anticomunismo

Marcelo de Azevedo Botelho

**ENTRE A DOCTRINA DA IGREJA E O ANTICOMUNISMO:  
Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961**

Monografia apresentada ao curso de História  
como requisito parcial a obtenção do título de  
Licenciado em História, do Instituto  
Multidisciplinar da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro.

Professora Orientadora: Surama Conde Sá Pinto

Nova Iguaçu,

2013

Marcelo de Azevedo Botelho

**ENTRE A DOUTRINA DA IGREJA E O ANTICOMUNISMO:  
Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961**

Monografia apresentada ao curso de História  
como requisito parcial a obtenção do título de  
Licenciado em História, do Instituto  
Multidisciplinar da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro.

**Banca Examinadora**

---

Surama Conde Sá Pinto - UFRRJ

---

Felipe Magalhães - UFRRJ

---

Alexandre Fortes - UFRRJ

## **Agradecimentos**

Acredito que completo com a apresentação desta monografia, mais uma etapa em minha vida. Nestes cinco anos e meio conheci pessoas maravilhosas e a Universidade mudou minha forma de enxergar o mundo. A realização desse trabalho seria impossível sem amigos e familiares que me deram total suporte.

Sou muito grato à Prof<sup>a</sup> Surama Conde Sá Pinto, porque foi uma figura central na minha formação acadêmica. Uma pessoa com tamanha dedicação, solidariedade, humildade, tolerância e respeito às dificuldades peculiares de cada aluno. Sinto-me um discente completamente privilegiado por tê-la como minha orientadora. Ela mostrou-me, com precisão, que o estudo e o ensino da História não se restringem a uma elite erudita, sendo possível pesquisá-la e transmiti-la descodificadamente. Dessa maneira, o papel do professor não seria de excluir os “fracos”, e sim, torná-los fortes.

Agradeço aos meus grandes amigos: Rone, André, Eduardo, Carla, Alexandre, Alan, Joelson, entre outros, que me fazem acreditar na natureza do homem. Também gostaria de agradecer aos docentes da UFRRJ em geral, pelo conhecimento transmitido de forma simples, sem autoritarismo e arrogância.

Finalmente, e principalmente, não poderia deixar de expressar minha gratidão à minha família, começando por minha querida irmã Jack, a quem admiro muito pelo seu entusiasmo em querer ajudar ao próximo. Em especial, a minha esposa Jozélia: amiga, guerreira, companheira para o que der e vier, uma mulher muito especial em minha trajetória, sem ela jamais conseguiria ter forças para enfrentar as batalhas da vida. Da mesma forma, aos meus pais (Antônio e Maria das Neves). Em especial a minha mãe, que me ensinou a se sensibilizar diante da desigualdade social e da miséria, ambas vistas por muitos como moinhos de vento de marxistas. Essa educação impulsionou-me a tentar entender nossa conjuntura através do processo histórico.

A todos o meu muito obrigado.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Interpretações sobre Jânio Quadros e os decretos morais dos usos e costumes .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A doutrina moral cristã nas entrelinhas dos decretos.....</b>	<b>55</b>
2.1. Algumas características das medidas moralistas de Jânio Quadros.....	56
2.2. A força e a postura política da Igreja entre 1945 e 1961.....	59
2.3. Os decretos entre as espiritualidades modeladoras de condutas.....	66
2.4. A energia moral contra o comunismo.....	74
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O apelo de religiosos pela “renovação” dos costumes.....</b>	<b>81</b>
3.1. Antes de Jânio “a preocupação era só econômica”.....	82
3.2. Sinais do anticomunismo entre “as medidas saneadoras”.....	86
3.3. A imoralidade: “demolição de todo valor espiritual”.....	89
3.4. “Cumprimento vossência”: mensagens enviadas a Jânio.....	95
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>99</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>102</b>

## Introdução

Fazer um recorte específico de um tema para a elaboração de uma monografia de fim de curso, depois de estudar desde a História Antiga até a História Contemporânea, é bastante complexo. No entanto, há temas que chamam bastante atenção e inevitavelmente nos instigam a querer compreendê-los de forma mais detalhada. Durante as aulas de História do Brasil contemporâneo, ocorreu a impulsão para tal escolha. Ao apresentar o seminário sobre o movimento tropicalista, surgiu o interesse de pesquisar obras que abordassem questões sobre a moralidade na década de 1960. Entretanto, não conseguimos encontrar um número expressivo de fontes secundárias. Com isso, os tropicalistas aos questionarem os chamados comportamentos tradicionais<sup>1</sup>, pregando, entre outras questões, a liberdade sexual e as drogas como liberadoras de potencialidades humanas, parecem que estavam travando uma batalha contra algo invisível.

Simultaneamente, com essa escassez bibliográfica sobre os valores morais vigentes naquele período, diversos fatos relacionados à política e à moralidade aconteciam atualmente pelo mundo e também no Brasil. De acordo com Marc Bloch, a observação dos fatos atuais oferece uma melhor formulação dos problemas da pesquisa, visto que apenas o presente dá “as perspectivas de conjuntos” que são indispensáveis para iniciar a investigação. Assim, a pesquisa em História, não necessariamente, precisa compreender os acontecimentos na ordem, pois ocorre o risco de perder tempo acerca das origens dos fatos, ou seja, é importante a história “às avessas”. Nesse sentido, conforme assinala: “Para reconstituir os vestígios quebrados das outras, tem obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências”, havendo a necessidade “de unir o estudo dos mortos ao dos vivos.”<sup>2</sup>

Seguindo este raciocínio, alguns acontecimentos da época presente entrelaçados à política e à moral, estimularam esse recorte analítico, já que essas questões podem apresentar alto grau de mobilização. Em âmbito mundial, um exemplo emblemático ocorreu com o ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Ele renunciou, em 2006, a

---

<sup>1</sup> RIDENTE, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. IV, p. 150.

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 67.

condição de bispo para concorrer à presidência. Seu filho nasceu em 2007, mas já havia uma relação em segredo antes. Porém, o Papa Bento XVI só liberou Lugo do seu voto de castidade em 2008. Quando admitiu esse antigo relacionamento, seu grande apoio político foi abalado, contribuindo inclusive para seu impeachment em 2012<sup>3</sup>. Outro caso marcante, ocorreu com o ex-presidente do FMI, Dominique Atrouss-Kahn. Ele foi envolvido num suposto caso de agressão sexual, comprometendo sua candidatura à Presidência da França, nas eleições de 2012, pelo Partido Socialista.<sup>4</sup>

Da mesma forma, em 2010 ocorreram eleições presidenciais no Brasil. Segundo os cientistas políticos, Carlos Melo e José Paulo Martins, essa disputa foi marcada por questões levantadas sobre a moralidade em torno do aborto e da religiosidade<sup>5</sup>. Projetos, que se relacionavam à economia e à política, foram perdendo espaço na mídia para matérias associadas à moralidade dos usos e costumes. O debate de questões dessa natureza levantadas nesse pleito, principalmente na disputa entre Dilma Rousseff e José Serra, nos estimulou a desenvolver um olhar mais minucioso para a breve gestão presidencial de Jânio Quadros, em 1961, quando temas acerca da moralidade dos usos e costumes também tiveram grande relevância.

Outro motivo que contribuiu para esse recorte foi a opinião compartilhada por colegas, inclusive universitários, que fazem uma leitura positiva e, às vezes, com uma certa nostalgia, da ditadura militar (1964-1985). Afirmam que durante esse período, havia a preservação moral, pois existia o combate à indecência e à pornografia, diferente dos dias atuais, quando se ouve, por exemplo, segundo eles, letras consideradas imorais do Funk, sem ocorrer nenhum tipo de censura. A princípio, a ideia era estudar esse período ditatorial, mas o receio de haver a escassez de fontes, e por ser o período janista bastante peculiar acerca dessas questões moralizadoras, optou-se por este último.

A leitura da obra de Carlos Fico, *“Prezada Censura”*: cartas ao regime militar, também interferiu nesta escolha. Esse trabalho analisa a censura de diversões públicas

---

<sup>3</sup>Disponível em:< [http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando\\_Lugo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Lugo)> Acesso em: 22 setembro .2012

<sup>4</sup>Disponível em:< [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dominique\\_Strauss-Kahn](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dominique_Strauss-Kahn)> Acesso em: 22 setembro .2012

<sup>5</sup> Disponível em:< <http://brasilmobilizado.blogspot.com.br/2010/10/analise-dos-cientistas-politicos-dilma.html>> Acesso em: 27 janeiro. 2013



durante a ditadura militar, através de documentos e de cartas enviadas por civis. Estas correspondências, em grande parte, eram motivadas por reações ao que se exibia na TV e a maioria abordava questões morais, solicitando que fossem censurados programas de TV considerados ofensivos à moral e aos bons costumes.<sup>6</sup> Assim, a censura moral não era ações isoladas dos militares, pois diversas pessoas reivindicavam essas proibições. Partindo deste pressuposto, que diversos setores da sociedade também são favoráveis a atitudes de controle e vigilância sobre os comportamentos, optamos por pesquisar o período presidencial de Jânio Quadros, em 1961. O recorte temporal se restringe à gestão presidencial de Jânio, ou seja, aos sete meses em que esteve à frente do Executivo Federal.

Assim, esta pesquisa discute em que medida grupos civis apoiaram as medidas moralistas janistas, em especial setores da Igreja Católica, e até que ponto esses atores interferiram nestas medidas.

A ideia inicial era pesquisar a Igreja Católica em Nova Iguaçu, mas no arquivo da sua Arquidiocese só existem documentos de 1961 adiante, isto é, após a gestão presidencial janista. Em função dessa dificuldade, redirecionamos o espaço geográfico a ser priorizado, adotando o município do Rio de Janeiro, para o qual há diversos periódicos do período, disponíveis à consulta na Biblioteca Nacional. Entre os jornais encontrados, selecionamos dois para nortear esse trabalho: o *Jornal A Cruz* e a *Revista Ação*. Ambos eram publicações católicas com periodicidade, respectivamente, semanal e mensal. Nesses jornais, diversos teólogos e religiosos tinham uma coluna destinada, havendo inclusive espaços para reclamações e depoimentos dos fiéis.

Para tentar delimitar o que seria a moralidade dos costumes em relação aos atos de Jânio Quadros, será realizada uma breve análise sobre o conceito de moral. Esse termo é bastante amplo e complexo, pois há inúmeras interpretações distintas. Não há espaço nesse trabalho monográfico para uma discussão ampla, portanto, apenas alguns autores foram abordados com a finalidade de estabelecer uma base para facilitar a melhor compreensão do uso aqui feito do conceito.

De uma maneira geral, a moral está, em grande parte, vinculada à política, havendo uma interferência mútua. Isso já é notório na obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel,

---

<sup>6</sup> FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: vol 5, p. 251-286, 2002.

produzida no início do século XVI. Para Maquiavel, a *virtu* do príncipe não se limitaria a um conjunto fixo de qualidades morais, pois ela seria a capacidade do príncipe de ser flexível conforme as circunstâncias<sup>7</sup>. Portanto, o que seria imoral na vida privada, poderia ser uma *virtu* política, ou seja, o chefe de um principado não necessitaria ter as características da moral cristã, mas seria de vital importância parecer tê-las, não sendo nocivo se apenas aparentasse possuí-las.<sup>8</sup> Assim, ocorre uma separação clássica entre a política e a moral cristã.

A sociologia clássica afirmava, durante o século XIX, que a sociedade se organiza diante de normas morais para manter a ordem, sendo a moral um conjunto de regras compartilhadas que exigem que o indivíduo atue de acordo com as leis morais. Advogava-se que uma sociedade sã ou doente estaria ligada à adequação às normas da moral vigente<sup>9</sup>. Coube a Émile Durkheim romper com essas ideias, ao defender que os diversos códigos de moral se estabelecem conforme as formas peculiares de distintos grupos sociais, portanto, leis morais de uma sociedade podem ser rejeitadas por outra sociedade de contexto histórico-social diferente. NOTA

Neste período, outro pensamento que se tornará bastante abrangente a respeito da moral, será de Karl Marx. Segundo Marx, os homens formaram ideias falsas acerca das suas representações e a moral seria uma simples instância da ideologia burguesa. Desse modo, os produtos da cabeça dos homens acabariam se impondo sobre eles próprios, ou seja, os criadores se renderiam às suas próprias criações. Assim, para Marx seria fundamental se libertar dessas quimeras para se tornar um revolucionário, pois a moral criada afirmar-se-ia de cima para baixo, servindo como uma mera alienação para manter a desigualdade.<sup>10</sup> Ainda segundo esse autor, “A religião é o ópio do povo”, isto é, a religião amorteceria o sentimento de luta dos oprimidos, prometendo-lhes a salvação que seria a conquistada a partir de uma exemplar conduta moral cristã.<sup>11</sup>

Na segunda metade do século XIX, Nietzsche também criticou os valores morais vigentes, afirmando que a moral fora construída com a intenção de reprimir os fortes em

---

<sup>7</sup> CHAUI, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2012, p.338.

<sup>8</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 20. ed. São Paulo: Paz e terra, 2009, p.89.

<sup>9</sup> MAGALHÃES, Raul Francisco. *O que é imoralidade*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991, p. 9.

<sup>10</sup> MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p.36-37.

<sup>11</sup> CHAUI, 2012, p.138.

detrimento da liberdade dos desejos e paixões. Dessa forma, a moral cristã transformaria as ações naturais em culpa e vício, pois as paixões estariam vinculadas à expansão da força vital humana, não se restringindo à visão dicotômica judaico-cristã entre o bem e o mal. Segundo Nietzsche, essa moral foi inventada pelos fracos para controlar os desejos dos fortes, logo “submetem a vontade à razão”, inventando os castigos a partir da “mortificação do corpo e do sacrifício do espírito”. Nessa interpretação, a moral cristã afirmaria haver outra vida melhor na eternidade, que será oferecida em recompensa aos sacrifícios dos impulsos vitais. Assim, a “sociedade governada por essa moral hipócrita” impõe aos fortes modelos morais que os enfraquecem e os “tornam prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente.” Por isso, somente os fortes seriam capazes de transgredir as normas estabelecidas por essa moral<sup>12</sup>. Em suma, no seu livro *Genealogia da Moral*, Nietzsche argumenta que “Toda humanidade está sofrendo as consequências dessas ingenuidades terapêuticas dos sacerdotes (...) basta recordar o jejum, a abstinência sexual e a fuga para o deserto.” Portanto, haveria a legitimação da moral dos fracos, pois Jesus seria o redentor que traz a vitória aos pobres e enfermos através do “paradoxo de um Deus crucificado<sup>13</sup>.”

Outro pensador que fornece importantes elementos para compreender a moralidade, é Sigmund Freud. Freud defendeu a ideia de que os valores morais, ao invés de surgirem como expressão do bem, seriam normas repressivas que têm a função de controlar os desejos e impulsos inconscientes. “O inconsciente desconhece os valores morais”, tão logo, os comportamentos que são considerados imorais, são realizados como autodefesa do sujeito para preservar sua integridade psíquica, ou seja, se esses atos são moralmente condenáveis, poderiam ser necessários psicologicamente. Segundo o pai da psicanálise, existem duas instâncias antagônicas no inconsciente: o id ou libido sexual, que deseja a satisfação, e o superego ou censura moral, que absorvem os valores vigentes. Assim, a psique humana se rivaliza entre os desejos e censuras, sendo uma das causas de muitas doenças, a potência do superego ou uma moralidade inflexível, porque ocorreria uma tortura psicológica para aqueles que não conseguem se comportar de forma padronizada por essa censura moral irrealizável<sup>14</sup>. Isso poderia gerar a violência contra a sociedade, desprezando os valores estabelecidos, porque, segundo Freud “É quase impossível conciliar

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 177-178.

<sup>13</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007, p.32-33.

<sup>14</sup> CHAUI, 2012, p. 283.

as exigências do instinto sexual com as da civilização.”<sup>15</sup> Assim, ele propõe uma nova moral sexual que harmonize, da melhor maneira possível, os desejos inconscientes.

Na segunda metade do século XX, a obra de Michel Foucault influenciaria também diversos trabalhos acadêmicos. Foucault inaugura a perspectiva de que o poder não pode ser visto apenas na relação entre o Estado e os cidadãos, pois existe uma rede de micropoderes que abrangem todo o campo social. Sobre a moral, ele afirma que é aquilo que é reafirmado e reconfirmado pelas sentenças dos tribunais, havendo um sistema de micropenalidades em casos de desvios comportamentais, consolidando hierarquias e a ordem social.<sup>16</sup> Dentro dessa linha de raciocínio, o filósofo Raul Magalhães argumenta que “as normas morais tornaram-se leis positivas e são ordenadas em códigos, que preveem diversos graus de punição para os infratores”. Dessa forma, por exemplo, os castigos aos atos imorais de um libertino serviram para reforçar os valores de uma sociedade moralista. A imoralidade seria o resultado de um conflito desigual entre duas moralidades, saindo derrotados os valores morais de um grupo social inferior.<sup>17</sup>

Para o filósofo Leandro Chevitarese: “Todo agrupamento social estabelece para si mesmo normas de convivências, que tomam a forma de valores referentes a “bem” e “mal” aplicados à conduta. Isto é o que comumente se chama de “moral”. Seu emprego é regional e relativo a cada cultura.”<sup>18</sup> Já para o teólogo Otaviano Pereira, a moral não se reduz à sexualidade e nem à honra. Este último significado é tratado como sinônimo de moral mediante a estrutura patriarcal e autoritária de diferentes sociedades, legitimando a submissão feminina e justificando, por exemplo, os crimes “em defesa da honra.”<sup>19</sup> Otaviano Pereira demonstra que a moral está vinculada aos costumes, à norma e à lei. Um exemplo disso estaria no tráfego de bois pelas cidades. Alguém começaria a utilizar sebo nos eixos para diminuir o ruído das rodas. O que era um costume, passou, gradativamente, a se tornar norma, que por sua vez, virou lei moral em algumas cidades.<sup>20</sup>

Essa breve explanação sobre o conceito de moral nos permite perceber que existe uma relação entre a moral e a política. Interpretada como fruto das relações sociais, há o

<sup>15</sup> SIMÕES, José Geraldo. *O pensamento vivo de Freud*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986, p.76.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.68.

<sup>17</sup> CHAUI, 2012, p. 11.

<sup>18</sup> CHEVITARESE, Leandro. *Filosofia e Ética nas organizações*. Apostila interna do professor de filosofia da UFRRJ. Instituto Multidisciplinar Departamento de Educação e Sociedade, 2012.

<sup>19</sup> PEREIRA, Otaviano. *O que é moral*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991, p.14.

<sup>20</sup> Ibid., p.20

abandono, por esses intelectuais, da visão que enxerga a moral como uma dádiva divina através das leis e normas fundadas por Deus. No entanto, ao pesquisar as fontes publicadas por religiosos, em 1961, constata que o conceito de moral é tido como algo sagrado, direcionado pela Bíblia. Isso ajudará, em grande parte, compreender a satisfação e as exigências desses religiosos pelas medidas moralistas janistas.

Vale destacar, nessa monografia, o termo: “moralização dos costumes”, seguirá, em grande parte, a separação dual proposta por Vera Chaia<sup>21</sup>. Conforme indica essa autora, que analisou a atuação política de Jânio Quadros, de um lado, encontram-se os decretos em torno da “moralização administrativa,” que estaria mais voltada para o funcionalismo público a partir da carga horária, demissão, concursos públicos e assim por diante. De outro, permanecem os decretos vinculados à “moralização dos usos e costumes” através da censura às revistas, a proibição de maiôs nos concursos de misses, das rinhas de galo e do lança-perfume e outras coisas. Dessa forma, o enfoque sobre a “moralização” durante a gestão presidencial janista aproximar-se-á da moralização dos usos e costumes. Esse tipo moralização foi subdividida em quatro temáticas relacionadas à moral cristã: o jogo, o vício em produtos químicos, a vestimenta e a censura aos meios de comunicação. Essa divisão estabelecida nos ajudará a compreender a estreita ligação entre a moral cristã e as interferências nos costumes por Jânio Quadros. Dessa forma, quando se utiliza a expressão: “moral cristã”, fala-se em relação a esses quatro itens já apontados, aos quais são considerados imorais para o ensinamento moral da Igreja Católica.

Este trabalho argumentará que Jânio não estava isolado nessas ações moralizadoras e que tais ações geraram-lhe prestígio político diante da prioridade oferecida à renovação dos costumes, principalmente, por parte de setores da Igreja. Dessa forma, o eixo central dessa pesquisa gira em torno da ligação entre a moralidade e a política, demonstrando que assuntos acerca da moral dos costumes são de fundamental importância para uma parcela considerável da sociedade brasileira nos anos 1960. Almeja-se responder, entre outras questões, até que ponto essas ações moralizadoras dos usos e costumes partiram de cima para baixo. É igualmente nosso intento analisar: quais foram os principais motivos para a elaboração desses decretos; se a “ameaça comunista” teve influência direta sobre essas

---

<sup>21</sup> CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, . 1991.

determinações janistas; quais seriam os fatores que ajudaram esses devotos a ligarem a moralidade à política, contribuindo para apoiarem Jânio; e se os fundamentos teológicos interferiram a postura política dos de religiosos que redigiram os periódicos que servem de base para esse trabalho.

Para tratar dessas questões, essa monografia foi estruturada em três capítulos. No primeiro, serão apresentadas diferentes interpretações, produzidas em distintos períodos históricos, sobre as manobras políticas de Jânio Quadros, enfatizando as percepções de cada autor sobre os atos moralistas janistas. O segundo diz respeito à força política da Igreja após 1945; examinando a relação entre a moral cristã, o anticomunismo e as medidas moralistas. O terceiro refere-se à atuação de setores da Igreja Católica, aspirando às interferências nos comportamentos por meio da imprensa e de correspondências destinadas a Jânio. Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada e complexa acerca desses decretos, percebidos por muitos, como gestos sem créditos para uma análise científica.

# Capítulo 1

## Interpretações sobre Jânio Quadros e os decretos morais dos usos e costumes



Foto: Erno Schneider - 1962

Fig.35-*Qual o rumo?* Jornal do Brasil. 08. 1961 in: *Uma história escrita por vencedores: 50 anos de prêmio Esso de jornalismo*, p. 29.

Em 2011, meio século depois da renúncia de JQ, houve um encontro no auditório da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, no qual se discutiu os mitos por trás de Jânio e Jango. O historiador Jorge Ferreira iniciou sua apresentação afirmando: “precisamos levar o Governo de JQ a sério, apesar de tudo.” Jorge tentou relativizar certa construção sobre JQ, dizendo que “O que está nos livros de história é que ele proibiu brigas de galo, lança perfume, corridas de cavalo durante a semana. Mas o que ninguém lembra é que Jânio implementou uma dura lei contra o contrabando, além de ter criado uma nova política externa para o Brasil, que dura até hoje”<sup>22</sup>. Apesar dessa advertência para levar o governo de JQ “a sério”, os decretos do ex-presidente em torno dos comportamentos, embora interpretados como gestos sem importância, acabaram sendo a grande referência para sua breve gestão, bem como para a construção da imagem de um presidente sem crédito.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/janio-e-jango-os-mitos-e-o-golpe>

Tendo em vista tal quadro, esse capítulo inicia-se com uma análise sobre alguns materiais didáticos, verificando como tais decretos foram e continuam sendo interpretados. Mesmo perante uma tremenda escassez de trabalhos historiográficos, como observado por Jorge Ferreira, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a gestão janista. Essas obras foram organizadas em relação à conjuntura que foram produzidas, tornando perceptível a influência de cada contexto. Em cada obra será examinada as manobras políticas desse político e, mais especificamente, os seus decretos dos usos e costumes. Dessa forma, haverá um debate que fornecerá mecanismos teóricos e metodológicos, que ajudarão a investigar as hipóteses levantadas anteriormente. Será interessante perceber como esses atos janistas auxiliaram na construção da imagem bastante difundida acima: a de um presidente sem direção, ambíguo, alucinado e outras coisas. Assim, pretende-se, semelhante a Jorge Ferreira, tentar desconstruir essa ideia do senso comum sobre JQ, mas a partir do estudo dos seus próprios atos moralistas, considerados por muitos como sinônimos de perturbação mental.

Na amostragem realizada, foram analisados 10 livros didáticos, escolhidos de forma aleatória, para verificar como as medidas moralistas de Jânio são apresentadas. De uma maneira geral, nessa incursão realizada, percebemos que a imagem construída de um presidente insano, está bastante relacionada às suas ações moralistas, equiparadas por seu turno a assuntos irrelevantes. O primeiro livro didático *História da Sociedade Brasileira*,<sup>23</sup> de Francisco Alencar, explica que a gestão presidencial janista é eficiente por manter uma política externa independente e por enfrentar os interesses de diversos grupos econômicos. Já os decretos morais não são ao menos citados. Provavelmente, foram vistos como ações realmente sem justificativas, portanto, não tiveram espaço nessa leitura positiva do seu Governo.

O autor Ricardo Faria em *História terceiro volume* afirma que o curto período de sete meses deixou a população perplexa, porque houve “medidas absolutamente impensáveis como a proibição de brigas de galos, de corridas no jôquei-club, restrições ao uso de roupas de banho nos desfiles de Miss-Brasil um estilo de governo inusitado”.<sup>24</sup> Dessa maneira, seriam decretos sem nenhum cabimento e coerência por não haver

---

<sup>23</sup> ALENCAR, Francisco. *História da Sociedade Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ao livro técnico S/A, 1985, p. 297.

<sup>24</sup> FARIA, Moura de Ricardo. et al. *História terceiro volume*. São Paulo: Lê, 1989, p.427.



pensamentos paralelos que desejavam tais medidas. Para o autor Mário Schmidt, em *Nova história crítica do Brasil*: “Com tanta coisa para resolver, o presidente da república escrevia bilhetinhos para proibir a briga de galos”.<sup>25</sup>

O quarto material didático pesquisado foi o *História global brasileira e geral vol: único*, de Gilberto Cotrim. Ele explica que “Jânio tomou atitudes que surpreenderam, sobretudo porque se ocupou, pessoalmente, de assuntos corriqueiros.”<sup>26</sup>

De forma não muito diferente, no quinto livro, *Projeto Araribá História 8ª série*, há a seguinte afirmação: “Um presidente excêntrico: Jânio Quadros, tomou medidas consideradas extravagantes nos assuntos internos.”<sup>27</sup>

Para Nicolina Luiza de Petta, em *História uma abordagem integrada*, “tudo indica, todas as suas atitudes - a condecoração do Che e até a proibição do biquíni- tinham como objetivo preparar o terreno para encerrar o processo democrático.”<sup>28</sup> Esta interpretação é a única que relaciona a política à moralidade, oferecendo uma relativa importância a tais decretos.

O autor Antônio Pedro, em *História do Brasil, por seu turno*, afirma que “pautando por “obras” moralizantes, não atingia nem de longe as profundezas dos problemas nacionais. Estava mais preocupado em proibir corridas nos dias de semana que resolver as questões sociais.”<sup>29</sup>

Já os autores Nelson Piletti e Claudino Piletti em *História e vida integrada* argumentam que Jânio “adotou internamente uma política conservadora e autoritária, tomando tais medidas moralistas.”<sup>30</sup>

Na penúltima obra, do historiador Boris Fausto, *História do Brasil*, salienta-se que:

Jânio começou a governar de forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galos. No plano das **medidas mais sérias**, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores.<sup>31</sup>

<sup>25</sup> SCHMIDT, Mário. *Nova história crítica do Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Geração, 1996, p.163.

<sup>26</sup> COTRIM, Gilberto. *História global brasileira e geral vol:único*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p.551.

<sup>27</sup> MELANI, Maria Raquel Apolinário. *Projeto Araribá História 8ª série*. São Paulo:Moderna, 2006, p.197.

<sup>28</sup> PETTA, Nicolina Luiza de. *História uma abordagem integrada. Vol: único*. Rio de Janeiro: Moderna, 1999, p.178.

<sup>29</sup> PEDRO, Antônio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: FTD, 1987, p. 227.

<sup>30</sup> PILLETTI, Claudino, Piletti, Nelson. *História e vida integrada 8ª série*. São Paulo: Ática, 2003, p. 86.

<sup>31</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 437. Grifo meu.

O último material didático analisado foi o organizado pelos autores Ronaldo Vainfas, Sheila Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. É um dos mais atuais e um dos mais indicados aos professores e alunos, por se basear em interpretações historiográficas mais recentes. Entretanto, a temática sobre a moral continua bastante sucinta, pois é simplesmente identificada como “iniciativas polêmicas.”<sup>32</sup>

A breve análise dessas obras demonstra que essas ações voltadas para regular os usos e costumes são tratadas como irrelevantes. Essas interpretações sobre a gestão janista e, mais especificamente, a respeito de suas medidas moralistas, ajudam a construir uma imagem de um presidente *sem crédito*. Essa tendência dificulta a compreensão do porquê de tais ações, não estimulando a compreensão do contexto histórico.

Entre as fontes bibliográficas encontradas sobre Jânio Quadros, a maior parte foi produzida por acadêmicos e jornalistas, havendo poucas pesquisas historiográficas. A seguir, serão apresentadas diferentes obras com o intuito, principalmente, de compreender suas ações, verificando as distintas abordagens em torno da temática moral dos usos e costumes. Muitas dessas produções receberam grande influência da conjuntura vivida e do contexto intelectual da época. Essas obras contribuíram para nortear, problematizar e delimitar essa pesquisa, apesar da maioria apenas suscitar ou nem mencionar as questões dos usos e costumes.

Na década de 1950, durante o governo estadual de Jânio, em São Paulo, Viriato de Castro, jornalista e político, publicou o livro: *O fenômeno Jânio Quadros*, cuja 2ª edição foi atualizada em 1959. Nesta obra, o autor faz uma análise, por meio de revistas e jornais, da carreira política de Quadros, explicitando sua intenção de divulgar a candidatura de Jânio à presidência, sob o argumento de não haver ninguém para detê-lo.<sup>33</sup> Castro aponta três principais crises que atingia o país: a crise de autoridade, a crise econômica e a crise moral. De acordo com ele, Jânio se propusera a “combater essas três crises, através da recuperação moral, política e administrativa”. Por isso, existiria a luta contra a corrupção e o favoritismo para a restauração do prestígio da autoridade.<sup>34</sup> No entanto, quando aborda as questões morais, esse autor enfatiza apenas os assuntos acerca da moralização administrativa, isto é, o clientelismo, a corrupção, a negligência entre outros.

---

<sup>32</sup> VAINFAS, Ronaldo. et al. *História volume: único*. Editora: Saraiva, 2010, p. 788.

<sup>33</sup> CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: editado pelo próprio autor, 1959, p. 8.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 145.

A moralização dos usos e costumes não priorizada na análise de Viriato. O único momento em que toca na questão é quando, ao discutir a gestão municipal de Jânio, afirma que o Prefeito Jânio começava a ser acusado por seus adversários de não mexer com os grandes, só perseguindo os funcionários de baixo escalão. Viriato apresenta exemplos para tentar refutar esses ataques, advogando que Quadros “enfrentava grandes e pequenos, sem malícia ou temor”. Assim, enfatiza que “ninguém ousara mexer com o “Jockey Club” de São Paulo”, reduto da elite, mas Quadros mandou interditar esse local, porque não oferecia segurança pela precariedade do prédio.<sup>35</sup> Assim, o autor informa que essa atitude de Jânio está ligada ao combate aos poderosos, e não à moralização dos usos e costumes. Apesar de não mencionar tais assuntos e essa obra ser bastante tendenciosa, é pertinente para esse trabalho monográfico, porque oferece sinais do desprezo literário à moralidade dos usos e costumes, visto que não é utilizada para a construção de uma imagem moralista desse futuro candidato à presidência.

Logo após o governo estadual de Jânio, seu assessor de imprensa, José Pereira, lançou, em 1959, *Bilhetinhos de Jânio*. No livro, Pereira compila centenas de “bilhetinhos” enviados por Quadros aos seus subordinados, enaltecendo a imagem do ex-governador. Semelhante ao jornalista Viriato de Castro, ele tem a intenção óbvia de difundir uma imagem positiva para o pleito presidencial de 1960. Assim, não é a toa que figuram no texto diversos abaixo-assinados da população, apelando para o lançamento de sua candidatura presidencial.

Pereira afirma que durante os quatro anos de governo municipal, foram emitidos mais de 4 mil “bilhetinhos”, com o objetivo de “empurrar para frente a máquina administrativa”, vista como viciada e burocrática. Contudo, argumenta que os despachos e memorandos de Jânio foram chamados de “bilhetinhos” pela oposição com propósitos depreciativos, por serem “incisivos e contundentes”. Segundo Pereira, ocorreu o inverso, pois tal prática ganhou notoriedade por combater os “grilhões burocráticos”, marcando “uma personalidade diferente”, mas também por “reerguer (SP) São Paulo.”<sup>36</sup> Esses memorandos abrangem, em grande parte, as questões referentes à segurança, à saúde, à educação, ao trabalho e à moralização administrativa e aos costumes.

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 74.

<sup>36</sup> PEREIRA, José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959, p.13.

De acordo com as fontes impressas neste livro, é possível verificar questões em torno da renovação dos costumes, as quais não chegaram a ser trabalhadas pelo autor. Quadros envia ordens, por exemplo, para acabar com rifas de carros em praça pública e proibir as rinhas de galo quando ainda era governador. Em uma mensagem de fim de ano e do seu Governo, ele discursa ao povo através do rádio, da TV e da imprensa: “pelo trabalho construtivo e honrado, e aplicando todas as nossas energias no propósito de impulsionar o progresso material e moral da nossa gente, tornaremos mais felizes as gerações futuras”<sup>37</sup>. Esse autor também não problematiza as questões dos usos e costumes, apenas compila as fontes apresentadas acima, as quais possibilitam perceber que os assuntos moralistas já estavam presentes durante a gestão municipal de Jânio.

No início dos anos de 1960, a Guerra fria estava bastante acentuada, principalmente depois da Revolução Cubana. Nesse contexto a produção literária foi, em grande parte, influenciada pelo materialismo histórico. Em 1961, o historiador Moniz Bandeira, no livro *O 24 de agosto de Jânio Quadros*, faz um estudo sobre a gestão presidencial de Jânio Quadros através, principalmente, de telegramas diplomáticos entre os EUA e o Brasil. Nesse trabalho, Bandeira argumenta que Jânio executou um programa econômico para favorecer o grande capital e os interesses estrangeiros, pois o empresariado, fortalecido pela industrialização, almejava conter o crescimento do movimento operário e a para isso era fundamental a concentração de poder.<sup>38</sup>

O autor enfatiza a postura internacional do presidente, interpretada como elemento que serviu para fortalecer seu prestígio popular por meio de simpatias da esquerda, mas também barganhar maiores vantagens financeiras dos EUA. Com isso, seu Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, obteve novos financiamentos norte-americanos, consolidando a dívida externa brasileira. Nesse sentido, a oposição janista à invasão de Cuba, foi interpretada não como uma medida de respeito à soberania daquele país, mas sendo uma forma de evitar uma explosão interna devido à crise econômica e social, ou seja, a política externa serviria para resolver problemas internos.<sup>39</sup> A renúncia refletiria a tentativa das poderosas forças se tornarem hegemônicas e forçar os trabalhadores, por meio da contenção

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 164

<sup>38</sup> BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.18.

<sup>39</sup> Ibid., p. 16.

dos salários, a financiar a crise do capitalismo, sendo uma cartada para provocar um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso. Assim, na perspectiva de Bandeira, Quadros “representou o maior perigo fascista”<sup>40</sup>.

Quando esse autor aborda as questões em torno da moralidade administrativa, afirma que Quadros exprimiu as aspirações dos setores mais desenvolvidos da burguesia, principalmente de São Paulo, onde havia a hegemonia política nacional. Desse modo, empenhou-se em adaptar o aparelho estatal burocrático de acordo com o domínio burguês, isto é, impôs o terror nas repartições públicas, perseguindo e desmoralizando o funcionalismo público para tornar o Estado dinâmico e semelhante a uma empresa comercial. Sobre os assuntos que envolvem a moral dos usos e costumes, Moniz Bandeira defende que a Igreja, desde JK quando havia um esboço de reatamento com a União Soviética, já era contra essa aproximação. No entanto, durante o governo Quadros, a igreja não protestou contra esse restabelecimento de relações em função das questões morais, porque, ao mesmo tempo que se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decretos morais “para atender à reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná”, sendo uma das formas de neutralizar uma das forças políticas do país<sup>41</sup>. Nesta perspectiva, os atos acerca dos costumes são interpretados como sendo determinados pela estrutura da Guerra Fria e para atender a uma liga católica do Paraná. Essa abordagem não aponta essas medidas como algo insano de Jânio, mas antes como uma resposta a setores religiosos insatisfeitos com sua política externa. Fica, porém, em aberto se essas questões foram algo restrito a grupos católicos do Paraná.

O autor já analisado, José Pereira, conforme indicamos, apresenta fontes primárias compiladas que comprovam que as medidas moralistas dos usos e costumes não foram restritas ao período da gestão executiva federal. Dessa forma, é possível relativizar a ideia defendida por Moniz Bandeira de que seus decretos foram meras ações determinadas pela Guerra Fria e pela influência da Revolução Cubana em 1959, visto que o “propósito de impulsionar o progresso material e moral” já estava na sua agenda quando ainda era prefeito. Assim, talvez seja importante analisar outras hipóteses para problematizar os variados motivos desses decretos.

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 34.

<sup>41</sup> Ibid., p.34.

O repórter David Nasser editou, em 1966, *Jânio: a face cruel*<sup>42</sup>, uma coletânea de artigos escritos durante 1961 e 1962. Com uma abordagem marxista, ele vai analisando o desenrolar da gestão janista e, ao mesmo tempo, vai comentando os acontecimentos. O título resume a sua ideia central, apontando JQ como uma “gargalhada da história”, “namorando com Fidel, mas dormindo com Kennedy”. Assim, logo depois da renúncia, afirma que JQ “nunca foi louco. Ele é, realmente, um bom psiquiatra de 6 milhões de brasileiros.”<sup>43</sup>

Os artigos de 1962 estão mais voltados para sua candidatura a Prefeito de São Paulo, em 1962, contra Adhemar de Barros, quando JQ perde. Nasser reúne, por exemplo, depoimentos do pai de JQ contra ele mesmo. Assim, afirma que o leitor que sabe que o próprio pai condena o filho, seria um louco de votar em JQ para prefeito.<sup>44</sup> Em suma, por mais que essa obra não tenha um vigor científico, há várias fontes primárias que podem ser trabalhadas, como por exemplo, o depoimento do seu pai Gabriel Quadros: “desiludindo o povo que depositou em s. exa. a derradeira esperança da regeneração de costumes.”<sup>45</sup> Com isso, por mais que possa ser uma imaginação criadora, é possível verificar que os assuntos sobre os costumes estavam presentes, visto que seriam a esperança do povo.

Em 1962, o autor Castilho Cabral, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lança *Tempos de Jânio e outros tempos*. Neste trabalho são analisados os acontecimentos ligados à trajetória política janista, utilizando como principal fonte: seu convívio com Jânio. Semelhante a Viriato de Castro e a José Pereira, Castilho glorifica a imagem de Quadros, afirmando que sua “estrondosa vitória” nas eleições presidenciais de 1960, ofereceu apenas um terço do poder “ao chefe da revolução democrática.” Isso em função dos equívocos dos constituintes de 1946, quando impediram que o Congresso fosse renovado, simultaneamente, com o Poder Executivo. Outro um terço do poder estaria dominado pelo Supremo Tribunal Federal, onde predominavam os situacionistas. Assim, o novo presidente contaria apenas com a parcela de poder restante ao Executivo. No entanto,

---

<sup>42</sup> NASSER, David. *Jânio a face cruel*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p.73.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p.180.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p.185.

mesmo com essas “deficiências”, para Castilho, Quadros “atirou-se corajosamente à realização de seus propósitos”<sup>46</sup>.

Para comprovar essas “ações corajosas” do presidente, esse autor enumera diversas medidas, como por exemplo, a moralização administrativa, a criação de subgabinetes da Presidência nos Estados, irritando os governadores e políticos locais. Nesta lógica, a moralização dos usos e costumes, semelhante a Viriato de Castro, também foi interpretada como um ato de bravura, para combater os poderosos, o que permite entender sua ação no âmbito da regulamentação das películas cinematográficas, da propaganda comercial na TV e da cassação da concessão da Loteria Federal, geradora de lucros aos concessionários e aos políticos. Sobre a proibição das rinhas de galo e do uso de biquíni, ele apenas as mencionou, não fazendo ligações com as relações de poder.

Este livro contém diversos documentos impressos do Movimento Popular Jânio Quadros, que possibilitam aferir questões acerca da moral dos usos e costumes. Em uma carta<sup>47</sup> transcrita, existem relatos dos princípios do MPJQ, evidenciando a importância dos temas ligados aos costumes para esse movimento:

é preciso inculcar na consciência dos brasileiros, de todas as categorias sociais (...) que a vitória de Jânio significa (...) o início de uma revolução (...), cujo objetivo verdadeiro só será alcançado com a implantação de processos de governo, **estribados na moralização de costumes**, na dignificação da pessoa humana e na justiça social<sup>48</sup>.

Este trecho possibilita verificar que os assuntos morais dos costumes, não eram medidas isoladas de Jânio, pois a MPJQ também objetivava a implantação dessas medidas pelo Governo. Esse recorte também possibilita relativizar a proposta de Moniz Bandeira, de que os decretos morais foram apenas para satisfazer uma liga católica do Paraná, insatisfeita com a aproximação do governo em relação a um país comunista. Esses atos faziam parte das propostas políticas desse movimento, portanto, é viável deduzir que podem ter abrangido, de forma mais ampla, o corpo social. É curioso perceber que os autores Viriato, Pereira e Castilho, por mais que sejam correligionários de Jânio, não instrumentalizam a maioria dos atos sobre os costumes para criar uma imagem moralista de JQ, afinada com uma doutrina moral católica. As questões destinadas aos jogos são

<sup>46</sup> CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 243.

<sup>47</sup> Esta carta foi aprovada na convenção nacional do MPJQ de 22-7-61.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 283. Grifo meu.

interpretadas como formas de combater a desigualdade social, servindo para criar a imagem de um político corajoso. As demais proibições (das rinhas de galo e do uso de biquíni), por exemplo, são talvez percebidas por eles, como ações que estão fora da órbita governamental. Desse modo, as questões em torno dos costumes só ganhariam importância em função dos aspectos econômicos, na “luta contra os poderosos”.

Após o Golpe civil-militar de 1964, começa um período ditatorial e as esquerdas revolucionárias, assim como grande parte da sociedade, não tinham “a democracia como um valor supremo”<sup>49</sup>. A prioridade estaria na democracia social por meio de reformas estruturais. Nesse contexto, o jornalista Mário Victor publica, em 1965, *Os 5 anos que abalaram o Brasil*. Numa análise marxista e dual entre esquerdistas e direitistas, ele advoga que Jânio posicionou-se ao lado dos primeiros, voltando-se contra os conservadores, em especial, a UDN. Por isso, Quadros teria levantado a bandeira da Reforma Agrária, da Lei de Remessa de Lucros e da Lei Antitruste, sendo o início das reformas estruturais e administrativas reivindicadas pelo povo.<sup>50</sup> A partir dessas ações, as classes dominantes teriam esboçado pretextos para derrubá-lo, principalmente, a partir da política externa praticada. A UDN acusá-lo-ia de traidor e de estar conduzindo o país para uma ditadura. Já os grupos socialistas e trabalhistas começam ampará-lo. Nessa linha de raciocínio, a renúncia fora provocada por seu temperamento indisciplinado, pela falta de amadurecimento político e seu provincianismo.

Segundo Victor, a interferência nos setores públicos “despertara o país”, já que sua austeridade administrativa “projetou seu nome para todo território nacional”, concretizando as promessas eleitorais<sup>51</sup>. A respeito da moralização dos usos e costumes, defende que “quebrar tradições caducas” é “um desafio aos homens de espírito superior”, como Nietzsche na Filosofia e Marx na Economia. Dessa forma, Jânio seria um desses “homens de espírito superior” ao moralizar os costumes. Mário Victor defende ainda que aqueles que “colocavam o jogo acima da moral e dos interesses da família”, acharam uma ação discricionária e uma prova de sua intenção de se tornar um ditador. Entretanto, a maioria do

---

<sup>49</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47.

<sup>50</sup> VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.6.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p.90.



povo seria favorável à regularização da jogatina. Afirma que, para Quadros, o fundamental era o que estava nas entrelinhas desses decretos, ou seja, era uma forma de estimular o povo a voltar-se para os problemas mais importantes, como a exploração e a desigualdade do sistema capitalista<sup>52</sup>. Sobre os atos que censuravam a produção cultural, advoga que, para o presidente, os órgãos difusores da cultura deveriam ser orientados pelo Governo para oferecer ao povo uma educação elevada, sem uma lógica mercantilista, o que justifica a censura sobre os programas condenáveis moralmente. No entanto, tais ações, em grande parte, visavam atender as advertências do Papa João XXIII<sup>53</sup>.

Seguindo a mesma linha marxista de Moniz Bandeira, Victor defende que os decretos ligados aos jogos eram apenas gestos simbólicos para evidenciar a exploração e a desigualdade social, isto é, atitudes determinadas pelas estruturas econômicas do país. Em relação à censura à mídia, ele diz que JQ acreditava que o crescimento econômico não poderia ser prescindido dos órgãos difusores culturais. Assim, Victor enfatiza também os aspectos econômicos para explicar as interferências nos costumes, pois seriam formas de disciplinar o sentido mercantilista e os “preços exorbitantes”. Em suma, quando ele diz que JQ seria um dos “homens de espírito superior” ao moralizar os costumes, é possível perceber que apoiou esse tipo de censura, abraçando a ideia da época de que a democracia seria uma farsa burguesa. Mário Victor também não menciona os atos acerca das vestimentas.

Thomas Skidmore, historiador brasileiro, lança em 1967 *Brasil: de Getúlio a Castelo*. No capítulo destinado a Jânio, analisa de forma detalhada e factual a sua relação com o Congresso e a política externa. Skidmore considera Jânio Quadros um “Napoleão moderno”, pois tentava manter o controle através apenas da sua personalidade. A diferença para Napoleão estaria justamente em torno da temática moral, pois afirma que Jânio “desperdiçava energia com questões sem nenhuma importância”, como a proibição do uso de biquíni e do lança-perfume.<sup>54</sup>

Ainda nos anos de 1960, Francisco Weffort publica *O populismo na política brasileira*. O eixo central da sua pesquisa é a emergência das massas na política do país. Ele atribui um papel ativo às massas, colocando em destaque sua interferência na

---

<sup>52</sup> Ibid., p.103.

<sup>53</sup> Ibid., p. 107.

<sup>54</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 238.

composição de forças com a elite após 1945. Ora defende, ora nega a ideia de manipulação nessa relação. Assim, desde 1945, para Weffort, existiria um relativo espaço de manobra popular no período democrático. Para explicar essa questão, ele oferece o exemplo da vitória de Jânio para prefeito em 1953, quando 70% dos paulistanos recusaram a coligação adversária formada pelo Governo municipal, estadual e federal<sup>55</sup>.

Weffort explica o conceito de populismo, fornecendo diversas características de líderes populares que atuaram entre 1945 e 1964. Sobre o governo Jânio Quadros, afirma que a ambiguidade estava presente, porque, entre outras questões, discursava como sendo um homem do “tostão” contra os homens do “milhão”, esbarrando-se na sua associação com a elite. Soma-se sua retórica radical chocando-se com sua “consciência pequeno-burguesa.” Outro aspecto está na sua exposição dos problemas sociais, sem diagnosticar os motivos reais dos problemas. Isto explicaria o “êxito da violência verbal” de Jânio nas punições contra os funcionários públicos, ocultando das massas os “verdadeiros donos do poder”.<sup>56</sup> Explica que quando as massas se tornam proletárias, reivindicam um “Estado impessoal”. No entanto, à medida que não reconhecem sua condição de classe, baseiam-se apenas no carisma do líder, acreditando haver um “poder ilimitado.” Essa liberdade oferecida ao líder populista, permitiria que Quadros mantivesse essa postura ambígua. Mesmo assim, Jânio ainda deveria prestar contas diante das aspirações populares. Nesse sentido, segundo Weffort, o domínio de Quadros seria impossível mediante as “leis impostas de forma incondicional”, e simultaneamente, com medidas violentas e não sóbrias. Em suma, manteria uma ambiguidade através de um “relativo equilíbrio”<sup>57</sup>.

Weffort defende ainda que em alguns momentos que o populismo não foi uma simples demagogia e manipulação, de cima para baixo, a partir da ignorância das massas, porque existiam interlocuções entre o Estado e os trabalhadores. Entretanto, para o historiador Jorge Ferreira, há ambiguidades na análise de Weffort, já que em sua obra, em diversos momentos, a ideia de manipulação das massas e sua entrega ao carisma do líder aparece<sup>58</sup>. Por mais que defenda uma interlocução, Weffort não coloca em evidência os ganhos reais da população nesse jogo de interesses durante a gestão janista. Os assuntos

---

<sup>55</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p.17.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p.36

<sup>57</sup> *Ibid.*, p.37

<sup>58</sup> FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 78.

moralistas dos costumes não chegam a ser mencionados nessa relação entre o líder e as massas.

No início dos anos 1980, houve um intenso debate sobre o processo de abertura política e o fim da Ditadura Militar. Nesse contexto ganhou destaque discussões sobre se o povo sabia realmente votar e sobre a importância dos direitos políticos em detrimento da censura e do autoritarismo. Assim, atores, humoristas, intelectuais contribuíram na luta pela redemocratização, cujo auge dessa mobilização popular foi a campanha pelas eleições diretas em 1984.<sup>59</sup>

Nessa conjuntura, foi publicado, em 1981, o livro: *O governo Jânio Quadros*, da cientista política Maria Victória de Mesquita Benevides. Pesquisando diversas obras, Benevides enfatiza o vínculo das ações janistas, durante a gestão presidencial, ao declínio da participação democrática da população. Afirma que seu estilo e sua renúncia ajudaram desmoralizar o processo eleitoral, facilitando a ascensão dos militares em 1964. Caracteriza Quadros como: “o talento histriônico, a facilidade para a adesão epidérmica populista no pior sentido da palavra, da manipulação, do autoritarismo e psicologicamente instável.”<sup>60</sup> Influenciada pela leitura de Weffort, Benevides chama a atenção para diversas contradições durante sua carreira política, pois ao atacar o “desregramento moral” do poder público, ao mesmo tempo, Jânio proibiu os professores da USP de criticarem-no quando era governador de São Paulo. Ele condecorou Che Guevara, mas ordenou a repressão aos estudantes em Recife, onde ocorreu uma conferência com a mãe do próprio Guevara. Sem contar com a sua despreocupação com a ilegalidade do PCB<sup>61</sup>.

Maria Benevides argumenta que para entender sua ascensão política, há dois aspectos relevantes: o aumento da insatisfação de diversos setores sociais com o crescimento do custo de vida no final do governo de JK; e a transformação gradual do sistema partidário, mediante a decadência dos grandes partidos conservadores (PSD e UDN) e o crescimento do PTB e das agremiações interpartidárias. Assim, Jânio surgiria com força nesse “Aparente vácuo institucional e caos partidário”, “agravados pela crise

---

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.188.

<sup>60</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 8.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p.14.

econômica e social”. Sua postura suprapartidária seria a causa e a consequência dessa crise do sistema partidário<sup>62</sup>.

Semelhante a Skidmore, ela identifica um “bonapartismo janista”, entre outras questões, por Jânio se colocar acima dos partidos. Soma-se a isso a designação de oficiais para presidirem as Comissões de inquéritos moralistas e suas reuniões nos estados com seus governadores, esvaziando os poderes do Congresso. Benevides defende ainda que o bonapartismo, o moralismo e o autoritarismo contribuíram para o Golpe de 64. Isso poderia ser explicado a partir da consolidação da intervenção militar no cenário político, visto que concedeu um papel privilegiado aos militares. Outro fator importante considerado é a mobilização da extrema direita em função das contradições da política externa. E por último, pela radicalização da esquerda e de setores populares, porque ambos sofreram com a não realização das promessas de transformações sociais, sobrecarregando Jango de “demandas insustentáveis”. Em suma, ela advoga que “o Império da vassoura preparou o caminho para o domínio da espada.”<sup>63</sup>

Ao abordar a questão sobre a moralização, Benevides destaca que a vigilância moral, ideológica e punitiva de Jânio era centralizada no presidente, mas fragmentada em diversas proibições e avisos, ultrapassando a competência do Ministério da Justiça. Dessa forma, Jânio apresentava-se como um messias para resolver o caos da sociedade, utilizando recursos publicitários com a finalidade de uma campanha nacional de “recuperação da austeridade e da autoridade.” Essa moralização serviria como ideologia para a manipulação, almejando reforçar seu prestígio popular, porque esse moralismo, ao combater a corrupção do poder público, não questionava as forças sociais do sistema capitalista que sustentariam estes poderes corruptos.

É interessante quando ela aborda as questões morais. De acordo com Benevides, tais medidas fornecer-lhe-ão prestígio popular, porém, isso seria mais em relação à moralização administrativa acerca da corrupção. No entanto, quando observa os assuntos ligados à moralização dos usos e costumes, destaca: “Assim se explicam decisões pessoais do Presidente da República para questões disparatadas e insólitas, obviamente deslocadas das órbitas governamentais”.<sup>64</sup> Esses decretos dos usos e costumes permanecem sendo

---

<sup>62</sup> Ibid., p.20.

<sup>63</sup> Ibid., p.75.

<sup>64</sup> Ibid., p.40

desvalorizados politicamente e socialmente pela autora, servindo inclusive para a construção da sua imagem de “psicologicamente instável”.

O processo de abertura política, entre os anos de 1970 e 1980, também resultou na troca do bipartidarismo pelo pluripartidarismo. Em 1982, Jânio candidatou-se a Governador de São Paulo pelo PTB, ficando em terceiro lugar nesse pleito. Durante essa campanha estadual, o jornalista Gileno Dé Carli lançou *Os tempos de Jânio Quadros*<sup>65</sup>. Para o jornalista, Jânio começou a “demolir” os outros candidatos, ao investir contra a candidatura Lula: “líder sindical não tem partido político.”<sup>66</sup> Esse livro é dividido em três partes: o prefácio, escrito em 1981, e as outras duas correspondem na verdade a dois livros reeditados que ele escreveu em 1962, logo depois da renúncia, cujos títulos são *JQ, Brasília e a Grande Crise* e *a Anatomia da renúncia*. No prefácio, Gileno afirma que Jânio só tinha compromisso com o povo quando era presidente, mas encontrou uma Igreja reacionária e um Congresso conservador, que contribuíram para sua renúncia. Essa obra traz diversas informações sobre a carreira política de JQ, sendo possível identificar discursos de JQ ligados à moral cristã, que relembra passagens da bíblia.<sup>67</sup>

Em 1982, o jornalista João Mellão Neto, secretário administrativo de JQ na prefeitura de São Paulo, em 1985, apresentou *Jânio Quadros: 3 estórias para 1 História*. João Mellão identifica três principais versões criadas acerca de Jânio Quadros a partir de recortes de jornais, de obras literárias e de uma extensa entrevista com o jornalista Odon Pereira, contemporâneo à gestão janista. A primeira versão gira em torno da imagem de um presidente que carecia de condições psíquicas e emocionais para exercer este cargo. Na segunda, Quadros seria um farsante ligado ao capital estrangeiro e à burguesia nacional, desejando instalar uma ditadura para satisfazer seus interesses. A última está associada à imagem do herói, sendo um predestinado que ousou desafiar o poder econômico e foi derrotado. No entanto, João Mellão defende que essas três versões omitem a participação do povo através dos votos.

Para Mellão, a primeira ideia é a mais popularizada e muito difundida entre seus antigos aliados partidários. Essa aponta sua política externa como irresponsável e perigosa e sua política interna não teria alcançado os reais problemas nacionais. Assim, a renúncia

---

<sup>65</sup>CARLI, Dé Carli. *Os tempos de Jânio Quadros*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982.

<sup>66</sup>Ibid., p. XXXIV.

<sup>67</sup>Ibid., p. LII.

teria sido coerente com sua biografia.<sup>68</sup> A segunda construção da sua imagem transitaria em maior grau entre seus antigos adversários, existindo um respaldo de diversos intelectuais universitários. Esta corrente advoga que ele não tinha nada de louco. Seria um ator calculista e maquiavélico, mas também, subserviente ao grande capital e desejava instalar uma ditadura para favorecer os interesses da burguesia. Assim, sua política externa serviria para anestesiar os nacionalistas, numa “pseudo-independência” do Brasil. Essa aproximação interessava à burguesia nacional, porque precisava de novos mercados e de produtos primários. O estabelecimento de relações com a África e Ásia teria o mesmo propósito. A burguesia nacional dominaria a economia nacional, mas faltava se apoderar do Estado por completo, portanto, Quadros seria seu instrumento. Ainda nesta vertente, Jânio teria ajudado a eleger Jango como seu vice, porque já sabia que os militares jamais permitiriam que ele assumisse a presidência. O envio de Goulart à China às vésperas do Golpe, o auxiliaria na criação de um impasse, possibilitando a concentração do poder nas mãos de Quadros. A data de renúncia, não por acaso, fora um dia depois do aniversário da morte de Getúlio. Por isso, haveria uma semelhança entre sua Carta de Testamento e a carta da renúncia de Jânio, como por exemplo, respectivamente, as “forças ocultas” e as “forças terríveis”<sup>69</sup>.

Por último, a figura de Jânio como um herói, seria difundida por seus aliados que continuaram sendo seus correligionários depois da renúncia e seus fiéis eleitores. Para esses grupos nunca houve um presidente brasileiro de origem tão humilde e comprometido com o povo. Sua política externa possibilitaria o retorno do respeito do Brasil no exterior. Sobre a política social, seria a mais ousada, a partir do projeto de reforma-agrária, da lei anti-monopólios e da lei de remessas de lucros para o exterior. Essas medidas foram prometidas nas eleições, mas a direita enganar-se-ia achando que era uma simples demagogia. Para esse terceiro grupo, seus projetos foram arquivados pelos parlamentares para haver uma negociação, exigindo reformas mais brandas. Assim, para não renunciar aos seus projetos, Jânio preferiu “renunciar ao poder para não renunciar à honra”<sup>70</sup>.

João Mellão Neto, após recortar, colar e separar essas diversas fontes, afirma que estas versões serviram apenas para camuflar a questão mais importante: a capacidade do

---

<sup>68</sup> NETO, Mellão João . *Jânio Quadros - 3 estórias para 1 história*. São Paulo: Renovação, 1982, p.9.

<sup>69</sup> BENEVIDES, 1981, p.7.

<sup>70</sup> NETO, 1982, p.17.

povo de votar. Assim, as três construções (o maluco, o maquiavélico e o herói) tratariam o povo, respectivamente, como bandos alucinados, rebanhos ingênuos e uma massa desesperada. Dessa forma, negariam a capacidade do povo de escolher seus representantes com sensatez. Depois de criticar essas três visões, o autor acaba se posicionando entre os que trataram Jânio como um herói. Defende que Jânio formava uma imagem nova em relação ao povo, pois era diferente dos outros políticos, demonstrando ser capaz de ser puro, sem ser ingênuo, e honrado, sem ser inocente.<sup>71</sup> Para Mellão, ele combinava a cultura erudita universitária com os interesses populares, porque conheceria os dois mundos. Na sua perspectiva, o povo ignorou a imprensa e votou maciçamente em Quadros. Assim, a população não fora meramente manipulada, porque entre as palavras formais, ela percebeu as propostas de colocar o Estado de acordo com os seus interesses emergenciais. João Mellão oferece um papel ativo aos setores populares neste cenário, porém, não aborda a participação da população em torno da temática sobre a moralidade dos usos e costumes.

Em 1983, foi publicado *Jânio Quadros – 20º presidente do Brasil- 1961- coleção os presidentes*, livro de Hélio Silva, jornalista e um dos fundadores do PDC. A partir de entrevistas, ele faz uma investigação sobre Jânio Quadros, construindo uma imagem virtuosa. Esse autor se enquadra ao terceiro grupo apontado por João Mellão, que enxerga Quadros como um herói. Argumenta que presidente igual a Quadros não houve no Brasil, porque não alcançou o poder pela força, como fez Vargas, e por ter origem humilde, consequentemente, só firmou compromisso com o povo, não sendo servo nem dos E.U.A e nem da Rússia. O povo brasileiro não acreditava nos políticos tradicionais desmoralizados e não desejavam os militares, receosos de uma reedição do Estado Novo. Desse modo, “a descrença, somada à desconfiança, era igual ao desespero”, logo, Jânio significaria “a revolução pelo voto”, visto que ao se encontrar com o povo, houve a junção do desespero com a esperança.<sup>72</sup> Nessa obra, a renúncia de Jânio é explicada em função da tentativa de desmoralização da autoridade presidencial empreendida e em virtude da pressão de grupos para agir conforme seus interesses. Por isso, Quadros abandonaria o governo, mas com sua “autoridade intacta.”

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 134.

<sup>72</sup> SILVA, Hélio. *Jânio Quadros – 20º - presidente do Brasil- 1961- coleção os presidentes*. São Paulo: Grupo de comunicação três, 1983, p.31.

Hélio Silva, quando aborda as questões em torno da moralidade, concede um espaço de análise, relativamente mais detalhado, sobre tais assuntos. Demonstra como grande parte da população recebeu seus decretos de forma satisfatória, contribuindo com a ideia de Jânio como um presidente incomparável mediante seu compromisso com o povo. Porém, esse prestígio alcançado estaria mais ligado às questões da moralização administrativa. Assim, enfatiza mais os assuntos administrativos, como o Decreto nº 50.273, que disciplinava o horário integral dos servidores públicos, e o Decreto nº 50.369, que reduzia os vencimentos dos militares no Exterior. Em relação aos costumes, Hélio Silva faz uma análise factual, afirmando que a população se dividiu. A maioria acharia bastante positiva por ser moralizadora. Outros protestaram, principalmente, os próprios criadores de cavalos, funcionários, políticos e banqueiros.<sup>73</sup> Silva destaca apenas os decretos ligados às apostas e à censura aos meios de comunicação. No entanto, mesmo com essa relativa ênfase sobre essas leis, não são expostos os decretos sobre a proibição do uso de biquínis, dos desfiles das misses e do lança-perfume. Portanto, tudo indica que esses atos mais famosos não são nem citados, porque não ajudariam, por serem considerados sem nexos, nesse processo de construção da imagem de austeridade e eficiência de Quadros. Com isso, Hélio assemelha-se aos autores já pesquisados, que mesmo sendo aliados de JQ, não relacionam esses decretos ao campo social e cultural a partir da doutrina cristã.

Entre 1985 e 1988, Jânio exerceu o mandato de prefeito da cidade de São Paulo por meio da coligação PFL-PTB. Em 1987, Pompeu de Sousa, jornalista e senador do PMDB, publicou *Bilhetinhos a Jânio*,<sup>74</sup> livro no qual reuniu textos denominados de "Bilhetinhos a Jânio", publicados no jornal Diário Carioca em 1961, onde era redator. Assim, ele critica os métodos administrativos de JQ através desses "bilhetinhos" estampados na capa desse jornal e criados pelo próprio Pompeu, ou seja, seria uma forma de ridicularizar os "bilhetinhos" de JQ. Com isso, o governo de JQ é difundido como incoerente e incompetente, com um tom humorístico, diferente dos elogios oferecidos ao seu antecessor JK. Nesta lógica, os atos sobre os comportamentos também são noticiados como absurdos e contraditórios: "depois de ter marcado dia, hora e idade para trabalhar, para jogar e ver cavalos correrem, para beber- não venha, depois, querer fazê-lo, por

---

<sup>73</sup> Ibid., p. 60.

<sup>74</sup> SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.



exemplo, para o fumar, o comer ou o amar.<sup>75</sup>” Essa obra carrega uma vasta quantidade de fontes primárias, textos publicados quase que diariamente pelo Diário Carioca, havendo inclusive cartas de leitores.

Na década de 1970, começou a ser desenvolvido no CPDOC-FGV o projeto do DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro). Era um tempo em que o acesso à internet era raro e as informações esparsas. Assim, em 1984 publicou-se o DHBB, com seus 4.493 verbetes, reunindo informações dispersas<sup>76</sup>.

Os autores do verbete sobre JQ, Jorge Miguel Mayer e Libânia Xavier, analisaram, factualmente, toda sua biografia - sua ascensão política, enfatizando sua gestão presidencial a partir da política externa, sua relação com o Congresso e sua postura suprapartidária. Destacam as renovações nos costumes durante seu mandato presidencial, afirmando que foram medidas “destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral.”<sup>77</sup> Porém, não chegam a explicar quais foram os motivos para esses atos presidenciais.

A virada dos anos de 1980 para os anos de 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente. Com a vitória de Collor em 1989, houve, entre outras medidas, o confisco das cadernetas de poupança, ajustes econômicos e privatizações. Com isso, houve fortes mobilizações dos trabalhadores. Collor tentaria reagir às greves com propostas de modificações das leis de greve, condenando, por exemplo, o piquete<sup>78</sup>. Nesse contexto, a historiadora Silvana Walmsley defende sua dissertação de mestrado<sup>79</sup>.

O eixo central de seu trabalho gira em torno da relação entre JQ e os trabalhadores da cidade de São Paulo, durante o início de sua carreira política. Silvana pesquisa os anais da Câmara, revistas e jornais, identificando as semelhanças entre os discursos de Quadros e as demandas de temas priorizadas pelos operários. De acordo com ela, a ascensão política

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 160.

<sup>76</sup> Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> 2013-02-17 19:39. Em 2001, o dicionário foi revisado e atualizado.

<sup>77</sup> MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia Nacif. Verbetes sobre Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 4.819-4.829, 2001.

<sup>78</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 301.

<sup>79</sup> WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *Origens do janismo. São Paulo - 1948-1953*. IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).

JQ não pode ser explicada, meramente, pela demagogia e manipulação, porque ele só tinha o apoio do PDC, do PSB e de setores do PTB na vitória para a prefeitura de São Paulo, em 1953. Somar-se-ia o fato desse pleito municipal ter ocorrido justamente quando acontecia a chamada Greve dos 300 mil em São Paulo, apontada por muitos historiadores como uma manifestação autêntica dos trabalhadores. Desse modo, Walmsley defende que seria um equívoco pensar que os operários foram simplesmente manipulados pelo carisma de JQ.

Para comprovar sua hipótese, ela verifica as condições de vida dos operários após 1945. Explica que esse período seria marcado pela injustiça social, pelas condições precárias dos trabalhadores e pelo “enriquecimento e a fome”. Assim, Jânio atenderia os apelos dos operários a partir de uma “economia moral”, denunciando o alto custo de vida, o baixo salário, o nacionalismo e o “câmbio negro”. JQ acusaria também as torturas e repressões aos movimentos sociais. No entanto, ela afirma que isso era uma forma maquiavélica de Jânio, pois ele “teria seu show e sua plateia”, criando sua imagem de “justiceiro vigilante contra os poderosos”<sup>80</sup>, isto é, ele manipulava temas de grande interesse entre os trabalhadores. Para autora, Jânio enxergaria o Estado como o promotor da justiça, logo, as classes sociais não poderiam promover a justiça social por sua impotência e os setores burgueses em função de sua cegueira e egoísmo. Desse modo, JQ seria “a provável corporificação desse Estado”<sup>81</sup>, o que ajuda a explicar as origens do jânismo. Ela afirma que as forças que determinaram essa ascensão, estariam nos operários, não havendo espaço para a classe média e para os empresários.

Walmsley não trata de questões sobre os costumes para entender a emergência janista. No entanto, afirma que Adermar de Barros, o principal rival de Quadros, tinha um estilo que menosprezava os padrões éticos, sendo seu slogan: “rouba, mas faz”. Assim, para a autora, Adhemar deu a Jânio “os temas e a munição para a construção de seu discurso”, o que fez com que o moralismo de JQ fosse anti-ademarista. Até mesmo seu discurso articulado com o catolicismo social e sua adesão ao PDC seriam fortuitos. Nesse sentido, conforme defende, quando JQ tocava em assuntos sobre os costumes, simplesmente copiava a ação do deputado da UDN Juvenal Sayon, que já combatia a prostituição e o jogo

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 81.

<sup>81</sup> Ibid., p. 42.

de bicho.<sup>82</sup> Portanto, a postura de JQ seria independente da sua formação no Colégio Diocesano e na Faculdade de Direito.

Com o falecimento de Jânio Quadros em 1992, algumas obras são publicadas, engrandecendo, em grande parte, sua imagem. Em homenagem ao avô, seu neto, Jânio Quadros Neto,<sup>83</sup> e seu amigo advogado, Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, lançaram, em 1996, *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*<sup>84</sup>. Esse título já oferece sinais para perceber que essa obra enaltece a figura janista. Para analisar a trajetória política de JQ, ambos compilaram diversas bibliografias, mas sem contextualização. Nessa obra também há inúmeras entrevistas e artigos do próprio Jânio durante toda sua carreira, servido como fontes primárias. Somam-se os depoimentos do seu neto, contando sua relação política, sentimental e afetiva com seu avô, que serve como uma fonte oral pertinente para a compreensão da personalidade desse político. Em um desses relatos, por exemplo, afirma-se que JQ, já enfermo, teria confessado que ao renunciar tinha a intenção de retornar diante da mobilização popular.<sup>85</sup>

No prefácio dessa obra, Gastone Righie, mestre em Direito, analisa as questões dos comportamentos, tentando desconstruir sua imagem pitoresca em função das ações janistas. Dessa forma, defende, por exemplo, que a proibição do desfile com biquíni na televisão, estaria de acordo com os conceitos morais e estéticos conservadores daquela época<sup>86</sup>. Esse argumento aproxima-se do objetivo dessa pesquisa, porque sinaliza, indiretamente, para a existência de uma parcela na sociedade que apoiavam essas medidas conservadoras e voltadas para a preservação da moral cristã, logo, não seria uma ação unipessoal.

Também em 1996, Joel Silveira, em *Viagem com o Presidente eleito*<sup>87</sup>, homenageando seu amigo Jânio, narra sua viagem a bordo de um navio pela Europa junto com o recém-eleito presidente. Nessa época, o repórter Joel Silveira era correspondente do jornal *Mundo Ilustrado*. A intenção da viagem era transmitir informações sobre os contatos realizados por JQ no exterior, antes de chegar ao Brasil e tomar posse. No livro, Joel relata seu contato com Jânio, transmitindo, entre outras, uma imagem de um político educado,

---

<sup>82</sup> Ibid., p. 179.

<sup>83</sup> Suplente de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa Paulista.

<sup>84</sup> NETO, Jânio Quadros; GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.

<sup>85</sup> Ibid., p. 46.

<sup>86</sup> Ibid., p. 21.

<sup>87</sup> SILVEIRA, Joel. *Viagem com o Presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.

elegante, sendo nítido seu esforço em desconstruir a imagem hilária atribuída a JQ. Sobre os costumes, Joel afirma que assim que chegou à redação depois da viagem, perguntaram-lhe sobre JQ:

Quantos porres ele tomou? - não vi o Presidente Jânio Quadros tomar porre nenhum. Nos encontros que tive com ele, procedeu com a melhor compostura, conversa brilhante, variada, muito bem vestido e penteado.<sup>88</sup>

É interessante verificar que seus opositores, reconhecendo sua força política em torno do seu moralismo, acusavam JQ de alcoólatra, talvez isso explicaria essa pergunta feita pelo editor chefe. Essas acusações moralistas por seus adversários serão abordadas na obra do próximo autor analisado.

O doutor em semiótica, Nelson Valente, publicou sua tese, em 1997, que se transformou em livro: *Jânio de fio a pavio*<sup>89</sup>. Neste trabalho, Valente faz uma leitura positiva das medidas implantadas por JQ, defendendo a ideia de que houve uma revolução no seu governo. Com base na análise dos discursos, imagens e posturas de JQ, advoga que ele foi um fenômeno da comunicação de massa e um dos pioneiros em marketing político pessoal. De acordo com Valente, Jânio teria uma habilidade e a uma retórica com uma significação particular, sua oratória seria absorvida pelo imaginário popular através do seu manejo de sinais. O autor enfatiza, principalmente, o carisma e o personalismo de JQ para compreender sua trajetória política. Os decretos morais dos costumes não são mencionados. Apenas explica que seu adversário Ademar de Barros teria mandado um repórter perguntar a JQ, se ele bebia: - “O senhor sabe que a família interiorana é moralista e conservadora. Gostaria de lhe perguntar: por que o senhor bebe?” – “Bebo porque é líquido. Se fosse sólido, comê-lo-ia.”<sup>90</sup> Isso ajuda examinar a força política de JQ gerada pela moral, contribuindo para seus adversários atacarem sua imagem moralista. Porém, essas questões serão verificadas mais à frente.

Com o fim da Guerra Fria, a expansão do sistema capitalista e a aceleração do processo conhecido como globalização, o projeto liberal democrático ganhou destaque na

---

<sup>88</sup> Ibid., p.89.

<sup>89</sup> VALENTE, Nelson. *Jânio de fio a pavio*. 2. ed. São Paulo:Edicon, 1997.

<sup>90</sup> Ibid., p. 39.

nova ordem internacional<sup>91</sup>. Assim, diversas pesquisas nos anos de 1990 passaram a dar ênfase aos conceitos de liberalismo e democracia. Paralelamente, no contexto intelectual, a chamada nova História Política conquistou mais espaço. Essa nova abordagem teórica-metodológica vai de encontro com a visão materialista histórica ao advogar uma maior autonomia para o âmbito do político<sup>92</sup>.

Em 1991, a cientista política Vera Chaia publicou *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*, cuja abordagem se estende a toda trajetória política de Jânio, desde vereador em 1947 até o cargo de prefeito de São Paulo, em 1990. Seu objetivo é analisar os motivos que ajudaram o janismo a ter permanecido durante 43 anos no cenário político, mesmo ocorrendo inúmeras mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais.<sup>93</sup> Chaia desconstrói a imagem de uma figura psicologicamente instável, não praticando juízos de valores. Questiona os argumentos de Moniz Bandeira, que enxergava sua política externa como uma forma de “adormecer” a esquerda inconformada com o achatamento salarial. Em vez disso, advoga que havia um espaço de manobra, porque o programa de aproximação com os países socialistas, a defesa da soberania dos povos e a postura a favor da independência dos países africanos já estariam presentes durante sua campanha presidencial.

Segundo Maria Benevides sua renúncia, conforme já visto, significou um “golpe em Marcha”, semelhante à tentativa de Lacerda, porque ambos seriam um “ensaio de 64”<sup>94</sup>. Chaia, defendendo a autonomia do político, argumenta que para compreender sua renúncia, é importante estudar sua trajetória, visto que essa famosa renúncia, corresponde, na verdade, à terceira já realizada por Quadros dentro da mesma lógica. Assim, Jânio não acreditava que aceitariam sua renúncia, pois nas outras duas vezes, quando ainda estava articulando sua coligação para disputa presidencial, ele foi duas vezes imediatamente reconduzido ao poder, conseguindo maior autonomia nas suas ações e escolhas.

---

<sup>91</sup> IANNI, Octávio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, D; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). *O século XX – o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>92</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p.23, 1994.

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

<sup>93</sup> CHAIA, 1991.

<sup>94</sup> BENEVIDES, 1981, p.79.

Chaia enumera oito aspectos que marcariam a atuação política de Jânio em toda sua trajetória, sendo, em boa parte, os fatores que ajudariam na sua permanência por 43 anos no espaço político. O primeiro seria a confusão da sua personalidade com sua autoridade do Governo, ou seja, o personalismo está ligado à autoridade, conferindo um poder pessoal de aplicar as leis, transmitindo a ideia de uma vontade pessoal. A segunda questão gira em torno da moralização, visto que Quadros não faz uma distinção entre a moralização pública e privada, logo ambas deveriam ser combatidas. Para ela, esse moralismo se mostrou ambíguo em ambas esferas, pois na moralização administrativa, por exemplo, houve a demissão de diversos funcionários não concursados. Porém, para a escolha do seu grupo administrativo, eram utilizados critérios por meio da afinidade pessoal. Sobre a moral privada, defendia a moralização dos comportamentos, mas foi acusado, quando ainda era Governador, de assediar sexualmente uma ex-funcionária demitida por ele.

Outra característica estaria na desvalorização das instituições democráticas e dos partidos políticos, sendo o Congresso visto como um empecilho à ordem. No entanto, quando era ainda parlamentar tratá-lo-ia como um poder soberano. Nos cargos executivos, os dois outros poderes seriam negligenciados. Somam-se as alianças políticas que no discurso eram condenadas, mas eram realizadas discretamente.<sup>95</sup> Defendia a liberdade, mas com disciplina, ou seja, uma liberdade restrita a partir da censura e da represália aos opositores, como por exemplo, a transferência de oficiais nacionalistas para locais isolados do país.

O quarto elemento está relacionado ao seu quadro administrativo, cujo espaço se limitaria aos que o apoiavam, amigos e seguidores, substituindo as tarefas dos partidos coligados. Mesmo assim, o poder concentrar-se-ia na sua figura. Conectado a essa questão, o quinto aspecto está na influência na sua formação dos ideais do tradicional pensamento autoritário a partir de Alberto Torres e Oliveira Viana. Jânio enxergaria a sociedade de forma desarrumada, necessitando de um Estado forte para colocá-la em ordem. A sexta questão tem a ver com mais uma ambiguidade do Estado, que defende o liberalismo, mas interfere nos comportamentos através dos seus decretos.

---

<sup>95</sup> CHAI, 1991, p.307.

A penúltima característica estaria nas mudanças ocorridas na sua base de apoio. Quando ainda era vereador, em 1947, defendia greves e melhores condições aos operários, logo sua base era, principalmente, de trabalhadores. Na disputa presidencial, em 1960, as forças concomitantes seriam formadas, entre outras, por operários, pela classe média, empresários e latifundiários, o que fez com que passasse a afirmar, neste momento, que a greve era sinônimo de desordem. Por fim, ficaria o seu próprio autoritarismo, que seria um fruto das sete características já descritas, também presente no janismo em todos os períodos<sup>96</sup>.

Em relação aos decretos morais, a autora faz uma separação dual entre a moralização administrativa e dos usos e costumes. Segundo Chaia, a moralidade é aspecto relevante para entender, como diferentes camadas sociais se uniram para lhe apoiar, pois esses decretos conseguiriam homogeneizá-los pela falta de uma proposta política consistente. Ela argumenta que esses decretos demonstram mais uma ambiguidade, pois, ao mesmo tempo, que defendia o liberalismo, Jânio interferia nos comportamentos pessoais e privados.

Ainda em relação às atitudes sobre os comportamentos, a autora destaca que “A batalha particular por ele travada, a favor da sua visão de moralização dos usos e costumes, implicou, em determinado momento, na defesa da censura prévia.”<sup>97</sup> Essa afirmação endossa essa pesquisa monográfica, ao apontar que essa batalha pela moralização de usos e costumes seriam ações particulares de Jânio. Porém, isso não quer dizer que Chaia esteja defendendo que essas medidas moralizadoras eram algo da imaginação supostamente insana e de valores individuais de Jânio, visto que ela deixa claro que essas medidas ajudarão na construção da sua imagem moralista, causando-lhe prestígio político. Entretanto, Chaia entende que os decretos morais foram ações de cima para baixo, não havendo interferência das camadas sociais, as quais teriam permanecidas inertes sob o seu carisma e sua personalidade forte e autoritária. Assim, tais decretos causariam meramente um impacto na opinião pública, tão logo, não existe um esclarecimento se havia um papel ativo de grupos sociais vinculados a essas medidas.

---

<sup>96</sup> Ibid., p. 308.

<sup>97</sup> Ibid., p.31. Grifo meu

Também dialogando com a chamada Nova História Política, Felipe Magalhães, na sua dissertação de mestrado, defendida em 1998<sup>98</sup>, estuda os primórdios da ascensão de Jânio Quadros. Magalhães utiliza como principais fontes: proposições, requerimentos, indicações, debates e discursos presentes nos Anais da Câmara Municipal e da Assembléia Estadual. De acordo com ele, talvez pela escassez de trabalhos sobre Jânio, criaram-se duas imagens principais: na visão popular, ele seria o maluco ou o ridículo, já no meio acadêmico, o golpista ou o populista de direita. No entanto, Felipe lembra que Jânio foi o terceiro da lista de cassados pelos militares.<sup>99</sup>

Diferente de Maria Benevides, que aponta o surgimento de Jânio como casual, Magalhães problematiza a questão e demonstra os fatores que contribuíram para sua ascensão. Assim, Vera Chaia e Benevides explicam que a sua cadeira de vereador só foi conquistada graças à cassação dos vereadores comunistas. Já Felipe Magalhães demonstra que os 1.707 votos foram suficientes para ser eleito, independente da perseguição ao PCB. Com isso, ele defende que para entender sua ascensão política é preciso considerar que JQ formou um mito político capaz de circular entre distintas camadas sociais, por meio de inúmeras propostas, mas também, por ser uma figura multifacetada e com inúmeros papéis, adequando-se à variedade de desejos dos eleitores. Dessa forma, Magalhães advoga que seu aparecimento não foi apenas produto da oratória ou dos aspectos psicológicos. Conforme ressalta, Jânio chegou à Câmara através de um partido pequeno, o PDC, mas em três anos se tornou Deputado Estadual recordista de votos. A explicação estaria no seu desempenho em projetos de leis e proposições.

O autor defende que Jânio utilizava uma máscara diferente para cada situação, entrando em cena o fiscal, o combatido, o oprimido, depois o administrador zeloso, em seguida o moralista conservador e assim por diante, de acordo com os temas importantes que surgiam e penetravam em diversas camadas sociais. Essas imagens legitimar-se-iam através de projetos de lei, como por exemplo, a defesa dos canos de descarga sobre o teto dos ônibus para evitar a poluição e a sua crítica ao aumento do ingresso do futebol. Para completar seu personagem, precisaria do vestuário, da maquiagem e da máscara. Os políticos da classe dominante se apresentavam de forma elegante e barbas feitas. Jânio

---

<sup>98</sup> MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 14.



mostraria não pertencer ao mesmo grupo social dos seus adversários, porque terno só tinha um, a barba era mal feita, tinha caspas e comia sanduíches de mortadela. Segundo Magalhães, essas maquiagens também faziam parte da construção da imagem com que o proletariado se identificava.<sup>100</sup> Entretanto, Felipe Magalhães utiliza as expressões máscaras, personagem, cenas não de forma pejorativa, mas como metáforas para facilitar a compreensão desse político, comparando às cenas de uma peça de teatro, cujo personagem protagonista seria Jânio Quadros.

Segundo Magalhães, a notoriedade de Jânio não seria só por causa de seu carisma e personalismo. Ele argumenta que seria um equívoco imaginar que essas imagens foram grandes farsas maquiavélicas, visando à presidência. Isso porque mesmo servindo para obter ganhos políticos, havia ganhos sociais reais para as camadas sociais menos favorecidas. Desse modo, JQ conseguiria trazer para o plenário várias reivindicações dos paulistanos, que há muito tempo seriam negligenciadas pelo Estado. Isso poderia ser visto a partir da sua postura contrária à construção de estádios e de auxílio às festas carnavalescas, defendendo prioridade para a construção de moradias, saneamento básico e iluminação. Com isso, moldaria uma figura de uma nova geração, opondo-se à tradicional política ademarista, porque, de acordo com Magalhães:

Jânio decidiu coloca-se ao lado dos oprimidos, tomando para si a responsabilidade de levá-los à vitória, representada pelo fim dos privilégios, pelo fim da corrupção, pelo início de uma era marcada pela justiça social, pelo respeito aos direitos do cidadão e por um Estado capaz de ouvir a voz vinda das ruas<sup>101</sup>.

Um dos motivos para entender essa postura de “ficar ao lado dos oprimidos”, estaria para o autor, na sua formação em Direito no Largo de São Francisco, onde o contato com aspectos jurídicos havia ajudado na construção da ideia de uma promoção de justiça igualitária. Desse modo, ele opõe-se à ideia de Silvana Walmsley, que defende uma postura maquiavélica. Outra questão que não há consenso entre ambos encontra-se na base de apoio de JQ. Enquanto Walmsley defende que seus eleitores eram os operários, para Magalhães sua base eleitoral era muito mais abrangente, alcançando a classe média e os empresários.

---

<sup>100</sup> Ibid., p.174.

<sup>101</sup> Ibid., p.152.

Sobre os decretos morais dos costumes, Magalhães explica que a moral cristã vai acompanhá-lo em toda sua trajetória, contribuindo para ênfase nos temas acerca dos bons costumes. Esses decretos eram uma forma de se diferenciar dos políticos tradicionais e de mostrar preocupação com assuntos que penetravam em diversos grupos sociais, principalmente, as grandes parcelas de uma sociedade conservadora, ampliando seu campo de ação<sup>102</sup>. Semelhante a Vera Chaia, Magalhães explica que essa temática já era abordada neste período a partir da tentativa de proibir a exibição de “películas obscenas” e de “revistas pornográficas” e oferecer maior policiamento de costumes nas ruas para evitar que as senhoras de boa sociedade passassem por constrangimentos.<sup>103</sup> Em suma, para o autor, a moral cristã já estava presente constantemente e os temas relacionados à moralização dos usos e costumes penetram em diferentes camadas sociais, interferindo na política. Isso servirá de suporte para esse trabalho monográfico, porque se suas ações ligadas aos costumes se transportam com facilidade em toda estratificação social, deduz-se que a interferência da moral na política poderia ser bastante significativa também.

O historiador Felipe Loureiro, em 2009, escreve um artigo<sup>104</sup> no qual examina a relação entre Jânio e o Congresso Nacional durante sua gestão presidencial. Através da análise dos discursos de JQ e dos parlamentares, ele argumenta que Jânio agiu de forma calculada para esvaziar os atributos constitucionais do Congresso diante da população. Assim, sustenta que a configuração partidária do congresso era desfavorável a Jânio, pois 64,1% eram compostos por partidos opositores (PSD, PTB e PSP). Jânio teria atacado JK e o Congresso no seu primeiro discurso e abriria sindicâncias sem consultar o Legislativo. Outra questão importante estaria na ação calculada de enviar os projetos de “reformas de estruturas” aos parlamentares, pois já sabia que jamais aceitariam uma Reforma Agrária, colocando-os contra a população. O autor defende que essas medidas de JQ tinham a intenção de fazer uma reforma constitucional para fortalecê-lo em detrimento do Legislativo, por isso o título do seu artigo: “Varrendo a Democracia”<sup>105</sup>.

---

<sup>102</sup> Ibid., p.17.

<sup>103</sup> Ibid., p.173.

<sup>104</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.57, pp. 187-208. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000100008>. 15\02\2013 15:50.

<sup>105</sup> Ibid., p.14.

Esse esvaziamento das funções do Legislativo teria como consequências: a participação popular como algo mais eficaz do que a espera pelos representantes do Parlamento e o lançamento das reformas de estruturas por JQ que vão se transformar nas Reformas de Base. Outro desdobramento seria a criação da CPP (Comissão de Política Parlamentar) pelos parlamentares para defenderem-se dos ataques de JQ. Essa comissão teria sido fundamental para a aprovação das medidas de Jango como a Lei Antitruste e a de Limites da Remessa de Lucros. Portanto, para Loureiro, entender essa relação de divergências ajudaria explicar alguns motivos não só acerca da renúncia, mas também, de aspectos da gestão de Jango e até do golpe de 1964.

Loureiro não menciona as questões vinculadas à moralidade dos costumes. Porém, quando explica que são poucos trabalhos sobre JQ, destaca que, a grande maioria, enfatiza apenas a renúncia ou se prende “nos aspectos pitorescos da atuação janista, tais como seus inúmeros decretos de cunho moralizante”<sup>106</sup>. Dessa forma, por mais que esse autor defenda que um político que ocupou todos os cargos (exceto de senador) não pode ser visto como uma pessoa mentalmente desequilibrada e irracional, ele acaba conectando as reformas em torno dos costumes a “aspectos pitorescos”.

Em 2001, Eduardo Grossi, mestre em comunicação social, lança um artigo<sup>107</sup> sobre a propaganda política de Jânio na campanha presidencial de 1960. Neste trabalho, Grossi defende que JQ teve uma “ascensão meteórica” a partir do seu personalismo, seu “populismo extremado” e por saber utilizar de forma habilidosa os meios de comunicação de massa. Por outro lado, conforme afirma, esses últimos, paradoxalmente, não teriam a capacidade de manipular o povo, já que, os meios de comunicação em massa não são tão eficazes como se imagina. Grossi destaca que havia no Brasil grupos intermediários, denominados por ele como “líderes de opinião” ou “comunicadores de folk” (agentes locais vinculados às manifestações folclóricas) que reenviavam a propaganda janista aos eleitores em geral da sua região através de códigos que eles pudessem interpretar. Esses grupos intermediários teriam um papel ativo nesse processo de intercomunicação, enquanto a

---

<sup>106</sup> Ibid., p.1.

<sup>107</sup> GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicacionais da propaganda política de Jânio, quadros na campanha presidencial de 1960*. Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

população em geral aceitaria suas informações de forma inerte<sup>108</sup>. Desse modo, JQ acertaria nas regras do processo de comunicação interpessoal, porque partiria direto para conquistar esses “líderes de opinião” que tinham prestígio, instrução e capacidade de absorver as mensagens de JQ.

A propaganda janista seria transmitida de duas formas: a de caráter oficial, que lhe apresentava numa postura mais séria, e as conduzidas pelos comunicadores de folk, que apresentavam JQ com traços regionais, incorporando costumes e tradições de várias regiões do país. Um exemplo disso estaria nas charges de Jânio vestido de cangaceiro e tocando sanfona. Essas imagens e informações com características regionais reelaboradas por esses “líderes de opinião” teriam um papel de destaque na conquista das classes populares e, conseqüentemente, na vitória presidencial de Jânio. Segundo Grossi, essas mensagens reelaboradas, de acordo com os valores e costumes do local, eram carregadas de humor, anticomunismo, religião, mas também, de moralismo. Esse último item não chega a ser desenvolvido pelo autor, porém, ele oferece sinais de que as questões sobre os bons costumes também eram trabalhadas por esses “líderes de opinião”, codificando-as conforme as peculiaridades da região.

Outro trabalho interessante é o de Newton Duarte Molon, também mestre em comunicação, que defendeu sua dissertação<sup>109</sup> em 2006. O objetivo do autor é discutir a ligação entre a condecoração do Che, a renúncia e o poder da mídia, verificando a dependência de JQ em relação aos meios de comunicação. Molon explica a ascensão de JQ a partir do seu forte carisma e personalismo, considerando-o um dos precursores nas “técnicas de marketing político”. Ele compara JQ a Antônio Conselheiro, pois muitos lhe seguiriam pelo seu poder místico e por ser um personagem “folclórico”. Dessa forma, haveria uma grande dependência do poder da mídia, porque ocorreria, justamente, durante o desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, a potencialidade da grande mídia.

Para explicar a renúncia, Molon argumenta que JQ manteve-se insubordinado à elite, não conferiu privilégios aos meios de comunicação e sua política externa chocava-se com o pensamento hegemônico. Para ele, a condecoração ao Che seria o estopim para a mídia criar um mito de tendências esquerdistas sobre JQ. No entanto, a explicação para tal

---

<sup>108</sup> Ibid., p.7.

<sup>109</sup> MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

fato estaria na sua personalidade “ciclotímica”, “inconsequente” e “espetaculoso”, visto que “desmaios em comícios, proibições de lança-perfume e brigas de galo, só isso já seria razão mais do que suficiente para a condecoração do rebelde”<sup>110</sup>. Desse modo, Molon advoga que JQ seria abandonado pela mídia justamente quando mais precisaria do apoio popular. Em suma, ele acredita que as elites teriam condições de sofisticar os “aparatos ideológicos” pela falta de mobilização social, limitando as “possibilidades críticas da recepção”, ou seja, haveria um efeito determinante dos meios de comunicação na formação da opinião pública contra uma aproximação comunista. Com isso, seria como se o “feitiço se virasse contra o feiticeiro”.

Essa abordagem, relativamente recente, continua reafirmando uma imagem “ciclotímica” e as interferências sobre os costumes permanecem como sinônimo de desmaios em comícios ou de grande quantidade de caspas.

Outra tendência historiográfica que vem influenciando estudos mais recentes é a chamada Nova História Cultural, herdeira da História das Mentalidades dos Annales, que recebeu inúmeras críticas por ser considerada ambígua e sem campo delimitado. Representando esta nova corrente, o historiador inglês Edward Thompson abordou os comportamentos, usos e costumes, mas sem abandonar seu viés marxista de resistência social e de luta de classe. Para ele, a presença de usos e costumes tradicionais entre grupos dominados possibilitaria a identificação de interesses comuns<sup>111</sup>. Thompson defende que o homem teria um instinto de justiça por meio da luta por seus direitos e pelo cumprimento das leis. Nega que as classes dominantes tenham um “monopólio exclusivo” sobre a criação de ideias por meio da ideologia. Com isso, confere às pessoas comuns a capacidade de produzirem seus códigos e valores comportamentais, negando-lhes a passividade, visto que possuem iniciativas próprias<sup>112</sup>. Desse modo, ele acredita que quando se estuda a relação entre o Estado e a população de cima para baixo, corre-se o risco de se conferir um poder exagerado ao aparelho estatal ou a classe dominante, sem levar em consideração que as

---

<sup>110</sup> Ibid., p. 9.

<sup>111</sup> CARDOSO, Ciro Flamáron e Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.145.

<sup>112</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

classes sociais inferiores também podem ter um espaço de manobra em relação à apropriação, criação e reformulação de suas próprias ideias e propostas políticas<sup>113</sup>.

Nesta linha teórica, o historiador Jefferson Queler defende sua tese de doutorado em 2008.<sup>114</sup> Ele analisa a construção da imagem pública de Jânio entre 1959 e 1961 por meio, principalmente, de 5.345 cartas enviadas a Jânio e documentos iconográficos. Queler evita a perspectiva, como a de Vera Chaia e Maria Benevides, que apontam o personalismo e a propaganda em torno de JQ como fatores principais para explicar sua força política. Advoga que diferentes grupos sociais de distintos locais do Brasil tiveram um papel ativo por meio de propagandas, textos, poesias e músicas elaborados por eles próprios, demonstrando haver uma autonomia na formulação das suas autênticas propostas políticas. Com isso, Queler apresenta a população de diferentes regiões como agente ativa no cenário político, diferente de Grossi que identifica apenas os “comunicadores de folk” como atores políticos na campanha de JQ.

Esse autor argumenta que JQ atrelava-se a projetos e práticas políticas que estavam em discussão entre a população. Portanto, isso teria sido fundamental para atrair o eleitorado por meio, em grande parte, de medidas que gravitariam em torno da tradição democrática cristã. Opondo-se à explicação de Magalhães, cujos personagens e maquiagens faziam parte da construção da imagem que os proletariados se identificavam, Queler afirma que a construção da imagem pública de JQ não poderia ser desvinculada das táticas empregadas pelos cidadãos em relação às informações transmitidas pela mídia, porque eles “reverbavam” e discutiam os temas presentes de forma seletiva. Ele diz que não há como fixar os sentidos aos consumidores por uma máquina de propaganda oficial, pois os efeitos da mídia, diferente de Newton Molon, não anulariam a discussão pública de ideias, propostas e críticas ao governo<sup>115</sup>.

Queler enumera dezenas de fotografias que ajudaram construir diversas imagens de JQ, como a do autoritário, do descontrolado, do providencial, do bufão, entre outras. No entanto, a população não seria uma folha de papel em branco que se alienaria de forma passiva. Exemplo disso encontrar-se-ia na sua imagem projetada de uma figura autoritária

---

<sup>113</sup> FERREIRA, 1991, p.104.

<sup>114</sup> QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 104.

por seus adversários, mas, inúmeras vezes, reelaborada como um meio eficaz para a implantação da lei e da justiça. A imagem do descontrolado foi substituída, em grande parte, pela figura do político que tinha controle de si mesmo e a figura providencial também foi utilizada pela população para obterem vantagens pessoais.

Segundo o autor, a propaganda janista não foi realizada apenas por um núcleo organizado da MPJQ. A imagem pública de Jânio fora criada de forma coletiva e voluntária por meio de discussão e debates entre a própria população. Assim, a partir dessas missivas, ele explica que há pedidos para utilizar os materiais de publicidade oficial em diferentes locais do Brasil, onde os raios de alcance desse aparato publicitário não chegavam, existindo, por exemplo, versos e músicas criadas por pessoas comuns que circulavam entre a própria população. Inclusive afirma, por meio de indícios, que há a possibilidade dos famosos símbolos janistas (a vassoura e a vela) terem sido criados pela própria população<sup>116</sup>.

Ao abordar a gestão presidencial, afirma que JQ esforçou-se para conseguir concretizar seus projetos políticos ligados à democracia cristã, tentando atender aos interesses de diversos grupos sociais. Por isso, a política externa em defesa da autodeterminação dos povos, a lei sobre a remessa de lucros para o exterior, a moralização administrativa. Com isso, criar-se-iam demandas insatisfeitas, porque se:

Estes planos, foram bem sucedidos no período eleitoral, com a arregimentação de diversos grupos sociais em torno dos projetos explicitados, revelar-se-iam um arranjo explosivo durante o mandato presidencial, quando os grupos em confronto reivindicavam do governo um posicionamento mais substancial a favor de um dos blocos envolvidos na disputa.<sup>117</sup>

Queler também dialoga com a Nova História Política para interpretar a renúncia. Diferente de Moniz Bandeira, que interpretou a renúncia como produto de interesses ligados ao capital estrangeiro, Jefferson defende que houve pressões também do empresariado nacional, da classe média e das camadas mais baixas. Por isso, sustenta que quando JQ se deu conta de que não poderia implantar suas propostas vinculadas à democracia cristã e ao catolicismo social que os acompanhariam por toda sua carreira, JQ saíra pelo um meio autoritário através de uma escolha pessoal dele. Dessa forma, Jefferson

---

<sup>116</sup> Ibid., p. 46.

<sup>117</sup> QUELER, 2008, p. 338.

não concorda que a renúncia ocorreu por um desequilíbrio psicológico de Jânio. Defende que Jânio, ao ser acusado de levar o país rumo a uma ditadura por ser um caudilho, acabou optando de forma calculada realmente por um Golpe, ou seja, seria como se os próprios inimigos oferecessem um caminho a partir dessas fortes pressões. Com isso, Queler afirma que JQ tinha outras opções para permanecer como presidente no sistema democrático. Haveria a possibilidade de continuar mesmo com um espaço estreito de manobra. Ele também poderia optar entre o bloco progressista ou o chamado conservador, abandonando as propostas políticas que o acompanhavam durante toda a sua carreira. Por último, existiria a hipótese de continuar com seus projetos, tentando conciliar-se com esses grupos sociais para conseguir ampliar sua margem de manobra. Em suma, Queler questiona a visão estruturalista que aponta esse período como se estivesse, inevitavelmente, em rumo para um regime autoritário. Para ele a renúncia foi uma opção calculada por Jânio, entre tantas, para se tornar um ditador.

Sobre a moralização dos usos e costumes, Queler diz que imagem de moralista de JQ era bastante acentuada, e que seus adversários a utilizavam contra ele mesmo. Essas decisões visavam a atender segmentos da classe média e dos trabalhadores. Por isso, houve uma série de proibições, que “passariam ao anedotário político brasileiro como símbolos da excentricidade”<sup>118</sup>. Em suma, essa tese oferece diversos elementos que vão dar suporte a esse trabalho monográfico, pois aponta a moralização dos costumes como um dos motivos para a força política de JQ. Essa hipótese fornece pistas de que as medidas sobre os costumes forneceram apoio a JQ, atendendo às reivindicações de segmentos da classe média e de trabalhadores. No entanto, Queler apenas menciona essa questão, sem se aprofundar. Ele fornece, porém, elementos teórico-metodológicos para esse trabalho acadêmico, que tentará demonstrar justamente esse papel ativo de grupos sociais, principalmente setores da Igreja Católica, em torno dos costumes.

Em 2010, Queler publica um artigo<sup>119</sup> que aborda a campanha presidencial de Jânio entre 1959 e 1960. Semelhante à sua tese já analisada, nele evidencia, por meio de missivas, os esforços da sociedade civil para estabelecer um Poder Judiciário independente.

---

<sup>118</sup> Ibid., p. 293.

<sup>119</sup> QUELER, Jefferson José. *A vassoura é a espada do povo: Lutas de eleitores janistas para estabelecer uma justiça independente no Brasil (1959-1960)*. Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.2, n3, p.94 - 106. jan/dez, 2010.



Assim, afirma que muitos dos seus apoiadores o concebiam como alguém capaz de estabelecer uma justiça independente devido à sua formação acadêmica jurídica. Demonstra que JQ propõe alterar o desrespeito das leis, principalmente, cometidas pelos grupos abastados, ou seja, sua força política estaria ligada às críticas sobre as limitações do Poder Judiciário. Explica que o desrespeito às leis e o uso delas para a manutenção de privilégios das elites estariam arraigados no país, portanto, a justiça seria vista com desconfiança pela população. Dessa forma, ao analisar inúmeras cartas destinadas a Jânio, Queler afirma que JQ é tomado como alguém capaz de consolidar o Poder Judiciário. Assim, esses missivistas solicitariam a ajuda do “amigo da igualdade e da justiça”, através da denúncia de injustiças e da busca de um protetor para resolver sua situação pessoal.<sup>120</sup>

Na sua tese de doutorado, ele chega mencionar brevemente que durante sua campanha presidencial havia demandas favoráveis às mudanças nos costumes. Nesse artigo, ele argumenta que o principal motivo para o prestígio político de Jânio estaria na defesa veemente da justiça. Com isso, não concebeu espaço para moralização dos usos e costumes, não verificando se estas também ajudaram na geração desse reconhecimento político e se estavam também presentes durante sua campanha. De acordo com que já foi demonstrado na obra de Castilho Cabral, o MPJQ abordava temas, durante sua campanha presidencial, em torno da moralidade dos costumes, portanto, talvez seja importante verificar se realmente os aspectos jurídicos determinaram sua vitória eleitoral. No entanto, essa problemática escapa do recorte estabelecido nesse trabalho monográfico.

Também em 2010, os historiadores Mary Del Priore e Renato Venancio lançam *Uma Breve História do Brasil*, cuja edição foi reatualizada e apresentada sob o título *O livro de ouro da história do Brasil*. Apesar de não abordarem especificamente a gestão janista, defendem, de forma semelhante a Benevides, que Jânio misturava um discurso conservador com práticas populistas através do autoritarismo e de um tom “carnavalesco”. Desse modo, conseguiria ser de direita e, ao mesmo tempo, conquistaria o apoio das massas. JQ implementaria uma “política econômica austera” e “uma inovadora política diplomática”, sendo a sua renúncia uma demonstração da sua tendência à “aprendiz de ditador”, porque instalou uma crise política, cujo resultado seria o Golpe de 1964. Sobre os decretos moralistas, os autores afirmam que foram “medidas sem nenhuma importância,

---

<sup>120</sup> Ibid., p.102.

mas com grande repercussão nos meios de comunicação”<sup>121</sup>. Isso demonstra que a visão, acerca da futilidade dessas medidas moralistas, ainda está bastante presente nas pesquisas historiográficas acadêmicas atuais, contribuindo para a construção da imagem “carnavalesca” de Jânio.

Depois de 50 anos da renúncia de JQ, os jornalistas Paulo Markun e Duda Hamilton lançaram, em 2011, o livro: *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. Eles fazem um apanhado geral dos acontecimentos de 1961, destacando a renúncia e a turbulência da posse de Jango. Enfatizam o papel do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, na organização da mobilização na campanha de apoio à posse de Jango. Sobre as manobras políticas de JQ, afirmam que o personalismo, a retórica através do populismo, e a ambiguidade marcaram sua postura. A síntese dessas características estaria na foto estampada logo na capa dessa obra, que é a mesma imagem representada no começo desse capítulo. Assim, sua renúncia marcaria o início da fragilidade democrática, através de sua tentativa golpista. Em relação às ações em torno dos costumes, explicam que seriam “pequenas medidas destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes.”<sup>122</sup> Isto é, os decretos seriam “pequenas medidas” sem relevância.

Da mesma forma, após cinco décadas da renúncia, a socióloga Ezilda Ferreira e o cientista político Valter Duarte, para tentar explicar esse episódio, publicam, em 2011, *A renúncia de Jânio Quadros*. Ambos, por meio de uma abordagem marxista e estruturalista, advogam que seria um equívoco explicar a renúncia em função de uma tentativa golpista de JQ com apoio popular. Para oferecer suporte a essa hipótese, examinam as instituições políticas e o processo histórico. Assim, argumentam que havia componentes tensos e contraditórios, a partir da bipolarização radical entre o trabalhismo e o liberalismo, que almejaram colocar em prática seus modelos de capitalismo. Essa tensão permaneceria escondida durante a gestão janista, mas quando houve a denúncia de Carlos Lacerda contra JQ, e conseqüentemente, o Congresso nomeou uma Comissão Geral de Inquérito para apurá-la, essa radicalização viria à tona. Dessa forma, sua gestão tornar-se-ia impossível de

---

<sup>121</sup> VENNACIO, Renato e Priore, del Mary. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010, p. 270

<sup>122</sup> MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 46.

continuar, logo, a única saída seria a renúncia.”<sup>123</sup> Os autores acreditam que a razão para identificar uma intenção golpista equivaler-se-ia à função ideológica de omitir a fragilidade das instituições políticas liberais, vistas como instrumentos de controle político.

Portanto, as próprias instituições políticas protagonizariam a renúncia. Essas seriam marcadas pela contradição a partir dos termos da Constituição de 1946 que defendia a independência e a harmonia entre os três poderes, mas haveria na verdade a supremacia do Poder Legislativo. Assim, o mandato presidencial permaneceria virtual. Essa ambiguidade apareceria a partir das acusações de Lacerda. Portanto, esses dois escritores diferem, por exemplo, do trabalho de Jefferson Queler, que explica esse fato como uma opção entre tantas outras de JQ, e de Vera Chaia, que chama atenção para verificar a carreira política de JQ primeiro, porque já seria a terceira renúncia dele.

Eles abordam a temática dos comportamentos através dos valores cristãos, afirmando que com o liberalismo ascendente, a sociedade brasileira afastava-se cada vez mais da moral cristã. Explicam que Jânio, por ser católico, criava esses decretos para tentar dar um “choque” na sociedade, portanto, esses atos demonstrariam que JQ permaneceria “mais uma vez fora da História, desta vez por valorizar o que estava em declínio na História; ao contrário da sua política externa, que ainda não estava no tempo em que podia entrar na História<sup>124</sup>.” Dessa forma, associam a moral cristã às medidas moralistas, advogando que essas atitudes de JQ eram anacrônicas por não haver demandas sociais guardiãs do ensinamento moral cristão, ou seja, esse argumento vai de encontro com a hipótese levantada nesse trabalho monográfico.

Com base na revisão bibliográfica realizada nesse capítulo, percebe-se que diversas obras interpretam Jânio de formas distintas: o presidente herói, agente da burguesia para conter o movimento operário, esquerdista reformista, “populista da pior espécie”, “Napoleão moderno”, “lado dos oprimidos”, “fora da História” e assim por diante. No entanto, há uma lacuna abissal em relação às questões que envolvem as proibições em torno dos costumes. Esses decretos continuam sendo vistos como atitudes sem explicação, ordens anacrônicas de JQ, pois era um momento de uma acentuada

---

<sup>123</sup> DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p.98.

bipolarização. A grande maioria desses autores não menciona tais decretos, ou então, os sintetizam como um surto oriundo da sua personalidade “psicologicamente instável”, tornando-os sinônimos de desmaios e de caspas. Grande parte daqueles que enxergaram essas ordens por escrito como gestos lúcidos e eficazes politicamente foram seus correligionários. Entretanto, analisaram esses atos somente pelo viés econômico, ou seja, argumentam que foram medidas destinadas a “combater os poderosos” e a “denunciar a exploração” através da jogatina. Assim, não oferecem nenhuma atenção, por exemplo, às questões ligadas às vestimentas, tais como a proibição de maiôs nos concursos de beleza e do uso de biquíni nas praias, por talvez fugirem da órbita material. De acordo com esse debate, esses decretos protagonizaram, em grande medida, o processo de construção da imagem presente no início desse capítulo, onde JQ é estereotipado como alguém sem crédito para uma abordagem científica.

A produção acadêmica mais atual ofereceu um enfoque relativamente mais detalhado. Assim, por exemplo, Jefferson Queler afirma que o ataque de seus opositores a faceta moral de JQ sugere sua força política em torno da moral. A autora Vera Chaia demonstra que tais medidas acompanharam JQ por toda sua carreira política e que esse moralismo era ambíguo, mas serviu para homogeneizar as camadas sociais pela sua falta de proposta consistente. Para Felipe Magalhães, serviriam para criar uma imagem de moralista conservador por meio da moral cristã, ampliando seu campo de ação. No entanto, tais autores não chegam a mencionar, em grande parte, se havia demandas sociais almejando tais determinações morais. Apenas Moniz Bandeira defende que foram ações para “atender a reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná,” para contrabalancear sua aproximação com o bloco socialista. Com isso, esses decretos seriam determinados pelo anticomunismo, servindo para atender apenas um grupo de senhoras do Paraná.

A grande maioria dos autores, que abordaram os decretos dos usos e costumes, não vinculou esses atos à doutrina moral da Igreja Católica, logo essa instituição não aparece como uma força política afinada com essas medidas. Deixou-se de examinar os componentes teológicos compatíveis com tais ações janistas a partir da moral cristã, que em boa parte, era anticomunista. Apesar dessa lacuna, esses argumentos apresentados, entre outros, servirão de base para essa pesquisa, pois contribuirão para surgir confirmações,

contestações e relocalações para aperfeiçoar a proposta temática inicial<sup>125</sup>. Os próximos capítulos tentarão preencher essas brechas diagnosticadas.

---

<sup>125</sup> BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

## CAPÍTULO II

### A doutrina moral cristã nas entrelinhas dos decretos



*O especialista. M. Vita e M. Escobar. 1959, Queler, 2008, p. 158.*

Durante a gestão presidencial janista, em 1961, havia um grande processo de radicalização política bipolar devido à Guerra Fria, à Revolução Cubana, à ação das Ligas Camponesas, do movimento operário e estudantil, à crise econômica “cíclica,” entre outros. Nessa conjuntura, houve, por exemplo, proibições do uso de maiôs nos concursos de beleza e das rinhas de galo. Jânio não estaria “fora da História”, merecendo o desenho acima? Para tentar responder essa pergunta, dividimos este capítulo em quatro partes. Na primeira será apresentada a carreira política de JQ, dando destaque aos seus atos ligados à moral cristã, examinando as características dessas ordens e problematizando os seus motivos. Assim, os decretos, durante a sua gestão presidencial, foram separados em quatro campos temáticos: vestimentas, censuras, jogos e substâncias químicas, para facilitar a compreensão das suas ligações com o ensinamento moral da Igreja. Na segunda parte, estudar-se-ão as interferências recíprocas entre a Igreja e a esfera política, averiguando a correspondência entre o moralismo janista e o conservadorismo tradicional de muitos católicos. Para isso, realizou-se uma análise da influência da religião no posicionamento político dos fiéis católicos que formavam a grande maioria da comunidade cristã no Brasil naquele período,

abrangendo diferentes camadas sociais. Em terceiro, haverá um esforço para conseguir evidenciar os vínculos entre esses decretos e os aspectos teológicos defendidos pela Igreja, por meio da autonomia dos fatos culturais. Com isso, serão reconhecidas algumas identidades cristãs modeladas por espiritualidades, que serão, em grande parte, favoráveis às interferências nos costumes. Por último, abordar-se-á a intensidade da luta contra a “ameaça comunista” em relação à moral cristã, argumentando que tais ordens moralistas também se vincularam ao anticomunismo. Desse modo, os quatro temas moralistas identificados entre os decretos janistas estarão, da mesma forma, presentes no campo cultural que combateu o comunismo.

Essas quatro divisões desse capítulo ajudarão, entre outras questões, a problematizar esses atos do poder executivo, verificando suas pertinências em relação, principalmente, ao ensinamento moral da Igreja e aos componentes culturais que impulsionaram a luta anticomunista. Assim, essas medidas de JQ contribuirão, em grande parte, para muitos opositores atacarem uma das suas forças políticas: o seu moralismo, difundindo a figura ambígua exposta sobre esse capítulo.

## **2.1. Algumas características das medidas moralistas de Jânio Quadros**

Ainda quando era vereador pelo PDC (Partido Democrático Cristão), em 1947, Jânio foi um dos mais atuantes do município de São Paulo, apresentando mais de 2.000 projetos, sendo 15% convertidos em lei. Entre estes, por exemplo, encontra-se a moralização no consumo de bebidas, que previa sua proibição aos domingos.<sup>126</sup> Jânio criticava o livre comércio de livros, revistas, desenhos e filmes considerados pornográficos por não haver uma fiscalização do Estado e denunciava que o aluguel de quartos de residências para casais com a finalidade de comércio sexual estava se proliferando, causando grandes danos à moral e aos bons costumes. Já apresentava projetos proibindo o lança-perfume e condenava o jogo do bicho.

---

<sup>126</sup> CHAIA, 1991, p. 24.

Como Deputado Estadual, também pelo PDC, em 1951, entre inúmeras ações, Jânio combateu a prostituição, denunciando a existência de cabarés e prostíbulos. Na gestão municipal de São Paulo, ainda pelo PDC e com o apoio do PSB (Partido Socialista Brasileiro), em 1953, mandou cassar os alvarás de hotéis que estavam ocorrendo promiscuidade<sup>127</sup>. Durante seu Governo Estadual (1955-1959) pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional) coligado com o PSB (Partido Socialista Brasileiro), os formandos da Faculdade de Medicina, banharam-se despidos em um tanque nos jardins da referida instituição de ensino. Jânio enviou um “bilhetinho” a um delegado: “estudantes capazes de ato vergonhoso como o acima referido não devem merecer, do Poder Público, a menor consideração; considerando ser dever do delegado, prender em flagrante.”<sup>128</sup>

Em 1985, Jânio disputou, pela coligação PFL-PTB, a Prefeitura de São Paulo. Na campanha eleitoral acusou seu maior adversário, Fernando Henrique Cardoso do PMDB, de maconheiro e comunista. Isso porque numa entrevista FHC havia afirmado que experimentara maconha durante a juventude, nos anos 1960, e que era “ateu, graças a Deus”. Quadros utilizou ambos depoimentos como estratégia eleitoral, alertando seus eleitores na televisão para o perigo de FHC ser eleito, e futuramente colocar maconha na merenda das crianças. JQ afirmava que acreditava em Deus e que iria “governar com o povo e a cristandade”. Vencendo esse pleito, JQ expediu um memorando, em 1987, proibindo o ingresso de homossexuais na Escola Municipal de Bailado, onde se formava bailarinos desde 1940<sup>129</sup>.

Durante sua curta administração presidencial, em 1961, sob a legenda do PTN (Partido Trabalhista Nacional) e a coligação UDN (União Democrática Nacional), PDC, PR (Partido Republicano) e PL (Partido Liberal), a moralização dos usos e costumes também estava na sua agenda de governo. Seus atos foram verificados na íntegra na *COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO*<sup>130</sup>. Assim, foi possível examinar seus decretos, da posse em janeiro até a renúncia em agosto, pois esses volumes reúnem atos dos poderes executivos publicados no Diário Oficial da União desde

---

<sup>127</sup> Ibid., p. 89.

<sup>128</sup> PEREIRA.1959, p. 99.

<sup>129</sup> MAYER. 2001, p. 4819-4829.

<sup>130</sup> COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO.

Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>

2013-02-18 14:11 h



1889 até 2000. Encontraram-se oito decretos vinculados aos costumes, que apesar das suas peculiaridades, têm em comum a ligação com a doutrina moral da Igreja. No entanto, essas medidas foram separadas em quatro subconjuntos temáticos para auxiliar na compreensão das suas relações intrínsecas com a teologia cristã.

A primeira temática verificada aborda questões em torno do combate ao uso de produtos químicos. Nesse subconjunto encontra-se o Decreto n.º. 51.211, de 18 de agosto de 1961, que proibia o lança-perfume<sup>131</sup>. Em seguida, estão os atos em torno da censura moral aos meios de comunicação a partir do Decreto n.º. 51.009, de 22 de julho de 1961, que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia<sup>132</sup>. Soma-se o Decreto n.º. 50.812, de 17 de junho de 1961, que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão<sup>133</sup> e o Decreto n.º. 51.134, de 3 agosto de 1961, que, entre outras questões, censurava qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão<sup>134</sup>. Na terceira classificação, se situam as medidas que envolvem as vestimentas. Nesse grupo está o Decreto n.º. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza<sup>135</sup>. Inclui-se a proibição do uso de biquínis nas praias. Por último, reserva-se a problemática que envolve o vício em jogos. Nessa esfera, achar-se o Decreto n.º: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis<sup>136</sup>, o Decreto n.º: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhãs de brigas de galos<sup>137</sup> e o Decreto n.º. 50.766, de 9 de junho de 1961, que disciplinava o funcionamento de jogos carteados<sup>138</sup>.

Essa separação, talvez arbitrária, desses quatro itens presentes nesses decretos (substâncias que causam dependência, censura, vestimenta e jogos) auxiliará na compreensão das suas ligações com a doutrina cristã reafirmada pela Igreja. Desse modo, almeja-se, entre outras questões, identificar a relação entre tais decretos presidenciais e os componentes teológicos que vão interferir na postura política de vários católicos.

---

<sup>131</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: VI. Atos do poder executivo.* p. 492.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 170.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 549.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 347.

<sup>135</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 470.

<sup>136</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 194.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 256.

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 509.

Examinar argumentos teológicos para tentar compreender o sentido desses decretos, talvez possa correr o risco de ficar preso, como já foi visto com Marx, aos discursos retóricos e a possíveis quimeras. Assim, ocorreria o perigo de não perceber que essa conjuntura estava marcada pela Guerra Fria, e o que estaria em jogo realmente era a reafirmação da doutrina cristã contra o comunismo pela defesa da propriedade, e não o receio ao inferno. No entanto, quando se afirma que qualquer ação defendendo a moral cristã restringe-se ao anticomunismo, pode sujeitar-se a não lembrar que as mobilizações sociais em defesa da moral cristã antecedem a Guerra Fria e inclusive a Revolução Russa de 1917. Um exemplo notório encontra-se em um dos motivos da Revolta da Vacina em 1904. O historiador José Murilo de Carvalho aponta os aspectos morais para explicar o porquê das mobilizações populares na luta para preservar seus valores ameaçados durante essa Revolta<sup>139</sup>. Soma-se a eleição presidencial de 2010, já mencionada, que foi influenciada pela moralidade, mesmo décadas após a queda do Muro de Berlin. Porém, não se pretende argumentar que essas ações janistas ligadas à moral cristã, nesse período, aconteceram independentes da “ameaça comunista”. Por isso, reservou-se a quarta parte desse capítulo para tentar verificar a relação entre o comunismo e os decretos janistas. Em suma, há a intenção de tentar perceber outros motivos que impulsionaram a defesa veemente desses fiéis das medidas janistas. Por isso, achou-se fundamental também examinar as manobras da Igreja nesse contexto e a cultura teológica cristã em torno da moralidade.

## **2.2. A força e a postura política da Igreja entre 1945 e 1961**

Para oferecer um suporte às hipóteses levantadas nessa pesquisa monográfica, será essencial estudar a postura política da Igreja nesse período. A autora Aline Coutrot explica que as Igrejas cristãs são corpos sociais e por isso, difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos últimos dias, salientando que:

---

<sup>139</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.135.

Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles.<sup>140</sup>

Nesse período, a comunidade cristã católica era bastante significativa, pois, de acordo com dados do IBGE, havia um percentual de 93,07% de católicos no Brasil, na década de 1960<sup>141</sup>. Isso num país com 70.992.343 de habitantes<sup>142</sup>, portanto, haveria aproximadamente 66 milhões de católicos. Esses religiosos são, em grande parte, heterogêneos em relação à idade, às condições econômicas e geográficas, logo, a doutrina cristã circularia entre diferentes grupos sociais. Além do mencionado, a crença cristã pode manifestar-se no seio de uma sociedade secularizada<sup>143</sup>.

Admitindo as devidas diferenças entre os contextos do Brasil e da França, um estudo realizado na França é bastante válido para perceber essa ligação entre a moral, a política e a religião. De acordo com essa pesquisa, a filiação a uma Igreja modela as atitudes políticas. O simples praticante, mesmo tendo uma única missa semanal, pode ser modelado. Ao nascerem numa família religiosa, aos 18 anos já indicam preferência partidária. O religioso assíduo foi catequizado, na maioria das vezes, durante uma idade muito maleável, fazendo a primeira comunhão, o que gera grande carga emotiva. A própria missa semanal influencia bastante pela repetição e pela valorização efetiva. Através das homilias, dos cantos, das práticas coletivas, adquire-se um sistema de valores interiorizados que interfere nas suas atitudes políticas.<sup>144</sup> Tudo isso demonstra como é indispensável examinar a Igreja nesse contexto estudado, verificando a primazia oferecida por seus fiéis aos assuntos ligados à moralização dos costumes.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há discursos de episcopais brasileiros contrários ao capitalismo, reprovando o individualismo e a ganância. Em tais discursos é comum a afirmação de que esse sistema geraria perversões morais, pela supremacia da economia material em detrimento do espiritual e moral. Assim, o liberalismo colocaria em

---

<sup>140</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p.334, 1994. \_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

<sup>141</sup> NERI, Marcelo. *Novo mapa das religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.7.

<sup>142</sup> Censo do IBGE. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>

Acesso em 20/03/2013 00:31h

<sup>143</sup> COUTROT, 1994, p. 335.

<sup>144</sup> COUTROT, 1994, p.336.

risco os valores religiosos. No entanto, a crítica ao socialismo tem maior ênfase a partir da rejeição da luta de classes, porque seria um meio violento que produziria ódio e o caos. Um projeto coletivista seria impossível, pois o egoísmo instalar-se-ia por meio do pecado original.<sup>145</sup> Porém, a “miséria moral” desse contexto não seria responsabilidade exclusiva do comunismo, visto que este encontraria um ambiente propício a partir das características do liberalismo econômico. Assim, uma vertente do pensamento social da Igreja apresentaria a restauração da ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”. De acordo com Jefferson Queler, JQ manteria essa posição.

Segundo Cândido Procópio, apesar da separação com o advento da República, reinaram relações oficiais entre o Estado e a Igreja nesse contexto estudado. Com o processo de redemocratização com o fim do Estado Novo, a Igreja apoiaria, em grande parte, forças conservadoras, canalizando o voto católico em troca da garantia de prerrogativas do clero na constituinte de 1946. A LEC (Liga Eleitoral Católica) reivindicaria na Assembleia Constituinte a indissolubilidade do vínculo conjugal, a condenação do aborto, o ensino religioso nas escolas públicas e a assistência às Forças Armadas, prisões e hospitais. Os resultados seriam positivos para a LEC a partir da isenção de impostos, as leis sociais baseadas na doutrina social da Igreja e o matrimônio<sup>146</sup>.

Para o clero, os fiéis deveriam examinar os candidatos de acordo com suas posições perante a Igreja, isto é, verificar sua vida privada e pública para perceber suas ligações com os princípios cristãos. Da mesma forma, deveriam averiguar os programas do partido<sup>147</sup>. A solicitação de ficar atento ao comportamento do candidato perante a Igreja corrobora a ideia desenvolvida por Jefferson Queler. Segundo ele, havia acusações de assédios sexuais contra JQ e dele ser um assíduo frequentador de farras noturnas. Conforme afirma, “o próprio fato de que opositores de JQ o tenham atacado em sua faceta moral, sugere o quanto este aspecto de sua imagem era importante para sua força política”. Queler baseia-se na hipótese levantada pelo sociólogo inglês John Thompson, que aponta uma maior ampliação de escândalos sobre os líderes na democracia inglesa e norte-americana no

---

<sup>145</sup> CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira & SOUZA, Beatriz Muniz de. “Igreja Católica: 1945-1970”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano. 4º Volume – Economia e Cultura (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 425.

<sup>146</sup> Ibid., p 428.

<sup>147</sup> Ibid., p.427.

pós-guerra. Isso aconteceria em função do esvaziamento dos partidos como veículos de propostas sociais pelos eleitores, ao passo que a figura do executivo ganharia mais espaço. Para Queler, os partidos também tinham uma credibilidade abalada no Brasil a partir da bipolarização, o que contribuiria para um maior enfoque no comportamento dos líderes<sup>148</sup>. Portanto, essas acusações teriam um papel destacado na construção da sua imagem de bufão e de uma figura com comportamentos ambíguos, como o desenho do início do capítulo. No entanto, Queler ressalta que essas denúncias eram reelaboradas por muitos dos seus seguidores, reverbando a construção da figura de Jânio como um líder que matinha numa “linha de conduta reta”<sup>149</sup>.

Em relação aos programas dos partidos considerados ideais, nota-se que Quadros filiou-se ao PDC, em 1946, permanecendo até sua gestão municipal, em 1955, logo seria um candidato adequado, porque o conteúdo programático desse partido dizia que a “ordem social se baseia na ordem jurídica e a ordem jurídica na ordem moral”, ou seja, precisava “cristianizar as leis” e “controlar e disciplinar a democracia”. Porém, o processo de bipolarização cada vez mais acentuado possibilitaria definir melhor a proposta reformista do PDC em torno da Terceira Via<sup>150</sup>.

Segundo Maria Benevides, o PDC seria um simples satélite da UDN<sup>151</sup>. Esse partido se aliou a JQ na disputa presidencial, em 1960, e o moralismo também foi seu símbolo. Carlos Lacerda, um dos líderes da UDN, afirmava que “O Estado, quando em mãos de um chefe de bravura moral, transforma-se no lugar da justiça entre os cidadãos”<sup>152</sup>. Com isso, ambos partidos apresentavam características compatíveis com a doutrina moral de setores da Igreja.

Em meados dos anos de 1950, a estratégia do clero muda, pois seu ciclo defensivo seria substituído pelo contato direto com suas bases sociais. Com as mudanças estruturais, emergiriam entre os católicos uma nova classe média, técnicos, estudantes e cleros jovens.

---

<sup>148</sup> Ibid., p. 70.

<sup>149</sup> QUELER, p. 72.

<sup>150</sup> COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. Rev. Bras. Hist. vol.23 no.46, São Paulo, 2003. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200009>

<sup>151</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN E o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p 224.

<sup>152</sup> Ibid., p. 270.

A urbanização e a expansão do capitalismo industrial libertariam muitos religiosos do conservadorismo, estimulando-os às reivindicações novas, sem referência imediata aos ensinamentos do Papa. Dessa forma, criou-se, em 1952, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que abordará problemas sócio-econômicos peculiares do país. Evitava-se, cada vez mais, a dicotomia entre capitalismo e socialismo, procurando uma “terceira via” por meio da ordem social cristã, ou seja, seria uma espécie de correção e moralização do capitalismo através de uma legislação social e um assistencialismo,<sup>153</sup> semelhante ao programa do PDC. Com isso, a Igreja reafirmava-se como disposta a colaborar com o Estado, através da difusão do nacional-desenvolvimentismo, mobilizando forças populares, a partir da alfabetização e conscientização. Essa relação harmônica estaria, por exemplo, na criação, por JK, para satisfazer interesses de setores da Igreja, da Operação Nordeste (OPENO), que resultará na SUDENE. Outro exemplo desse auxílio mútuo encontrar-se-ia no financiamento das escolas radifônicas católicas por Jânio Quadros, em 1961<sup>154</sup>.

Para Lucília de Almeida Delgado e Mauro Passos, durante a campanha presidencial de Jânio, o pensamento religioso interagiu com outras esferas. Havia uma atmosfera política muito intensa, estando em jogo dois projetos diferentes. De um lado, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e católicos progressistas. Esse lado almejava reformas sociais e econômicas para superar o subdesenvolvimentismo. Em outra posição, encontrava-se a Escola Superior de Guerra (ESG), os latifundiários, setores do empresariado nacional, UDN, segmentos da classe média e conservadores da Igreja Católica. Esses tinham um programa de desenvolvimento econômico arrojado, direcionado para a implantação da indústria de ponta e também para a preservação da estrutura agrária do país.<sup>155</sup>

Essa breve análise da relação entre a Igreja e a política, possibilita verificar que a Igreja acusava tanto o comunismo quanto o liberalismo como os causadores da

---

<sup>153</sup> CAMARGO, 1995, p.449.

<sup>154</sup> Ibid., p.452.

<sup>155</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos(1960-1970). In DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

imoralidade. Aquele mais pelo ateísmo e esse por oferecer primazia às questões materiais em detrimento dos aspectos morais. Com isso, é viável perceber que os atos moralizadores de Jânio poderiam satisfazer, em parte, tantos os grupos que combatiam o liberalismo capitalista, como os que repudiavam o comunismo materialista. Assim, a valorização da moral não se restringiria aos grupos conservadores. Com a bipolarização cada vez mais radicalizada, os decretos ligados aos costumes poderiam penetrar em distintos grupos sociais, como os operários, a classe média, os militares e as elites.

Essa análise assemelha-se aos argumentos de Vera Chaia, que afirma que o moralismo janista contribuirá para a homogeneização desses diversos grupos sociais. Ela analisa o pleito presidencial de 1960, demonstrando que Jânio recebeu apoio da ESG, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), das camadas populares, setores da classe média e alta, identificados com a UDN, acreditando que sua vitória possibilitaria a moralização do país.<sup>156</sup> Isso ajuda argumentar que as propostas morais ajudaram JQ a obter prestígio, pois existiam distintas demandas sociais afinadas com o moralismo. Porém, apesar dela salientar todo esse apoio às propostas moralizadoras, não esclarece se eram mais em função da moralização administrativa ou, em maior grau, a respeito da moralização dos usos e costumes. Porém, tudo induz que ambas foram importantes para obter apoio de diferentes grupos sociais, homogeneizados a partir dessa temática.

As mudanças estruturais dos anos de 1950 já apontadas (a urbanização, o nacional-desenvolvimentismo, a industrialização e o surgimento de novos atores políticos) contribuirão para novas reivindicações modernizadoras. Porém, é interessante quando se analisa a questão do êxodo rural. Até 1940, cerca de 70% da população brasileira encontrava-se domiciliada no campo, mas em quatro décadas isso se inverteu, passando a área rural ter apenas 30% e as cidades 70%. Assim, já nos anos de 1950, as favelas tornavam-se visíveis, passando a serem objeto de mensuração estatística.<sup>157</sup> Essas massas rurais que vão se deslocar têm um grande peso cultural enraizado no catolicismo tradicional. Em outras palavras, o homem do campo seria, na maioria das vezes, mais

---

<sup>156</sup> CHAIA, p.123.

<sup>157</sup> GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 61.

conservador e moralista. Assim, na vida doméstica rural, o sistema patriarcal e a unidade familiar são valores supremos<sup>158</sup>.

Com isso, talvez não seja arriscado afirmar que essas tradições morais seguirão esses recém-chegados nas áreas urbanas. Assim, é possível identificar a semelhança entre os decretos dos usos e costumes e a cultura tradicional, de uma parcela, dessa nova população urbana. O próprio Jânio discursava: “O interior salvará o Brasil; e se não salvar, nada o salvará. A grande esperança do país está no interior, onde se encontram as reservas morais da Nação.”<sup>159</sup> Talvez não seja uma conclusão precipitada perceber que as renovações nos costumes durante a gestão presidencial de Quadros não fugia à visão de mundo de muitos desses migrantes rurais e de outros setores sociais homogeneizados através da moralidade. Eles comparecerão aos comícios segurando sua vassoura e sua vela, participando e negociando ativamente durante a campanha presidencial de JQ.

Essas problemáticas levantadas ajudam a entender a interferência da Igreja no cenário político, visto os 66 milhões de seguidores e a eficácia em modelar o posicionamento de distintos religiosos. Isso oferece elementos para explicar a força política de JQ, quando ele abordava assuntos em torno da moral cristã, interferindo nos comportamentos. Esse prestígio adquirido em torno da moral pode ser percebido por meio das acusações dos seus adversários contra sua faceta moralista, resultando na construção do desenho de uma figura ambígua do início. Porém, muitos fiéis souberam se apropriar e reelaborar essas denúncias, tratando JQ como alguém que seguia uma vida reta cristã. Em suma, a temática moral é essencial para tentar compreender esses atos janistas, pois tiveram um papel destacado na penetração do discurso janista entre diferentes camadas sociais, homogeneizando-os. Desse modo, achou-se fundamental estudar algumas questões teológicas do ensinamento moral da Igreja Católica para tentar identificar sua relação com os decretos dos usos e costumes.

---

<sup>158</sup> CAMARGO, 1995, p. 436.

<sup>159</sup> CHAIA, 1991, p. 122.



### 2.3. Os decretos entre as espiritualidades modeladoras de condutas

Conforme já analisado, os autores Cândido Procópio e Beatriz Muniz Souza afirmam que as mudanças estruturais ocorridas nos anos 50, teriam contribuído para muitos fiéis posicionarem-se ao lado dos setores progressistas, libertando-os do conservadorismo. Desse modo, fatores sócio-econômicos teriam determinado o comportamento e o posicionamento político desses fiéis. Diferente dessa perspectiva, o autor René Rémond, a partir de uma reflexão teológica, filosófica e histórica, afirma, inversamente, que há muitas “espiritualidades modeladoras de comportamentos”. Assim, ele segue a corrente que defende a autonomia dos fatos culturais, logo o aspecto religioso seria primordial. Portanto, não seria por estarem ligados à sociedade tradicional ou às mudanças estruturais que católicos de direita vão se inclinar para o integrismo<sup>160</sup> e os chamados progressistas vão se aproximar de uma teologia mais reformista. Rémond diz que seria, justamente ao contrário, as questões em torno da espiritualidade e da teologia que serão fundamentais para uma postura política<sup>161</sup>.

Próximo a Réne Remond, o autor J. M. Donégani, por meio de entrevistas, identifica identidades cristãs. Uma dessas definições seria o “modelo cristocêntrico”, que acredita que Cristo é Deus encarnado na história, logo o fiel deveria contribuir para o progresso coletivo da história, pois haveria uma prefiguração do reino desde aqui embaixo. Com isso, a atitude diante do divino seria marcada pelo entusiasmo e o fervor. Essa perspectiva teológica desenvolveria o sentimento do engajamento. Outra identidade cristã reconhecida por ele baseia-se no “modelo teocêntrico”, no qual os fiéis submeter-se-ia a um Deus todo poderoso, oferecendo ao crente o sentimento de fragilidade e uma indiferença pelas questões temporais em favor da vida após a morte. Para esses religiosos, haveria uma ordem natural que se deveria respeitar. Esse tipo de crente optará, na maioria das vezes, pelos regimes que se baseiam numa figura autoritária e numa sociedade sem conflitos de classes<sup>162</sup>. Portanto, Jânio com sua formação tradicional, a partir do pensamento autoritário

---

<sup>160</sup> “Disposição de espírito de certos católicos (ditos "da direita") que, pretendendo manter a integridade da doutrina, relutam em se adaptar às condições da sociedade moderna, em aceitar o "progressismo" de outros católicos (ditos "de esquerda").” Disponível em: <http://www.dicio.com.br/integrismo/> . Acesso em 16/ 04/ 2013, 20: 20 h

<sup>161</sup> COUTROT, 1994, p.337.

<sup>162</sup> Ibid., p. 338.

de Alberto Torres e Oliveira Viana, seria um candidato ideal para esse tipo de identidade cristã, que enxerga uma ordem natural social, visto que JQ tratava a sociedade de forma desarrumada, necessitando de um Estado guardião para colocá-la em “ordem”.

As fontes primárias examinadas estão muito próximas desse “modelo teocêntrico”, portanto, tentar-se-á argumentar que não foi só a conjuntura da Guerra Fria que modelou o comportamento desses crentes, tornando-os favoráveis às renovações dos costumes, mas também, os aspectos teológicos por meio da autonomia cultural. Assim, pretende-se verificar a semelhança entre tais decretos moralistas e o imaginário teocêntrico. Para isso, analisaram-se bibliografias teológicas e filosóficas que explicam os fundamentos da moralidade cristã. Foram consultados: a *Nova Enciclopédia Católica*<sup>163</sup>, a *Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja*<sup>164</sup>, o livro: *Consciência e identidade moral*<sup>165</sup> e *O que é imoralidade?*<sup>166</sup>. Entre essas quatro obras, encontraram-se os quatro itens identificados entre os atos de JQ: vestimenta, censura, jogos e os produtos químicos, aos quais estão relacionados à moral cristã, em grande parte, por serem considerados alguns dos grandes destruidores da unidade familiar cristã.

Esses trabalhos teológicos foram publicados em anos posteriores à gestão presidencial janista. Desse modo, ocorre o risco de uma análise anacrônica por abordar temas e valores de épocas distintas. Porém, partindo do pressuposto que a Igreja traz questões há séculos que permanecem como dogmas<sup>167</sup> cuja moral está inerente, o anacronismo é possível de ser evitado. O fato desse pensamento em relação às condutas ter sido sistematizado depois, não significa dizer que não tenha sido defendido antes por alguns setores. Essa instituição abriga diversas correntes e diferentes visões de mundo, nesse sentido, seria arriscado acreditar que essas obras teológicas são capazes de sintetizar um pensamento orientado para esses fiéis. Por outro lado, não nos parece equivocado afirmar que elas carregam elementos em comuns a respeito dos “bons costumes” e do ensinamento

---

<sup>163</sup> DERRICK, Christopher. *Nova Enciclopédia Católica – o ensino moral e social da Igreja Vol:8. 2. ed.* Rio de Janeiro: Renes, 1969.

<sup>164</sup> PAULO II, João. *Documentos Pontifícios. Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja. 2. ed.* São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>165</sup> BACH, J. Marcos. *Consciência e identidade moral.* Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

<sup>166</sup> FRANCISCO Magalhães, 1991.

<sup>167</sup> SOUSA, Jessie Jane Vieira. A Igreja Católica latino-americana. In: e Araújo, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos. *1968 40 anos depois história e memória*, 2009, p.172.

moral da Igreja que são pertinentes para tentar entender a postura favorável de setores da Igreja diante de tais decretos janistas.

*A Nova Enciclopédia Católica*, cujo oitavo capítulo: *o ensino moral e social da Igreja* de Christopher Derrick, foi publicada em 1964. Essa obra inglesa foi traduzida, atualizada e refundida no Brasil em 1969. A coordenação da edição brasileira foi formada pelo Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Seu texto pode ser considerado uma fonte primária, estando seus ensinamentos morais bastante próximos da parcela de religiosos que mantêm uma identidade cristã teocêntrica e anticomunista. Porém, não se deseja afirmar que esse livro representa o pensamento único da comunidade cristã durante o mandato presidencial de JQ, argumentamos apenas que ele fornece elementos teológicos que auxiliam na compreensão da relação entre os atos moralistas de JQ e o ensinamento da Igreja.

Nessa obra, o teólogo Derrick explica a doutrina moral da Igreja Católica, enfatizando a importância de manter uma conduta compatível com essa moral. Explica que os homens viviam próximos a Deus antes da “Queda de Adão e Eva”<sup>168</sup>, semelhantes aos bem-aventurados que vivem no céu. No entanto, como a humanidade nascera de uma “raça caída”, necessitaria de mandamentos, leis e castigos, pois os homens estariam sofrendo os efeitos dessa “catástrofe original”. Ele salienta que “todos pecaram em Adão”, e quando, atualmente, violamos preceitos religiosos, repetimos sua queda por sermos os “pobres filhos banidos de Eva.” Por isso, Derrick toma por verdade que é fundamental cumprir as leis morais e os membros da Igreja teriam a obrigação de testemunhar estas leis de Deus.<sup>169</sup>

Para Derrick, a lei e a moralidade parecem ser monótonas para os humanos, logo seria necessário um esforço dos cidadãos para enxergá-las de forma positiva por respeito a Cristo. Porém, ele adverte que “o Senhor não veio como um policial”, mas “para que poderemos ter vida e tê-la em abundância.” Com isso, sublinha-se que a lei cristã seria uma

---

<sup>168</sup>“Processo pelo qual a humanidade se tornou mortal nesta Terra. Ao comerem do fruto proibido, Adão e Eva tornaram-se mortais, isto é, sujeitos ao pecado e à morte. Adão tornou-se a “primeira carne” sobre a Terra (Mois. 3:7), significando que Adão e Eva foram as primeiras criaturas viventes a se tornarem mortais. Quando Adão e Eva caíram, todas as coisas na Terra também caíram e tornaram-se mortais. As revelações modernas esclarecem que a Queda é uma bênção e que Adão e Eva devem ser honrados como os primeiros pais da humanidade. A Queda foi um passo necessário para o progresso do homem. Sabendo que a queda aconteceria, Deus preparou na vida pré-mortal um Salvador. Jesus Cristo veio no meridiano dos tempos expiar a queda de Adão e também os pecados individuais do homem, sob condição de arrependimento”. Disponível em: < <http://scriptures.lds.org/pt/gs/q/1> > Acesso em: 23 agosto .2012

<sup>169</sup> DERRICK, 1969, p. 707.

libertação que conduziria a vida à eternidade, ao amor e à felicidade. Por isso, as pessoas necessitariam estar ciente de que o corpo foi criado por Deus daí a importância de usá-lo adequadamente, e não por meio da embriaguez e da ingestão de entorpecentes, pois ambos constituiriam abusos contra a criação divina.<sup>170</sup>

Algumas questões assinaladas por Derrick podem ser relacionadas com os atos morais de JQ. Esse teólogo explica as leis morais, afirmando que são frutos da “catástrofe original” e, portanto, não seriam formas de interferência nos costumes, mas uma libertação que conduz a vida à eternidade. Vera Chaia afirma que Jânio manteve uma postura ambígua por se dizer liberal e intrometer-se nos comportamentos. Porém, para uma parcela considerável de religiosos, cujo pensamento aproximava-se dos ensinamentos de Derrick, não haveria nada de contradição, visto que tais decretos seriam uma forma de levá-los à liberdade eterna, ou seja, não existiria ambiguidade, porque a censura auxiliaria, paradoxalmente, na liberdade de conquistar um espaço no paraíso.

Através da pesquisa realizada sobre as medidas moralistas de Jânio, descritas no Diário Oficial da União, foram catalogados oito decretos ligados aos usos e costumes. Como já foi salientado, entres essas ordens de JQ, foram separados quatro itens: vestimenta, jogos, censura e a ingestão de produtos químicos. Essa classificação facilitará estudar o vínculo dessas medidas à teologia cristã difundida nessa Enciclopédia. Sobre os produtos químicos, Derrick aponta o corpo humano como uma criação de Deus, logo a ingestão de entorpecentes seriam abusos contra a criação divina. Nesse viés estaria o Decreto que “proíbe a fabricação, o comércio e o uso do "lança perfume" no território nacional”, por ser considerada uma substância nociva à saúde através da embriaguez<sup>171</sup>. Essa comparação nos auxilia verificar os elementos parecidos entre tais atos e os valores cristãos.

Em relação à censura aos meios de comunicação, Derrick explica que o amor sexual segue regras de origem sagrada, como por exemplo, o sexto e o nono mandamento, que alertam, respectivamente: “Não cometerás adultério” e “Não cobiçarás a mulher do teu próximo.” Assim, era fundamental manter o sexo sob rígido controle, e não ser dominado

---

<sup>170</sup> Ibid., p. 717.

<sup>171</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: VI. Atos do poder executivo.* p. 492.

Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>

2013-02-18 14:11 h

pela concupiscência. Ele destaca a importância da virgindade e do celibato, considerados sagrados, e da Virgem Maria, vista como um exemplo emblemático de vida moral. Ambos (a virgindade e o celibato) seriam “grandes atos de culto sacrificial” em oferecimento a Deus. Segundo Derrick, se o sexo for tratado como mera diversão, haverá o desencontro com os propósitos divino. Inclusive, até os noivos deveriam estar atentos a este controle e “seguir uma vida reta”. Para ele, uma das formas de não deixar influenciar-se de forma negativa por satanás, estaria na rejeição de qualquer produção cultural imoral.<sup>172</sup> Enquadrando-se ao “modelo teocêntrico”, esse teólogo argumenta que: “a autoridade dos governos advém de Deus. Devemos respeitá-la e colaborar com o Estado como bons cidadãos. Mas o Estado não pode chocar-se com a lei moral que vem de Deus”<sup>173</sup>. Por tanto, os cristãos não poderiam interferir com precisão nos acontecimentos políticos, porém, em relação às questões da moralidade e da decência, todos deveriam agir de forma vigilante.

Conforme explicado por Derrick, a sexualidade segue regras de origem sagrada, precisando haver um rígido controle a partir de leis morais destinadas ao combate de qualquer produção cultural considerada imoral. Isso reforça a ideia de que a interferência nos comportamentos seria uma forma de preservar a lei moral divina. Portanto, tudo indica que foram bem recebidos, por uma parcela considerável da Igreja Católica, o Decreto que proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, o Decreto que disciplinava a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão<sup>174</sup> e, principalmente, o Decreto que censurava os meios de comunicação e a produção cultural-cujo Artigo 1º afirma que:

os programas de espetáculos e diversões públicas – peças teatrais, novelas, esquetes, quadros semelhantes - destinados ao rádio e à televisão, deverão, em cada Estado, Distrito Federal e Territórios ser submetidos à censura prévia das autoridades” e o Artigo 2º: “Não será permitido, no rádio ou na televisão, programa que: **contenha cenas imorais, expressões indecentes**, frases maliciosas, gestos irreverentes, capazes de ofender os princípios da sã moral<sup>175</sup>.”

---

<sup>172</sup> Ibid., p.751.

<sup>173</sup> ibidem

<sup>174</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 549.

Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>

2013-02-18 14:11 h

<sup>175</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 347. Grifo Meu

Outro ponto dessa reflexão teológica que merece uma observação. É quando se afirma que o Estado não pode chocar-se com a lei moral divina. Assim essas medidas de Jânio estariam bem próximas à visão de mundo desse teólogo, portanto, os oito decretos encontrados acerca das condutas não se chocam com a lei moral divina, seria justamente o contrário, tais atos restaurariam essa lei natural moral de Deus. Também é fundamental sublinhar a afirmação de Derrick sobre a incapacidade dos fiéis de interferir nos fatos políticos por estes seguirem uma ordem natural. No entanto, a respeito da moralidade todos deveriam agir de forma vigilante. Isso demonstra a aproximação do pensamento desse religioso com o “modelo teocêntrico” e oferece sinais sobre a repercussão positiva desses decretos entre vários religiosos. No entanto, evidencia-se uma ambiguidade: os fatos políticos não mereciam atenção, já as questões morais precisavam ser vigiadas. Assim, a política e a moral são assuntos tratados como se estivessem em duas esferas isoladas, porém, quando o Estado não se choca com a lei moral e interfere nos costumes, ele adquire prestígio político diante desses religiosos. Essa análise entrelaça-se com a relação de Jânio e setores da Igreja, porque quando ele interfere nos comportamentos, ele conquista a admiração política desses fiéis, mas isso será examinado mais detalhadamente no próximo capítulo.

A respeito da vestimenta, pode-se fazer um estudo sobre a encíclica de 1993, quando João Paulo II encaminhou a *Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja*. Paulo II destaca do livro de Gênesis: “O Senhor deu esta ordem ao homem”(…)“ Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; mas não comas da árvore da ciência do bem e do mal, porque, no dia em que comeres, certamente morrerás” (Gn 2,16-17). O Papa esclarece que o homem goza de uma liberdade ampla, porque pode comer “de todas as árvores do jardim”. Contudo, a liberdade limita-se à “árvore da ciência do bem e do mal”, que seria a lei moral que Deus nos fornece<sup>176</sup>.

Para o pontífice, a doutrina que separa a moral das dimensões corpóreas contraria a Sagrada Escritura, porque desconheceria o significado moral do corpo e dos comportamentos. Cita o apóstolo Paulo, que escreveu que estariam excluídos do Reino do

---

<sup>176</sup> PAULO II, 1993, p.41.

Céu: “os imorais, idólatras, adúlteros, efeminados, sodomitas, ladrões, avarentos, bêbados, maldizentes e salteadores” (cf 1 Cor.6,9-10). Paulo II lembra que o Concílio de Trento legitimou essa condenação, portanto, o corpo e a alma seriam inseparáveis, ou seja, ambos somente poderiam ser salvos ou condenados juntos.<sup>177</sup>

Nessa perspectiva, o corpo é concebido como algo sagrado por ser considerado inseparável da alma. Assim, tanto a alma como o corpo humano só poderiam ser salvos juntos. Portanto, as peças de roupas deveriam ser adequadas para evitar a condenação de ambos. Essa consideração teológica ajuda entender um dos motivos da estima de muitos religiosos pelo Decreto que proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza<sup>178</sup>. Essas medidas coincidem com essa crença que enxerga o corpo como algo sagrado, portanto, a sua exibição poderia levar à condenação da alma a partir da indecência e da imoralidade.

O cientista político Raul Magalhães, no livro *O que é imoralidade ?*, analisou alguns aspectos sobre a doutrina cristã em relação à moralidade. De acordo com ele, para a Igreja, o diabo teria o intuito de minar a conduta humana, dificultando a construção de uma ordem moral divina. Assim, Deus e o Diabo seriam respectivamente a moral e a imoralidade. Segundo Raul Magalhães: “A religião consagra verdades e clama pelo fogo eterno ao deparar com o imoral”. Assim, atos considerados imorais necessitariam de punição para fazer justiça, de acordo com as Sagradas Escrituras.<sup>179</sup>

Esse cientista político argumenta que, de acordo com a interpretação de Santo Agostinho, em 918, a humanidade carregaria a culpa e estaria “condenada à danação”. Porém, essa interpretação seria considerada muito severa para a Igreja e, no início do século XIII, o papa Inocêncio III dividiria os pecados em dois graus: o original, que todo mundo carrega, cujo castigo estaria na invisibilidade divina, e o ligado às ações imorais. Estas acarretariam “um estágio no purgatório ou a punição eterna no fogo do inferno.”<sup>180</sup> Para Raul Magalhães, as leis morais seriam fundamentais para diversos cristãos, pois os viciados sofreriam influências de demônios e praticariam atos imorais. Estes influenciadores seriam

---

<sup>177</sup> Ibid., 1993, p. 48.

<sup>178</sup> *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 470.

<sup>179</sup> MAGALHÃES, Raul. 1991, p.35.

<sup>180</sup> Ibid., p.38.

anjos caídos por terem desrespeitado as regras morais do céu. Ao serem degradados, começariam a combater contra o Criador o controle das almas da terra.<sup>181</sup>

Os decretos ligados aos jogos e às apostas, e conseqüentemente, aos vícios, estão relacionados a essa explicação de Raul Magalhães sobre o que é considerado imoral pela Igreja. Ele explica que, para a Igreja, o Diabo teria o intuito de minar a conduta moral e os viciados sofreriam influências demoníacas. Assim, os decretos que combateriam o vício, também serviriam para não deixar abrir uma “brecha” para o Diabo minar a vida reta. Esse estudo teológico ajuda a esclarecer alguns fatores culturais que contribuíram para o apreço de muitos fiéis pela implantação dos decretos janistas acerca da jogatina. Dessa forma, esses componentes teológicos ajudam a compreender a relevância para muitos crentes a respeito do Decreto que regularizava o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis, o Decreto que proibia o funcionamento das rinhas de brigas de galos e o Decreto que disciplinava o funcionamento de jogos carteados.

Em 1985, no livro *Consciência e identidade moral*, o teólogo Marcos Bach defenderia que a razão humana não tem calibre para criar valores morais, por depender da sabedoria divina. Com isso, a utilização da própria racionalidade como uma fonte, tornar-se-ia um equívoco por negar a lei moral como obra de Deus. A ordem moral divina seria muito mais importante do que o sujeito moral e sua consciência. Bach exemplifica isso por meio de uma metáfora: “um navio é mais importante do que os tripulantes”, portanto, a razão se restringiria a ratificar o que já estaria decidido<sup>182</sup>. Essa linha de raciocínio sintetiza a reflexão teológica e filosófica estudada, porque aponta a razão como algo sem calibre para conhecer e, conseqüentemente, não interferir no processo histórico. Desse modo, já estaria tudo decidido de acordo com a vontade de Deus. Em suma, esse pensamento resume o “modelo teocêntrico”, porque submete o fiel ou o tripulante a um navio ou a um Deus todo poderoso, isto é, haveria uma ordem natural dos fatos.

É surpreendente verificar que esse modelo teocêntrico está bastante vigente no imaginário desses fiéis nos anos de 1960, quando houve uma forte influência, por exemplo, de Marx e Nietzsche. Aquele defendia a importância da “práxis humana” ou o homem com a capacidade de ser revolucionário. Esse afirmava que o homem é capaz de criar seus

---

<sup>181</sup> Ibid., p.41.

<sup>182</sup> BACH, 1985, p. 274.



próprios valores, se tornando um “super-homem”. No entanto, de acordo com as fontes examinadas, diversos setores da Igreja advogavam que havia uma ordem natural divina, logo seria importante uma sociedade sem conflitos sociais e a preservação da família. Dessa forma, o comunismo será um dos principais adversários dessa identidade teocêntrica.

Resumidamente, uma análise por meio da autonomia da cultura permite verificar que a espiritualidade também contribuiu para modelar condutas. Existem diversas identidades cristãs, mas o “modelo teocêntrico” estabelece uma relação mais intensa com as reflexões teológicas examinadas nessas obras. Essas destacam a necessidade de leis morais e do Estado não se chocar com essa vontade divina. Assim, os atos moralistas de JQ estavam em harmonia com a vontade desses religiosos, pois seus decretos ajudariam a restaurar o ensinamento moral da Igreja. Para tentar demonstrar essa relação, separam-se quatro características presentes entre os decretos e o ensinamento moral da Igreja: aposta, vício, censura e os trajés considerados inadequados. No entanto, isso não quer dizer que essas medidas janistas foram independentes da luta contra o comunismo, pois esses quatro elementos considerados pela Igreja como os grandes causadores da destruição familiar, também estarão presentes contra a “ameaça vermelha”. Porém, essa temática será analisada na próxima parte de forma mais detalhada.

## **2.4. A energia moral contra o comunismo**

Essa vertente teológica examinada anteriormente, que está em sintonia com as medidas janistas por, em grande parte, acredita numa ordem natural e numa sociedade sem conflitos sociais, terá o comunismo com seu principal polo repulsivo<sup>183</sup>. Por isso, é fundamental verificar a luta contra o comunismo em relação à doutrina moral da Igreja.

A Igreja Católica constituiu-se, como a instituição não estatal, mais empenhada na luta contra a “ameaça vermelha”. Isso ocorreu mais intensamente nos anos 1960, quando, por exemplo, o episcopado brasileiro produziu várias Cartas Pastorais anticomunistas. O “perigo vermelho” tratar-se-ia de apenas mais um adversário ao longo da História, sendo

---

<sup>183</sup> COUTROT, 1994, p. 337.

uma espécie de continuidade da Reforma, desejando aniquilar a doutrina da Igreja. Portanto, “o desafio comunista tinha origem na eterna luta contra o bem e o mal e na ação do grande tentador, Satanás”<sup>184</sup>.

O PCB, mesmo na ilegalidade, desde 1947, e sem registro eleitoral, transforma-se num dos principais protagonistas no processo histórico entre 1958 e 1964. Sua influência “extrapolará em muito sua força orgânica”, penetrando no movimento sindical e estudantil, na intelectualidade, nas campanhas por reformas entre outros.<sup>185</sup> Isso, mais as mudanças internas a partir da urbanização, industrialização e a expansão da rede de ensino, somados aos fatores externos como o impacto da Revolução Cubana em 1959, que lançou a América Latina para o centro da Guerra Fria, contribuíram para aumentar o temor anticomunista no Brasil no início dos anos 60<sup>186</sup>.

O anticomunismo reuniu grupos políticos diversos: reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas. Para esses atores, essa ideologia levaria ao pecado, pois questionaria a moral cristã, defendendo o aborto, o divórcio e o amor livre. Dessa forma, a temática moral ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista, impulsionando mobilizações sociais. Muitos líderes católicos propagandearam o caráter imoral ou amoral dos revolucionários, vistos como destruidores do “ pilar básico do edifício cristão: a família.”<sup>187</sup> Os bolcheviques foram acusados na Rússia de orgias, estupros, incestos e até a “socialização de mulheres”. Eles também atentariam contra a família por meio da sua oposição à “natureza patriarcal”, estimulando a mulher aderir ao mundo do trabalho profissional em detrimento do ambiente doméstico familiar<sup>188</sup>. Assim, a Enciclopédia católica, já esmiuçada, afirmava sobre a família e o comunismo que:

A vida familiar não é apenas uma questão de hábito, costume ou convivência. Deus quis que ela fosse, por um lado, a estrutura essencial da nossa humanidade (...) enraizada na natureza que partilhamos com os animais (...) tantos os homens como as famílias tendem, naturalmente, a se agrupar em tribos, cidades (...) Deus quer que desenvolvamos e aperfeiçoamos algo encontrado entre os animais; existe um começo de sistema social e

<sup>184</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 19.

<sup>185</sup> SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 233.

<sup>186</sup> MOTTA, 2002, p.231.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p.66.

mesmo político em cada viveiro de aves, em alcateia de lobo, em cada manada de elefante, ao passo que as abelhas, formigas e vespas parecem dirigir implacáveis e eficientes estados comunistas, sem dúvida bastante adequados para insetos, mas não para seres humanos.<sup>189</sup>

Isto é, a célula familiar patriarcal não seria fruto das relações sociais, mas da vontade divina. Para confirmar essa “naturalidade”, ocorre a comparação dos homens com alcateias e manadas, pois viveriam entre laços familiares por serem vertebrados e mamíferos, logo estariam mais evoluídos que os insetos. Agora, as abelhas e as formigas por talvez romperem com um suposto laço familiar, vivendo numa sociedade coletiva, assemelhar-se-iam ao comunismo.

Tudo isso ajuda a esclarecer que a moral cristã foi indispensável na luta anticomunista, conseqüentemente, é quase impossível estudar os decretos morais janistas à parte desse combate, visto que estão vinculados aos valores cristãos. Assim, será essencial examinar a relação entre esse sistema considerado imoral e satânico e os atos em estudo. Essa breve análise do imaginário anticomunista já possibilita identificar a sua ligação com os atos de JQ, pois demonstra que para muitos católicos, os comunistas estariam empenhados na destruição da unidade familiar. Em contraposição, os decretos reafirmariam seus valores cristãos.

Os quatro itens identificados, entre tantos outros, entre as medidas janistas (drogas, vestimentas, censura e jogos), considerados grandes responsáveis pela quebra da tradição familiar cristã, também estarão presentes nos ataques contra o comunismo. Há uma fonte publicada durante a gestão janista, presente no livro do historiador Rodrigo Motta, que evidencia isso.

Para o comunista, amor é instinto só. Não se deve ter limitação nenhuma, nenhuma lei. Porta aberta a todas as paixões sexuais. Assim, tudo que fornece a exibição de sexo, como jornais, revistas, filmes, certos programas de TV, **concursos de beleza**, tudo é um convite ao amor livre. Preparação para o comunismo.<sup>190</sup>

Esse recorte de jornal afirma que o comunismo era favorável ao sexo sem limites, não respeitando as relações conjugais. Por isso, as leis de JQ são apreciadas como medidas que vão contribuir para frear essas “paixões sexuais”, ou seja, haveria o combate à imoralidade

---

<sup>189</sup> DERRICK, 1964, p. 768.

<sup>190</sup> MOTTA, 2002, p.63. Grifo meu

e, portanto, ao comunismo. Assim, os atos janistas ligados à censura moral e à proibição de maiôs nos concursos de beleza seriam de vital importância porque evitariam “um convite ao amor livre”, e conseqüentemente, à “preparação para o comunismo”. Dessa forma, tanto a questão em torno da exposição do corpo como da proibição de publicações consideradas imorais estão presentes nesse combate.

As proibições de corridas de cavalos, de carteados e de brigas de galos seguem um viés parecido. As apostas corroeriam os valores cristãos, destruindo as famílias.

Ora, desse desregramento de costumes, produzido pelo jogo, aproveitam-se os agentes comunistas, explorando a situação de miséria de uns, a ambição de dinheiro de outros, procurando tudo corromper, para, afinal, apresentar o comunismo como a única salvação do paiz.<sup>191</sup>

Por mais que essa condenação ao jogo não seja direto aos atos de JQ, talvez não seria arriscado perceber que a jogatina em geral unir-se-ia ao “desregramento moral” dos valores cristãos, visto que geraria a miséria e a ambição. Essas duas últimas ajudariam também a tornar os jogadores vítimas fáceis dos agentes comunistas, porque os ateus apresentariam sua ideologia como superior ao capitalismo. Para Mário Victor, conforme já estudado, esses atos de JQ seguiriam um sentido inverso, porque serviriam para denunciar a exploração e a desigualdade do sistema capitalista. No entanto, quando a abordagem se dirige para o campo cultural, em vez só do econômico, acha-se uma perspectiva oposta: os decretos seriam anticomunistas e não contrários somente ao capitalismo.

O quarto elemento identificado entre os decretos, foi a utilização de produtos químicos. O único ato nessa lógica estaria na lei que vetou o comércio e o uso de lança-perfume, considerado por JQ uma substância nociva à saúde, cuja aspiração poderia levar a embriaguez. Com isso, há viabilidade de reconhecer sua associação ao anticomunismo, pois afirmava-se:

É urgente que todos os católicos se unam para denunciar estes males que são a prostituição, a pornografia, o alcoolismo, o uso de entorpecentes. Pois, além de instilarem no homem o pecado, são fatores que enfraquecem sobremaneira as forças da resistência e da reação contra o comunismo.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Ibidem.

<sup>192</sup> Ibid., p. 68.

Dessa forma, é possível confirmar que as questões morais foram fundamentais para unirem os católicos contra a ameaça comunista. O uso do alcoolismo e de entorpecentes são interpretados também como elementos que enfraquecem o homem, instilando o pecado. Assim, ajudariam a malograr a resistência ao comunismo. Nessa linha de raciocínio, uso do lança-perfume por ser considerada uma substância nociva à saúde, causando a embriaguez, também poderiam fazer seu usuário ficar debilitado, passível de abandonar a doutrina cristã em favor do bloco socialista. Entretanto, esse Decreto pode ser utilizado como um exemplo, para examinar até que ponto essa bipolarização ideológica determinou tais atitudes. Desse modo, é preciso lembrar que Jânio, antes de começar sua carreira política, ficou cego de um olho devido a um acidente com lança-perfume em um baile de carnaval <sup>193</sup>. Inclusive, há uma semelha desse fato com o conteúdo do Decreto, pois argumenta que é utilizado como “folgado carnavalesco acessível à generalidade da população”.<sup>194</sup> Portanto, é fundamental averiguar tais atos, não esquecendo a trajetória de JQ para tentar perceber os espaços de manobras desse líder na elaboração dessas determinações, pois o veto ao lança-perfume, por exemplo, estava associado a JQ por toda sua carreira.

De acordo com o que já foi destacado, essas ordens morais por escrito ajudaram JQ a conseguir prestígio diante de diversos grupos sociais, principalmente, de setores da Igreja afinadas com o integrismo. No entanto, talvez seja uma grande especulação imaginar que até mesmo muitos militantes do próprio PCB também, de alguma forma, simpatizaram-se com tais medidas. Assim, é interessante quando se estuda, por exemplo, o movimento tropicalista. Na apresentação da canção *É proibido proibir* de Caetano Veloso, no III Festival Internacional da canção da TV Globo, em 1968, houve a crítica da própria esquerda. Caetano, entre outras questões, questionava a separação entre política e vida cotidiana, colocando em xeque os dogmas da própria esquerda tradicional que reprimia os desejos considerados “não revolucionários”<sup>195</sup>. Esse engajamento tradicional era composto por muitos militantes ou até simpatizantes do PCB. Tentando fugir da armadilha teleológica, assim, por mais que esse show tenha ocorrido sete anos depois da gestão janista, é difícil imaginar que esse moralismo já não estava presente em 1961, também entre

---

<sup>193</sup> CHAIA, 1991, p.32.

<sup>194</sup> *Atos do Poder Executivo* vol: VI, p. 492.

<sup>195</sup> NAVES, Santuza. “É proibido proibir”: contracultura e Tropicália. In: e Araújo, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos. *1968 40 anos depois história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 122.

os próprios membros do PCB. Nesse sentido, a autora Maria Hermínia Tavares explica que as mudanças de valores comportamentais eram vistas com certo desdém para “os caretas do PCB” por considerar algo de pequeno-burguês, porque no Partidão, “as exigências da militância tinham supremacia absoluta sobre a subjetividade dos militantes”<sup>196</sup>. Dessa forma, é possível identificar um certo moralismo entre os próprios militantes comunistas, portanto, seria interessante uma pesquisa sobre suas posturas diante de tais decretos. Porém, essa hipótese foge do recorte analítico estabelecido aqui.

A política externa de JQ intensificou a mobilização de diversas forças políticas do país na luta anticomunista: a UDN, o IBAD, o IPES, a ESG, setores da Igreja entre outros. Com isso, Moniz Bandeira advoga que tais decretos foram, justamente, para contrabalancear essa aproximação com o bloco socialista, porque a Igreja seria completamente contrária, e com a determinação desses atos morais, ela não protestaria. Desse modo, essas medidas neutralizariam as forças políticas da Igreja, ou seja, a estrutura social bipolarizada seria o único fator para explicar as reformas nos costumes. A relação já realizada, entre o anticomunismo, a doutrina cristã e os decretos, possibilita verificar que o combate ao comunismo estava realmente vinculado à moralidade dos costumes. Todavia, é primordial lembrar que essas medidas já estavam na sua agenda política desde 1947, bem antes da condecoração do Che.

Em vista do que foi analisado até aqui, é possível talvez responder a pergunta lá do início. Esses atos não foram descabidos nessa conjuntura efervescente, visto que, entre outros motivos, se entrelaçavam à doutrina moral da Igreja. Isso num país com aproximadamente 66 milhões de católicos. Partindo do pressuposto de que a filiação religiosa pode modelar opiniões políticas, essas leis geraram a JQ ganhos políticos. Assim, o raio de alcance foi extenso, penetrando em diferentes camadas sociais. Somam-se os grupos sociais que se mudaram para as regiões em processo de urbanização e modernização, carregando sua tradicional moral cristã.

Ao destacar os quatro elementos temáticos, entre outros, presentes nos decretos, pudemos verificar as suas semelhanças com os fundamentos teológicos. Dessa forma,

---

<sup>196</sup> TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil*, v. 4 - Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar, Cia das Letras – p. 320/409. p. 399.

seguindo a teoria que advoga que existem espiritualidades modeladoras de condutas, as leis de JQ foram compatíveis com a visão de mundo de uma parcela considerável da sociedade. Assim, por exemplo, essas ordens não seriam censuras e interferências nos comportamentos, mas, paradoxalmente, uma forma de libertação que conduziria à vida eterna para setores da Igreja. Essa percepção aproxima-se da identidade cristã teocêntrica que acredita numa ordem natural, não podendo haver manifestações a partir de conflitos sociais. Porém, em relação à moralidade, precisariam ser vigilantes, ou seja, fica notória a ambiguidade, pois quando apoiavam a primazia moral, interferiam na política através do apoio a JQ. Isso coincide com a visão conservadora de Jânio de que o Estado seria um guardião da sociedade, sem a participação popular.

Mais uma pista para compreender a importância desses atos presidenciais ligar-se-ia à ideia moral anticomunista, pois a moral foi um forte pilar que impulsionou mobilizações contra essa ideologia considerada diabólica, empenhada em destruir a família. Desse modo, esses quatro elementos presentes nos conteúdos dos decretos, serviriam para tentar frear as paixões que tornariam as pessoas em “presas fáceis” e sem resistência à “imoralidade” comunista, pois ajudariam a preservar a unidade familiar.

Tudo isso corrobora a hipótese de que esses decretos contribuíram para JQ conquistar prestígio, não sendo assuntos corriqueiros. Essa força política conquistada, através do moralismo por JQ, impulsionou seus adversários a investir contra esse pilar janista. Um exemplo disso encontra-se na imagem imoral de JQ já vista no desenho acima desse capítulo. Com base nesses dados, será possível trabalhar fontes primárias da própria imprensa católica no próximo capítulo, evidenciando sua atuação em relação aos aspectos já levantados. Em suma, esses estudos a partir da trajetória de JQ, da atuação da Igreja, do ensinamento moral e do anticomunismo, forneceram um suporte teórico fecundo para examinar na prática a postura de diversos religiosos que vão demonstrar total apreço, apelos e interesse pelos atos em torno dos costumes durante a gestão presidencial janista.

## CAPÍTULO III

### O apelo de religiosos pela “renovação” dos costumes



*Cenas de devoção. O Cruzeiro. 11.07.59, p. 47. QUELER, 2008, p. 160*

Para tentar argumentar que esses atos não foram ações isoladas de JQ, foi realizada uma pesquisa, em grande parte, em periódicos católicos e em cartas de religiosos. É fundamental a análise da imprensa católica, devido à sua intensa influência sobre os leitores, fiéis e assinantes. O jornal cristão, na maioria das vezes, é lido em família. Além disso, o nascimento de foi consultado o *Anuário católico* de 1960<sup>197</sup>. Nele existe o inventário de todo patrimônio material da Igreja Católica no Brasil naquela época. A partir daí, foram escolhidos duas publicações localizadas no Rio de Janeiro: o jornal semanal católico *A Cruz*<sup>198</sup> e a *Revista Ação*<sup>199</sup>. O uma publicação pode ser interpretado como sinal da estruturação de uma corrente de opinião<sup>200</sup>. Da mesma forma, conforme já foi indicado,

<sup>197</sup> *Anuário Católico 1960*. Boletim Informativo/ CNBB, loc: 6-393-1-3, B: 6230-8, p.380.

<sup>198</sup> *Jornal A Cruz* de 1961. Rio de Janeiro. n° : 2290, 2291, 2293, 2295, 2296, , 2297, 2309, 2313, 2341, disponível na Biblioteca Nacional, loc: 5-340-5,14.

<sup>199</sup> *Revista Ação*: publicação mensal da Diocese de Petrópolis. Revista disponível na Biblioteca Nacional, 1960, seção: II- 306,1,11 13: 6-0.

<sup>200</sup> COUTROT, 1996, p. 351.



o voto cristão era de importância capital, visto que foram estimados em 66 milhões o número de fiéis naquele período.

Com o intuito de encontrar publicações católicas desse período, primeiro tinha natureza mais política, embora fosse marcado por uma forte influência religiosa. Seus colunistas foram, em grande número, teólogos, como Henrique de Brito Viana e Alfredo Silveira. O público alvo era os próprios católicos assinantes. O outro periódico selecionado tinha circulação mensal. O conjunto de elementos que compõe seu conteúdo estava relacionado à teologia cristã, mas os aspectos políticos também permanecem evidentes. Seus comentaristas eram, em maior parte, o próprio clero, entre esses, o frei Evaristo P. Arns e o bispo Márcio Corrêa Ferreira. Assim, seus leitores eram também, mais especificamente, os próprios religiosos. Entre seus artigos, existe uma sessão destinada a telegramas impressos, onde se encontram mensagens de diversos assinantes e do próprio JQ.

Quando foram analisados no segundo capítulo desta monografia os decretos moralistas janistas, destacamos quatro itens: vestimenta, jogos, censura e substâncias que causam dependências. Já foi demonstrado que esses elementos estão enraizados na doutrina moral cristã da Igreja Católica, por serem vistos como grandes causadores da destruição do pilar básico cristão: a família. Tais elementos eram vistos, ao mesmo tempo, como impulsionadores ao anticomunismo. Esse capítulo tem a intenção, entre outras questões, de verificar o papel ativo de diversos membros da Igreja que se manifestaram a partir da imprensa e de missivas destinadas ao próprio Jânio.

### **3.1. Antes de Jânio “a preocupação era só econômica”**

Nas eleições presidenciais de 1960, Jânio venceu, com 48% dos votos nominais seus principais adversários: Adhemar de Barros e Henrique Lott. O jornal *A cruz* Publicava em 29 de Janeiro de 1961:

Vai inaugurar-se, depois de amanhã uma nova fase de nossa Vida Republicana (...) com a posse do novo Presidente, espera-se que seja inaugurada uma nova fase na vida democrática do país, de prosperidade, **renovação dos costumes**, de paz e trabalho<sup>201</sup>.

Com a vitória de JQ, há uma expectativa clara desses fiéis pela prosperidade, mas também, pela “renovação dos costumes”. Isso mostra que existia uma demanda de religiosos aguardando as interferências nos comportamentos qualificados fora da órbita da moral cristã. Há um depósito de confiança em Jânio, tratando-o como alguém capaz de “inaugurar uma nova fase”, portanto, é válido tentar entender a até que ponto suas medidas em torno dos costumes contribuíram para esse prestígio adquirido.

De acordo com Jefferson Queler, as questões acerca da aplicação da lei e da justiça foram determinantes nesse pleito, pois Jânio era visto como um líder capaz de colocá-las em prática. Dessa forma, seria interessante verificar a intensidade dessa temática moral dos costumes durante a campanha presidencial, pois ajudaria verificar se realmente a demanda por justiça determinou essa vitória. Porém, esse breve trabalho não dará conta de responder essa questão, porque o recorte estabelecido se restringe à gestão presidencial janista. Entretanto, a citação acima coopera com a ideia defendida de que seria um equívoco achar que Jânio agia mediante as questões moralistas de forma particular.

Em relação aos atos sobre os comportamentos, a moral cristã sempre esteve presente na carreira política de JQ. Isso ajudou a construir sua imagem de um presidente religioso e moralista, conforme a fotografia acima. Essa característica permanece notória no conteúdo desses periódicos, que traziam impresso, por exemplo, um telegrama de Jânio enviado ao Papa João XXIII logo após sua vitória nas eleições presidenciais de 1960.

Jânio Expressa a João XXIII sua fé no País

O presidente enviou o seguinte telegrama ao Papa João XXIII- “Ao assumir a presidência da República do Brasil, tive a felicidade e a subida honra de receber a caminhos meios de Vossa Santidade (...) Agradeço-a esperançoso, e com muita fé revigorada em dias mais prósperos e mais felizes para o povo desta terra de Santa Cruz, pois foi assim que Vossa Santidade, em gesto magnânimo, invocou as bênçãos de Deus, Guia supremo da maior nação católica do mundo. Atenciosos cumprimentos.

- Jânio Quadros, Presidente do Brasil.<sup>202</sup>

<sup>201</sup> *Jornal A Cruz*, 29 jan. 1961, N°: 2.291, p. 1. Grifo Meu

<sup>202</sup> *Jornal A Cruz*, 12 fev. 1961, N°: 2.293, p.1

É possível perceber que JQ afirma que segue as orientações cristãs através de “muita fé”, e agora como presidente, por ser uma “bênção de Deus”, a sua fé revigoraria. Essa imagem de JQ, como alguém que tem elementos de adoração, é primordial para um país que, naquele momento, tinha em torno de 66 milhões de católicos, ou seja, era a “maior nação católica do mundo”. No entanto, não se pretende argumentar que esses religiosos seguiram JQ meramente em função dessa imagem, pois, de acordo com Jefferson Queler, muitos “reverbavam” essa mensagem conforme seus interesses e suas próprias propostas políticas.

Esses aspectos religiosos serão indispensáveis na preferência de um líder por muitos católicos. Na matéria do *Jornal a Cruz* afirma-se que “não é por falta de bíblias que o Brasil se perderá. O Sr. Jânio Quadros já recebeu de presente duas bíblias”. Diferente de seu antecessor, Juscelino Kubstschek, “que encarava as coisas pelo lado estritamente econômico”, por isso “recebeu um presente de acordo: uma badeja de ouro maciço, oferecida pelo “negus” da Abissínia”<sup>203</sup>. Nessa publicação, Jânio é visto como digno de consideração por tratar de assuntos que iriam além da esfera econômica, isto é, ele abordaria temas que esses religiosos privilegiavam, como as questões relacionadas à doutrina cristã, portanto, ganhou de “presente duas bíblias”. Diferente do prestígio adquirido por Jânio, JK é desqualificado por ser taxado como alguém que não oferecia primazia aos componentes espirituais. Por isso, ganhara um presente do rei da Etiópia<sup>204</sup>, Haile Selassie, que partira a uma missão diplomática ao Brasil no ano 1960<sup>205</sup>. O termo *Negus* significa uma denominação de rei. Por estar entre aspas, é possível que haja uma desaprovação desse título. Isso talvez porque esse líder da Etiópia representava um Deus encarnado para os adeptos do movimento religioso Rastafári. A bandeja de ouro maciço seria uma tradição islâmica de troca de favores.<sup>206</sup> Essa mesma linha de raciocínio encontra-se na *Revista Ação*, que advertiu sobre a ocorrência de um “impatriótico gesto do Governo Federal”<sup>207</sup> na gestão de JK, quando ocorreu o reconhecimento da FEB (Fundação Espírita

<sup>203</sup> *Jornal A cruz*, 26 fev. 1961, n:2295, p.1.

<sup>204</sup> País onde era a antiga cidade de Abissínia de acordo com a bíblia.

<sup>205</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hail%C3%A9\\_Selassi%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hail%C3%A9_Selassi%C3%A9)

Dia: 25|03|2013 19:35h

<sup>206</sup> Disponível em: [books.google.com.br/books?isbn=850000911X](https://books.google.com.br/books?isbn=850000911X)

Dia: 25|03|2013 19:35h

<sup>207</sup> *Revista Ação*: publicação mensal da Diocese de Petrópolis. Revista disponível na Biblioteca Nacional, 1960, seção: II- 306,1,11 13: 6-0, Dez, p.56.

do Brasil). Essas simbologias culturais tornam perceptível que as questões em torno da espiritualidade serão fundamentais nas escolhas políticas.

A identificação desses religiosos com Jânio também podem ser examinadas nesse trecho: “de novo estamos batendo palmas a mais um ato meritório do Presidente da República”, porque “antes a preocupação era só econômica, Jânio dá atenção à economia, mas também ao desenvolvimento cultural do homem brasileiro.”<sup>208</sup> Quando se refere ao “desenvolvimento cultural do homem”, é pouco provável que as questões morais dos costumes não estejam associadas à ideia que se tinha a respeito do conceito de cultura. Assim, uma pista para identificar a relação entre a cultura e a moral, neste período, acha-se na mesma página desse Jornal:

o progresso moral será um conhecimento mais aprofundado dos deveres do homem para consigo mesmo, seus semelhantes e a humanidade inteira, mas como é que a ciência, que só se preocupa com “o que”, pode ajudar a moral, que não pensa senão no que “deveria ser”? (..) “A ciência e o progresso **não podem viver sem a moral.**”<sup>209</sup>

Tudo indica que a admiração desses religiosos pela “atenção”, durante a gestão janista, ao “desenvolvimento cultural”, esteja vinculada à moral cristã, pois se afirma que o “progresso moral” seria uma vontade divina já determinada. Desse modo, não precisaria se preocupar com “o que”, como faria a ciência, mas com o que “deveria ser”, de acordo com a doutrina moral cristã. Por isso, defende-se que a ciência e o progresso não existiriam sem o ensinamento moral cristão. Durante o Governo Jânio, argumentava-se que a moral deveria ser ensinada conforme os valores cristãos, porque “pregar ou ensinar moral sem religião é pretender quase o impossível”<sup>210</sup>. Em suma, as visões acerca do progresso, da razão, da moral, da cultura e da religião estão intrinsecamente conectadas à visão de mundo desses religiosos que escreviam nessa publicação semanal. Agora, necessita-se avaliar em detalhes, se a moralização dos usos e costumes adotada por Jânio também estava, em grande parte, em sincronia com esse pensamento religioso difundido.

Essas ideias desenvolvidas auxiliam na identificação dos laços estreitos entre a política e a religião, mas também, evidenciam que a busca do crescimento cultural e moral não se limitava ao anticomunismo. Exemplos disso podem ser vistos entre os considerados

<sup>208</sup> *Jornal A Cruz*, 12 mar. 1961, n:2296, p.5.

<sup>209</sup> *Ibidem.*, p. 5. Grifo Meu

<sup>210</sup> *Jornal A Cruz*, 4 jun. 1961. nº: 2309, p.1

“impatrióticos gestos” de JK. Ele haveria se aproximado de religiões que não adotam a doutrina católica: espiritismo, islamismo e a religião rastafári, isto é, oponentes religiosos que não estariam ligados ao comunismo. No entanto, a “ameaça comunista” tinha uma presença marcante nesses periódicos, visto que era considerado o inimigo maior da Igreja, representando o próprio Satanás.

### 3.2. Sinais do anticomunismo entre “as medidas saneadoras”

O combate ao comunismo tinha um espaço abrangente nesses periódicos. Assim, a temática moral aparece, inúmeras vezes, ligada a esse agente considerado o grande destruidor da família. Portanto, há advertências aos cristãos para manterem uma conduta de acordo com a doutrina, evitando a “sedução” desse inimigo número um. Portanto, noticiava-se no *Jornal a Cruz* em 14 de Janeiro de 1961:

Fidel Castro excomungado  
A Santa Sé baixou excomunhão sobre Fidel Castro e seus cúmplices imediatos. O ditador cubano recebe a maior penalidade que a Igreja poderia aplicar a uma criatura.<sup>211</sup>

Na *Revista Ação* também não era diferente, reproduzia em Março:

“Não receberemos o Carrasco  
Os católicos não podem permanecer indiferentes a essa visita (o Marechal Tito, ditador da Iugoslávia) indesejável. O Sr. Presidente da República que tantas medidas saneadoras tem tomado no setor administrativo, deve poupar o Brasil do vexame de homenagear um déspota”<sup>212</sup>

Esses fragmentos esclarecem que o anticomunismo estava bastante radicalizado, visto que a excomunhão era considerada uma penalidade gravíssima. Na segunda informação é notória a convocação que se faz aos leitores para mobilizarem-se contra essa visita comunista. Em seguida, demonstram apoio às medidas realizadas por JQ no setor administrativo em relação ao funcionalismo público. As medidas consideradas “saneadoras” eram mais em função dos decretos ligados ao funcionalismo público, porque

<sup>211</sup> *Jornal A Cruz*, 14 jan. 1961. nº: 2.341, p. 1.

<sup>212</sup> *Revista Ação*: publicação mensal da Diocese de Petrópolis. Revista disponível na Biblioteca Nacional, 1961, seção: II-2. 306, 1,12 13: 6-0, mar, p.127.

os atos em torno dos costumes começaram a serem publicados somente em 10 de Maio de 1961, como o Decreto nº: 50.578, que proibiu o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis. Todavia, as interferências nos costumes também serão consideradas “medidas saneadoras” como veremos, ou seja, ganharão total respaldo dessas publicações católicas.

O historiador Moniz Bandeira interpretou as renovações nos costumes como um expediente utilizado por JQ para contrabalancear a sua política externa, anestesiando a Igreja. Conforme já analisado com Rodrigo Patto, a moral será um dos principais canalizadores para mobilizar grupos sociais contra esse principal inimigo da Igreja. O comunismo por ser considerado imoral e amoral, diabólico e uma continuação da Reforma, é difundido nessa imprensa católica como o oposto da moral cristã. Na *Revista Ação*, há uma sessão de perguntas dos leitores e a resposta:

Pode um ateu ser pessoa de perfeita moral? - De perfeita moral, não. A moral perfeita é a moral cristã. O ateu já ofende a moral, não aceita os mandamentos de Deus, isto é, rejeita o fundamento de toda a moralidade. Há por aí ateus que são ((bons rapazes)) (não fumam, não bebem, respeitam o alheio... etc), mas daí a terem moral perfeita, falta-lhes muita coisa.<sup>213</sup>

O comunismo era caracterizado como sinônimo de ateísmo por vários membros da Igreja. Nesse recorte não é diferente. Por rejeitarem os mandamentos de Deus, os comunistas eram vistos como imorais. Para muitos fiéis, as ordens de JQ servirão para frear esse “desrespeito” aos mandamentos de Deus que fundaria a moral cristã. Assim, como os decretos estudados são compatíveis com a doutrina moral cristã, são enxergados por esses cronistas como uma luta para reafirmar os valores cristãos e combater qualquer inimigo visto como imoral. Assim, por exemplo, o Decreto nº. 51.134, de 3 Agosto de 1961, que, entre outras questões, censura qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão, também pode ser concebido como uma medida contra “a ameaça vermelha”. Isso pode ser notado a partir do trecho a seguir:

Lei contra a Imoralidade

O senado italiano aprovou uma lei a punir a publicidade imoral, já votada pela Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado após grande debate e apesar da oposição comunista e socialista de extrema esquerda. A lei proíbe a exibição em lugares públicos de cartazes e fotos de caráter indecentes.<sup>214</sup>

<sup>213</sup> *Revista Ação*, Jan. 1961, p. 42.

<sup>214</sup> *Revista Ação*, jan. 1961, p. 49.

Essa fonte, mesmo não abordando diretamente os decretos de JQ, evidencia que leis contra publicidades consideradas indecentes, são de vital importância para esses religiosos. Nessas matérias há uma estreita ligação com a identidade cristã teocêntrica, logo o comunismo será o principal inimigo. Isso reforça a ideia defendida da importância política desses decretos, visto que as questões morais uniram contra a “ameaça vermelha”. Assim, essa rivalidade ideológica interferiu nas prioridades políticas moralistas desses religiosos, porém, não foi o único fator como já foi visto.

### **3.3. A imoralidade: “demolição de todo valor espiritual”**

Os quatro itens identificados entre os atos janistas, considerados alguns dos principais causadores da destruição do lar, também estão presentes nessas fontes. Assim, começando pela censura moral, existe o interesse de muitos fiéis na sua realização. Assim, os três decretos destinados à censura aos meios de comunicação foram compatíveis com suas reivindicações. Entre esses, encontram-se, como já foi visto o Decreto nº. 51.009, de 22 de julho de 1961, que proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia. Soma-se o Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961, que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão e o Decreto nº. 51.134, de 3 Agosto de 1961, que, entre outras questões, censura qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão. Muitos religiosos católicos eram favoráveis a essas formas de censura moral. Por isso que em janeiro de 1961, foi publicado na *Revista Ação*:

proibir o (stripe-tease) nos palcos (...) “corajosa e moralizadora medida do chefe de Serviço de Censura das Diversões públicas do Estado da Guanabara, Ascendino Leite (...) que também proibiu dois filmes (...) a espernearem em defesa da licenciosidade nos costumes, de forma a justificarem, com o apodrecimento geral da sociedade, os seus próprios costumes particulares (...) quando apelam para ((liberdade de expressão)) esses arautos da indecência se esquecem inteiramente que o bem público impõe deveres aos particulares; a educação impõe restrições aos indivíduos: a moral tem leis que o Estado é obrigado a defender e a fazer respeitar, havendo para isso códigos, penalidades para a

defesa do decoro público. Felizmente o Chefe da Censura, homem culto, de visão ampla, conhecedor de seus calcanhares, Sr. Ascendino, estão fora do alcance dos dentes deles<sup>215</sup>.

A censura é percebida como um ato corajoso e moralizador, resultando no reconhecimento da qualidade do chefe da censura. Em seguida, afirma-se que os “arautos da indecência” quando apelam para a liberdade de expressão esquecem que a moral segue leis, que o Estado é obrigado a defender. Dessa forma, há uma correspondência com a ideia já observada, a de que o Estado não poderia se chocar com a lei moral divina, portanto, a postura de JQ, de perceber a sociedade desarrumada, precisando o Estado colocá-la em ordem, coexistia com as primazias políticas desses religiosos. Essa liberdade defendida seria um embuste contra a lei moral divina. Assim, pode ser retomada a ideia de que a censura à liberdade não teria nada de contraditório nos discursos de JQ, pois mesmo ele se definindo como um liberal e interferindo nos costumes, para esses fiéis, a liberdade verdadeira, paradoxalmente, seria o respeito às leis morais porque estas levariam à eternidade. Ainda que esses elogios sejam atribuídos ao chefe de censura, em vez de serem dirigidas para Jânio, evidenciam que a censura aos costumes estava na ordem do dia, pelo menos para esses setores da Igreja. Os três decretos apresentados logo acima estariam dentro dessa lógica, gerando prestígio à JQ, semelhante ao valor conferido ao chefe da censura.

Também existiram críticas às autoridades. Um exemplo encontra-se no caso do juiz que, de acordo com os redatores da Revista Ação, “defendeu a imoralidade” que “por mandato de segurança fez retornar à exibição nos cinemas de nudismo”<sup>216</sup>.

Para tentar evidenciar a correspondência entre o discurso janista e a postura moral defendida por essas publicações católicas, há uma comparação ilustrativa, pois Jânio exprimia em palavras:

Sensível influência dos programas de rádio no ambiente familiar, na orientação dos costumes e, principalmente, na formação do caráter da juventude<sup>217</sup>.

Nas matérias desses periódicos:

---

<sup>215</sup> Ibid., p.157.

<sup>216</sup> Revista Ação, mai. 1961, p. 220.

<sup>217</sup> CHAIA, 1991, p.198.



“o rádio, jornais, teatros, revistas, cinemas e televisão, mal orientados, difundem os aspectos mais perversos da humanidade de hoje, e com uma imoralidade que, não raro, até mesmo, penetra nos lares e nas famílias, contribuindo para tornar-se cada vez mais assombroso o colapso dos mais nobres sentimentos dos homens (...) defendem uma liberdade que as levaria fatalmente à demolição de todo valor espiritual”<sup>218</sup>.

Na mensagem proferida, JQ advoga que os meios de comunicação interferem intensamente na formação da família cristã, logo seus decretos não seriam uma forma de censurar, mas uma orientação para os “bons” costumes, ajudando, assim, a formar o caráter da juventude. O Jornal *A Cruz* segue uma linha de raciocínio semelhante. Notícia que a mídia difunde uma imoralidade que penetra nas famílias. Assim, ambos valorizam a família cristã considerada símbolo da moralidade, sendo a rejeição de qualquer produção cultural percebida como imoral uma das formas de não permitir sua destruição. Dessa forma, evitar-se-ia a concupiscência que destruiria a família através da tentação de Satanás, isto é, quando se explica que a liberdade levaria à “demolição de todo valor espiritual”, é possível verificar que a espiritualidade contribuiu para essa defesa veemente da censura por setores católicos. Desse modo, essas interferências de JQ eram aprovadas, em grande parte, por crentes que tinham uma identidade cristã modelada pela espiritualidade, que acreditava que era preciso respeitar a lei moral criada por Deus.

Tratando-se de fontes sobre as medidas do próprio JQ, a *Revista Ação* publicava em Fevereiro de 1961:

Jânio: Dois ‘bilhetes’ Premiados  
Brasília- fevereiro- Em memorando dirigido ao Ministro da Justiça, Sr. Oscar Pedrosa d’Horta, o presidente Jânio Quadros determinou enérgicas providências contra todas revistas imorais editadas no país”.

#### O segundo bilhetinho:

“Determinou ainda o presidente, ao ministro da Fazenda Dr. Clemente Mariani, o reexame do processo referente à exploração da loteria Esportiva (( Segundo ouço- disse- a consultoria jurídica condena a ideia))<sup>219</sup>

<sup>218</sup> *Jornal A Cruz*, 22 jan. 1961, p.3.

<sup>219</sup> *Revista Ação*. mar. 1961, p. 126.

Os dois memorandos de JQ compilados nesse periódico oferecem indícios da apreciação desses religiosos à censura janista. Esses dois “bilhetinhos” foram considerados “premiados”, tanto a censura às revistas tratadas como imorais quanto à “exploração” da Loteria Esportiva. No primeiro memorando evidencia-se a admiração pela figura do Presidente por ser considerando alguém capaz e empenhado em tomar “enérgicas providenciais” contra a imoralidade. O outro diz que mesmo contra a condenação da “consultoria jurídica”, Jânio determinou o combate à “exploração”, ou seja, ele seguiria os valores cristãos mesmo contra a vontade de forças que estavam ao seu redor. Isso ajudar entender que muitos desses religiosos enxergavam JQ como defensor da moral cristã.

Essa aproximação entre o pensamento desses colunistas católicos e a postura de JQ perante as medidas moralistas, talvez seja algo restrito a essas duas publicações religiosas do Rio de Janeiro. Todavia, quando se examina, por exemplo, esses atos presidenciais em torno da censura e a carta do Papa João XXIII, percebe-se também uma semelhança. No livro de Mário Victor já mencionado, há uma correspondência impressa do pontífice ao Presidente da Comissão Pontifical de Cinema, Rádio e TV dos EUA, Monsenhor Martin J. O’O. O Papa adverte, em Julho de 1961, que o cinema e a TV divorciados da moral seriam para juventude um incentivo “ao relaxamento moral, ao vício e, também, verdadeira degeneração dos santos valores religiosos.” Mário Victor chama atenção para a data do Decreto de JQ ser aplicado apenas um mês depois dessa carta papal, em 3 de agosto. O decreto de JQ dizia: “Considerando a sensível influência dos programas de rádio e de televisão no ambiente familiar, na orientação dos costumes e, principalmente, na formação do caráter da juventude.” Esse artigo pode ser um dado para argumentar que esses decretos estavam afinados com o pensamento de uma considerável parcela da Igreja Católica, visto os elementos parecidos entre o pronunciamento do Papa e o Decreto nº. 51.134, de JQ. Assim, é viável fazer uma reflexão sobre até que medida houve uma pressão da própria Igreja para a realização desses atos, por mais que essas interferências acompanhassem JQ por toda sua carreira. Os três decretos sobre censura foram publicados entre junho e agosto, como já foi visto. No entanto, as fontes apresentadas nesses dois periódicos católicos foram publicadas entre janeiro e maio, assim, é lícito afirmar que havia uma demanda social antes desses atos.

Os decretos ligados aos jogos de azar podem ser examinados também nesses periódicos. Entre esses, o Decreto nº. 50.578, de 10 de maio de 1961, que vetava o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis; o Decreto nº: 50.620, de 18 de maio de 1961, que proibia o funcionamento das rinhas de brigas de galos e o Decreto nº. 50.766, de 9 de junho de 1961, que disciplinava o funcionamento de jogos carteados. Assim, há um exemplo emblemático no jornal *A Cruz* que permite verificar que as proibições ligadas às questões em torno de apostas, também estavam na ordem do dia. Em 12 de março o Jornal *A Cruz* publicava:

Igreja protestante da Holanda (...) Não pode casar quem joga na loteria (...) pena que não sejam adotados em outros países, mesmo católicos (...)Entre nós, em geral, o jogo de loteria é tolerado. O jogo de loteria esportiva- vamos dizer corridas de cavalos ali no Jockey- reúne a fina flor da sociedade carioca, e lá se joga à vontade sobre os cavalos.<sup>220</sup>

Esse recorte possibilita defender que jogos e apostas, como a corrida de cavalo e a loteria esportiva, eram desaprovados por esses religiosos. Desse modo, deduz-se que as rinhas de galo e os carteados agrupam-se nessa lógica, por seguirem o mesmo viés da aposta.

De acordo com Mário Victor, esses vetos aos jogos foram feitos visando trazer à tona a corrupção e a exploração capitalista. Essa matéria do jornal *A Cruz* afirma que a corrida de cavalo no Jockey “reúne a fina flor da sociedade carioca”. Assim, explica-se que nesse estabelecimento haveria a reunião da elite carioca, solicitando o fim da tolerância do Estado. O vício aos jogos, por serem imorais de acordo com a teologia cristã, tornariam os cidadãos vítimas fáceis para aderir ao comunismo, porque a miséria e a ambição enfraqueceriam a resistência à ameaça vermelha. As determinações da Igreja acusavam, em boa parte, tanto o comunismo quanto o liberalismo de causadores da imoralidade. Aquele mais pelo ateísmo e esse por oferecer primazia às questões materiais em detrimento dos aspectos morais, oferecendo um terreno fértil ao comunismo. Assim, talvez não haja ambiguidade quando se argumenta que o interesse desses religiosos em questionar o jogo poderia servir para advertir ambos sistemas, pois seriam complementares em relação à

---

<sup>220</sup> Jornal *A Cruz*, 12 mar. 1961, 2297, p.5

moralidade cristã. Isso ajudaria, possivelmente, a entender o caminho da terceira via traçado por diversos religiosos.

O terceiro item identificado entre os decretos seria o combate ao uso de produtos que causam vício. Nesse campo temático, apenas encontrou-se o veto do lança-perfume, em 18 de agosto de 1961, por considerá-lo uma substância nociva à saúde através da embriaguez, causando o vício. Esse assunto também estava presente nessa imprensa católica. Isso fica notório com esse fragmento: “A Inglaterra empenhada na ofensiva ao vício, é a mesma Grã- Bretanha: austera, moral, discreta, conservadora. Louvemo-la por isso”.<sup>221</sup>

O empenho na ofensiva ao vício é admirado, pois se defendia um país moralista e conservador, sendo a Inglaterra monárquica um exemplo a ser seguido. Essa defesa assemelha-se bastante à postura moralista e conservadora de JQ. Dessa forma, por mais que essa fonte não reivindique diretamente a proibição do lança-perfume, percebe-se que a luta contra o vício estava entre suas prioridades, já que os viciados sofreriam influências de demônios e praticariam atos imorais, minando a conduta cristã. O corpo, por ser considerado uma criação divina, não poderia ingerir qualquer produto químico.

As advertências contra as roupas consideradas inadequadas também são assinaladas por essa imprensa católica. Portanto, havia interesses desses religiosos para por em prática o Decreto nº 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza. Isso pode ser confirmado a partir desse trecho:

Presidente da República não recebeu “misses”  
Embora durante 8 dias solicitassem audiência com o Presidente Jânio Quadros sem obterem resposta, as moças que se prestaram à exibição do concurso de beleza tentaram ao menos visitar o Palácio da Alvorada. Nem isso, conseguiram, mesmo apelando para os bons ofícios da Primeira Dama, que também não as recebeu.<sup>222</sup>

É curioso verificar a grafia de “misses” entre aspas, pois está, de alguma forma, desconsiderando esse ofício, por acreditarem ser uma afronta aos sentimentos cristãos, em contraste, aos elogios oferecidos aos “bons ofícios da Primeira Dama.” Assim, o concurso de beleza era visto como uma exibição imoral do corpo, portanto, o veto de JQ ao uso de maiôs nos desfiles, será recebido com satisfação pelos religiosos. Como já foi verificado,

<sup>221</sup> *Jornal A Cruz*, 8 jan. 1961, 2.290, p. 7.

<sup>222</sup> *Revista Ação*, jun. 1961, p. 255.

para a moral cristã, o corpo e a alma seriam inseparáveis, só podendo salvarem-se juntos, logo a exibição poderia levar a condenação. Essas questões ajudam a esclarecer a importância, para muitos fiéis, da proibição do maiô, trocado pelo o “saiote”, nos concursos de beleza.

Esses religiosos repreendiam a exibição corpórea, portanto, essas interferências de JQ estariam em harmonia com suas propostas. Outro exemplo, desse requerimento por censura, percebe-se nessa coluna da *Revista Ação*: “Observa-se que algumas senhoras, desejosas talvez de se tornarem elegantes, têm comparecido às missas de vestidos de decotes (...) o elegante, em qualquer missa, é justamente comparecer sem decote e com a cabeça coberta”<sup>223</sup>.

Quando se avisa para comparecer às missas “sem decote”, aproxima-se da proibição do maiô. Assim, é viável argumentar que esses atos moralistas não foram medidas oriundas apenas de JQ. Essas fontes indicam que houve uma rede de micropoderes através de várias ramificações, penetrando em instituições, punindo gestos tratados como imorais<sup>224</sup>. Portanto, esse questionamento aos decotes demonstra que o combate aos comportamentos vistos como imorais, não seriam atos centralizados apenas em JQ, porque a penalidade moral se estratificava, pelo menos, entre diversos católicos.

### **3.4. “Cumprimento vossência”: mensagens enviadas a Jânio**

Por mais que seja pesquisada a imprensa católica, não se deseja argumentar que essas publicações foram “aparatos ideológicos” que determinaram as opiniões dos fiéis. Conforme estudado com Jefferson Queler, mesmo havendo a propaganda favorável a JQ, grupos sociais de diferentes regiões tiveram autonomia na formulação, na apropriação e na reverbação das suas autênticas propostas políticas. Assim, é possível verificar que diversos cidadãos tiveram um papel ativo na elaboração desses decretos.

---

<sup>223</sup> Ibid., p.256.

<sup>224</sup> FOUCAULT, p. 182.

Essas duas publicações católicas foram favoráveis às medidas janistas, transmitindo uma ideia positiva aos seus fiéis leitores sobre o moralismo cristão janista. Todavia, quando se analisa algumas correspondências enviadas pelos próprios fiéis, percebe-se também a defesa pelas punições moralistas, evidenciando seu papel ativo a partir das suas capacidades de se apropriar e formular suas próprias propostas. Assim, houve pedidos e elogios destinados ao próprio Jânio. Um caso emblemático pode ser analisado no conteúdo do telegrama impresso na *Revista Ação*, enviado pela religiosa Norma Afonso Santos em junho:

Jânio e os Concursos de “Miss”

Brasília- junho- o Presidente Jânio Quadros recebeu telegrama da Sra. Norma Afonso Santos: “Tendo criado 40 crianças sem mãe, sem qualquer auxílio oficial e tendo fundado em Araxá (SP) orfanato para amparo de meninos e moças, cumprimento vossência pelas medidas moralizadoras e solicito, com máximo empenho, queira nosso presidente, para a defesa da grande família brasileira, a proibição definitiva dos concursos de beleza, torpe exibição de nudismo, são explorações comerciais da dignidade de nossas filhas, suprema afronta dos nossos sentimentos cristãos<sup>225</sup>.”

É curioso verificar que, por mais que seja fundadora de um orfanato carente, em vez de solicitar uma ajuda financeira, ela prioriza as “medidas moralizadoras”. Com isso, ela cumprimenta JQ pelos atos já realizados. Essa mensagem foi enviada em junho, logo é bem provável que esse “cumprimento” aos atos moralistas já realizados, seja em relação aos jogos e à censura aos meios de comunicação por terem sido publicados antes. No entanto, ainda não satisfeita, solicita que JQ “com máximo empenho” proíba os concursos de beleza, por considerá-los destruidores da “grande família brasileira” e, conseqüentemente, incompatíveis com o ensinamento da moral cristã. Assim, ocorre a capacidade da religiosa de reformular suas autênticas propostas, solicitando que JQ vá além até a proibição definitiva dos concursos de beleza.

Entre esses dois periódicos examinados encontraram-se apenas esse telegrama impresso que demonstra o papel ativo dessa religiosa. No entanto, com a revisão bibliográfica já apresentada, diversas correspondências destinadas a JQ foram identificados nessa lógica de apelos para a renovação dos costumes, não sendo meramente uma determinação da mídia, mesmo a imprensa católica. Assim, por exemplo, na tese de

---

<sup>225</sup> *Revista Ação*, jun, p. 255.

Jefferson Queler, há uma carta de João Manetta, residente em São Paulo, enviada em 18 de setembro de 1959, que defende a moralização dos costumes.

Eu, João Mandetta, casado, brasileiro, nascido em Três Lagoas, Mato Grosso, sempre lutei e continuarei lutando por uma Democracia melhor, sempre trabalhando ativamente para a moralização dos costumes, a tal ponto de discutir com os colegas contrário em opiniões (que respeito) em Praça Pública.<sup>226</sup>

O missivista explica, talvez para conseguir algum benefício de JQ, que trabalha “ativamente para a moralização dos costumes” na sua região, discutindo inclusive com vizinhos favoráveis à imoralidade. Essa carta por mais que tenha sido enviada antes da sua gestão presidencial, é possível deduzir que os decretos sobre os costumes satisfizeram seu desejo de “moralização”. Outra carta presente nessa tese, que ajuda verificar a participação da população em torno desses atos janistas, é a de Marcizo Cavalcanti, enviada de Juiz de Fora-MG, em 30 de janeiro de 1960:

Para salvação da pátria (...) eu vos peço senhor Deputado Jânio Quadros que, no caso de saídes vitorioso desta campanha (...) Queira V. Excia. dedicar êsse quinquênio como princípio de redenção da nossa pátria, ora destroçada.

Eis o que o povo brasileiro aspira:

1º **Moralização total dos nossos costumes.**

2º Queremos sindicâncias nos feitos dos govêrnos passados e confiscos dos roubos que fizeram à nação.

3º Queremos nacionalização e processos eficientes de produção na lavoura, na pecuária, indústria e comércio (...)

6º Dar à velhice maior assistência social. Queremos o efeito vigoroso da vossa vassoura para expulsar os intrusos e os vendilhões da Pátria.<sup>227</sup>

Esse eleitor explica que havendo a vitória de JQ no pleito presidencial, ele aguarda ansioso que, durante os cinco anos da sua gestão, sejam realizada a “moralização total dos nossos costumes”. Influenciado pelo ensinamento cristão, acredita que seria uma forma de “redenção da nossa pátria”. Outra questão, que merece ressalva, é a temática moral ficar em primeiro lugar entre diversos assuntos nacionais. Assim, os demais temas estão ligados à bipolarização do período a partir da nacionalização e da reforma agrária. Porém, é interessante perceber que o moralismo está também entre as principais

<sup>226</sup> QUELER, 2008, p. 258.

<sup>227</sup> Ibid., p. 203. Grifo Meu.

prioridades, demonstrando como essa questão podia satisfazer conservadores tradicionais e até os defensores do nacionalismo, ou seja, a penetração política em torno dos costumes era abrangente. Vale lembrar que seu apelo favorável à “moralização total” durante a gestão janista, está conectado às intervenções janistas realizadas através dos decretos.

Essas correspondências ajudam a compreender que existiu um papel ativo de setores sociais, não sendo apenas algo peculiar da imprensa católica. Essas cartas podem ter sido exemplos raros de apelos da população pela renovação nos costumes. Entretanto, quando se examina um jornal de grande circulação como o jornal *O Globo*, por exemplo, percebe-se que vários grupos sociais do país e, principalmente, as ligas de senhoras católicas desejavam essas interferências. Assim, era publicado em 11 de agosto de 1961 na capa desse jornal:

Os desfiles em trajes de banho, nos concursos de beleza, foram proibidos por decreto do presidente Jânio Quadros, que diz ter **atendido a apelos** de entidades de todo país, especialmente da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, no sentido de moralizar tais petições.<sup>228</sup>

Essa manchete foi publicada no dia da proibição dos trajes de banho nos concursos de beleza. O próprio JQ afirma ter atendido ao apelo de diversas entidades do Brasil, principalmente, a de Curitiba. Através das fontes já trabalhadas, fica difícil imaginar que seria uma farsa de JQ para esconder a sua ação unipessoal. Assim, é viável dizer que esses atos não foram, em grande parte, particulares de JQ, porque havia religiosos que, a partir da imprensa católica e dos seus autênticos pedidos, solicitavam e admiravam tais decretos. Porém, é necessário lembrar que esse papel ativo, a favor dessas medidas, não se restringiu às duas publicações católicas, visto a formulação e a apropriação das ideias em torno da renovação dos costumes pelos próprios religiosos.

Dessa forma, é interessante perceber que todos esses atos presidências foram posteriores aos apelos desses fiéis. No entanto, não se pretende advogar que foram ações determinadas por esses setores da Igreja, visto que já estavam presentes nos seus requerimentos quando ainda era vereador. Assim, talvez para tentar entender alguns fatores para a determinação dessas leis, valorizadas espiritualmente, é essencial perceber, entre outros elementos, a semelhança entre os discursos de JQ e o ensinamento moral da Igreja.

---

<sup>228</sup> *Jornal O globo*, 11 ago. 1961. p. 1. Grifo meu



Dessa maneira, é viável argumentar que existiam forças concomitantes favoráveis a essas “enérgicas providências”.

## **Considerações Finais**

Mesmo depois da Proclamação da República, continuam as ligações íntimas entre a religião e a política, sendo talvez arriscado analisar o campo político isoladamente. Porém, a grande maioria dos autores revisados não relacionaram os decretos morais janistas ao ensinamento moral difundido e advertido por diversos setores da Igreja Católica.

Esses atos moralistas foram interpretados, em grande parte, como ações descabidas por terem ocorrido durante um contexto efervescente politicamente. Todavia, esse mesmo período havia uma intensa quantidade de católicos guardiões da moralidade cristã, portanto, seria um anacronismo afirmar que foram quimeras da imaginação de Jânio. Desse modo, mesmo com uma bipolarização cada vez mais radical, a temática moral conseguia penetrar em diferentes grupos sociais, auxiliando o crescimento da força política de JQ. Isso oferece pistas para tentar entender o porquê dos ataques dos seus adversários contra sua faceta moral.

Quando se estuda essas medidas janistas por meio da autonomia dos fatos culturais, percebe-se que elas estão intrinsecamente ligadas às identidades cristãs, mais estreitamente àquela que acredita na ordem natural social sem conflitos e marcada pela indiferença por questões temporais. Portanto, para muitos religiosos a função do Estado seria a de manter a sociedade sem conflitos e respeitar as leis morais divinas. A formação e a postura autoritária de Jânio Quadros de enxergar uma sociedade desarrumada, necessitando colocá-la em ordem, sem a participação popular, assemelha-se a visão de mundo desses crentes. Com isso, não é exagero deduzir que esses atos janistas seriam formas, percebidas por muitos crentes, de reafirmação das leis morais de Deus, logo não seriam intervenções nos comportamentos para muitos segmentos religiosos, mas, paradoxalmente, auxiliariam na liberdade de conquistar uma vida eterna.

A radicalização da Guerra Fria após a Revolução Cubana foi um fator que oferece elementos para explicar o interesse de muitos religiosos por tais atos morais, visto que a moralidade foi um forte pilar que impulsionou a luta contra a ameaça comunista, mas o anticomunismo não foi o único motivo pra isso. Para tentar explicar essa questão, é primordial verificar a importância da espiritualidade como uma força que influencia o posicionamento político do religioso, ajudando a torná-lo anticomunista ou anticapitalista, mas também, a seguir o caminho da chamada Terceira Via. Assim, os componentes teológicos também vão estimular os apelos de muitos católicos por tais medidas, sendo essencial verificar as inúmeras características dos decretos e compreender suas relações ao ensino moral cristão e, conseqüentemente, também ao anticomunismo. Em suma, não necessariamente a posição política anticomunista determinou o interesse por esses decretos, pois a reflexão teológica também teve um papel fundamental. Essa análise oferece questões para tentar verificar que o combate ao comunismo não se restringiu à defesa da elite e de setores da classe média por suas propriedades, já que as reflexões espirituais também interferiram nessa postura, tratando essa ideologia como uma religião demoníaca.

A moral cristã acompanhou JQ por toda sua carreira, logo pode ser uma abordagem superficial identificar esses decretos como medidas para tentar contrabalancear a aproximação ao bloco socialista. Para tentar entender alguns motivos para essas ações, talvez seja fundamental estudar mais, aprofundadamente, a moral cristã, a biografia de Jânio, verificando sua educação no Colégio Arquidiocesano e sua formação na Faculdade de Direito, a força anticomunista, os programas partidários, as mudanças estruturais nacionais e internacionais e assim por diante.

Os decretos moralistas dos usos e costumes, longe de serem ordens “corriqueiras”, contribuíram na construção da imagem de um presidente moralista e religioso perante um país cuja população aproximava-se de 93% de católicos. No entanto, muitos fiéis apropriaram-se dessa imagem, utilizando-a em proveito próprio na busca por ganhos sociais e imateriais.

Muitos religiosos tiveram um papel ativo na implementação desses atos a partir da imprensa católica e de missivas da própria população. Assim, é possível identificar uma demanda social significativa privilegiando a “renovação dos costumes” em relação aos assuntos econômicos. Portanto, essas ações dilataram o raio de alcance das propostas

políticas de JQ, aumentando seu prestígio político. Porém, foram classificadas por muitos autores como ações oriundas da insanidade de JQ. Isso talvez possa ser um dos motivos para enxergarem-no como um político não digno de um exame científico, resultando nessa lacuna abissal historiográfica sobre as manobras políticas desse líder, que deixou sua marca no cenário político brasileiro. Dessa forma, como essas medidas janistas foram talvez protagonistas na estruturação da imagem de um presidente ambíguo e sem crédito de pesquisa, esse trabalho, entre outras questões, tentou demonstrar, inversamente, que essas ações estavam conectadas à sociedade, à política e à cultura, ou seja, ao processo histórico.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias impressas

*Anuário Católico 1960*. Boletim Informativo/ CNBB, disponível na Biblioteca Nacional, loc: 6-393-1-3, B: 6230-8.

Jornal *A Cruz* de 1961. Rio de Janeiro. n° : 2290, 2291, 2293, 2295, 2296, , 2297, 2309, 2313, 2341, disponível na Biblioteca Nacional, loc: 5-340-5,14.

Jornal *O globo* de 1961

*Revista Ação*: publicação mensal da Diocese de Petrópolis. Revista disponível na Biblioteca Nacional, 1960, seção: II- 306,1,11 13: 6-0.

*Coleção das Leis de 1961 – Volume II, IV, VI. Atos do Poder Executivo.*

Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>

2013-02-18 14:11 h

*Recenseamento de 1961. IBGE.*

### Livros didáticos

ALENCAR, Francisco. *História da Sociedade Brasileira*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1985.

COTRIM, Gilberto. *História global brasileira e geral vol:único*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FARIA, Moura de Ricardo. Marques, Adhemar Martins. Berutti, Flávio Costa. *História terceiro volume*. Rio de Janeiro: Lê, 1989.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. *Projeto Araribá História 8ª série*. São Paulo: Moderna, 2006.

PEDRO, Antônio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: FTD, 1987.

PETTA, Nicolina Luiza de. *História uma abordagem integrada. Vol: único*. Rio de Janeiro: Moderna, 1999.

PILLETTI, Claudino, Piletti, Nelson. *História e vida integrada 8ª série*. São Paulo: Ática, 2003.

SCHMIDT, Mário. *Nova história crítica do Brasil*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Geração, 1996.

VAINFAS, Ronaldo, Sheila Faria, FERREIRA, Jorge e SANTOS, Georgina dos Santos. *História volume: único*. São Paulo: Saraiva, 2010.

### Obras de caráter teórico- metodológico

BACH, J. Marcos. *Consciência e identidade moral*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira & SOUZA, Beatriz Muniz de. “Igreja Católica: 1945-1970”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano. 4o Volume – Economia e Cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido, História*. Rio de Janeiro: Papirus, 1998.
- CHAUI, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. São Paulo: Àtica, 2012.
- CHEVITARESE, Leandro. *Filosofia e Ética nas organizações*. Apostila interna do professor de filosofia da UFRRJ. Instituto Multidisciplinar Departamento de Educação e Sociedade, 2012.
- COUTROT, Aline. *Religião e política*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, 1994.
- \_\_\_\_\_. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- DERRICK, Christopher. *Nova Enciclopédia Católica – o ensino moral e social da Igreja*. Vol:8. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes. 1969.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- LEPARGNEUR, Hubert. *Fontes da Moral na Igreja*. Cadernos de teologia e pastoral. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. *O que é imoralidade*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 20ª ed. *O príncipe*. São Paulo: Paz e terra, 2009.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. 2ª ed. São Paulo: Escala, 2007.
- PAULO II, João. *Documentos Pontifícios: Carta Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja*. São Paulo: Loyola. 1993.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é moral*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991.
- RÉMOND, René. “Uma história presente”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p.23, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SIMÕES, José Geraldo. *O pensamento vivo de Freud*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira “A Igreja Católica latino-americana”. In: e ARAÚJO, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos 1968 40 anos depois história e memória. 2009.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

## Obras gerais

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. Rev. Bras. Hist. vol.23 nº.46, São Paulo, 2003.

Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200009>

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável ? In: 1964-2004: 40 anos do golpe. *Ditadura Militar e Resistência no Brasil*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IANNI, Octávio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, D; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). *O século XX – o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NERI, Marcelo. *Novos mapas das religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NAVES, Santuza. “É proibido proibir”: contracultura e Tropicália. In: e Araújo, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos. *1968 40 anos depois história e memória*. 2009.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTE, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano vol. IV*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: *De Getúlio a Castelo*. 10<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, , v. 4 - p. 320/409.
- VENNACIO, Renato e Priore, del Mary. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil. 2010.
- VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil(de Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

### Obras específicas sobre Jânio Quadros

- BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- CARLI, Dé Carli. *Os tempos de Jânio Quadros*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982.
- CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo, editado pelo próprio autor, 1959.
- CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.
- DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.
- GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicaçãois da propaganda política de Jânio,quadros na campanha presidencial de 1960*. Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.57, pp. 187-208.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000100008>. 15/02/2013 15:50.
- MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia Nacif. Verbete sobre Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 4.819-4.829, 2001.
- MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

- NASSER, David. *Jânio a face cruel*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.
- NETO, Mellão João. *Jânio Quadros - 3 estórias para 1 história*. São Paulo: Renovação, 1982.
- NETO, Jânio Quadros; GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.
- PEREIRA, José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959.
- QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- \_\_\_\_\_, Jefferson José. *A vassoura é a espada do povo: Lutas de eleitores janistas para estabelecer uma justiça independente no Brasil (1959-1960)* Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.2, n3, 94 -106, jan/dez 2010.
- Disponível:  
[http://www.tjpe.jus.br/memorial/revista/revista032010/5\\_Jefferson\\_Queler\\_A%20vassoura\\_e\\_a\\_espada\\_do\\_povo.pdf](http://www.tjpe.jus.br/memorial/revista/revista032010/5_Jefferson_Queler_A%20vassoura_e_a_espada_do_povo.pdf) 30/03|2012 / 22:28h
- SILVA, Hélio. *Jânio Quadros – 20º - presidente do Brasil- 1961- coleção os presidentes*. São Paulo: Grupo de comunicação três, 1983.
- \_\_\_\_\_, Hélio. *A renúncia 1961*. São Paulo: Três, 1975.
- SILVEIRA, Joel. *Viagem com o Presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.
- SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.
- VALENTE, Nelson. *Jânio de fio a pavio*. 2ª ed. São Paulo: Edicon, 1997.
- WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *Origens do janismo. São Paulo - 1948-1953*, IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).